



ACICOM

ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE CIÊNCIAS
DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

pesquisa
ética
comunicação



DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO EM TEMPOS DIGITAIS



2

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



Conselho Editorial

Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso, Ph.D,
Universidade Pedagógica

Alexandre Dinis Zavale, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Elias Gilberto Filimone Djive, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Edgard Patrício de Almeida Filho, Ph.D,
Universidade federal do Ceará

Ernesto Constantino Nhanale, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Fabrcio Lopes da Silveira, Ph.D,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Francisco Pedro Manuel Nguenha, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Fulgêncio Francisco Muchisse, Ph.D,
Universidade Eduardo Mondlane

Jane A. Z. Mutsuque, Ph.D,
Universidade do Zambeze

Luca Bussotti, Ph.D,
Universidade Técnica de Moçambique

Sérgio Jeremias Langa, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Ranito Varela, doutorando,
Universidade Eduardo Mondlane

Isaias Carlos Fuel, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Sérgio Bacar Mafumo, Mestrando,
Universidade Eduardo Mondlane

Leonilda Sanveca, Ph.D,
Universidade Pedagógica

Tomás Jane. Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Organizadores

João Miguel (UEM)
Isaias Carlos Fuel (ESJ)
Sílvia Mutongoreca Singreia Afonso (UP)

Avaliadores e avaliadoras

Alexandre Dinis Zavale, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Elias Gilberto Filimone Djive, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Edgard Patrício de Almeida Filho, Ph.D,
Universidade federal do Ceará

Ernesto Constantino Nhanale, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Fabrcio Lopes da Silveira, Ph.D,
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Francisco Pedro Manuel Nguenha, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Fulgêncio Francisco Muchisse, Ph.D,
Universidade Eduardo Mondlane

Jane A, Z. Mutsuque, Ph.D,
Universidade do Zambeze

Luca Bussotti, Ph.D,
Universidade Tecnica de Moçambique

Sérgio Jeremias Langa, Ph.D,
Escola Superior de Jornalismo

Revisão

Suzana Guhasse Chivambo Jamnadas

Direcção de Arte

Sérgio Jeremias Langa

Layout

Mauro Florêncio

Autores

António Teodoro Miguel Ndapassoa

Doutor em Linguística pela Universidade Eduardo Mondlane, em 2020. Mestre em Comunicação e Cooperação para o Desenvolvimento pela UEM, em 2014. Licenciado em Linguística pela UEM, em 1998. Docente na Escola de Comunicação e Artes (Universidade Eduardo Mondlane), onde lecciona Prática de Rádio no curso de pós-graduação em Gestão de Média Digital; Docente na Universidade A Politécnica, onde lecciona as disciplinas de Jornalismo e laboratório de Rádio. Docente na Escola Superior de Jornalismo, onde leccionou as disciplinas de Produção Publicitária em rádio e Crítica Literária Moçambicana e Estrangeira. É funcionário da Rádio Moçambique, produtor de programas. Com a função de director Executivo da área de Produção de Programas.

Cláudia Basílio Lopes Francisco Noronha

Mestranda em Administração Pública e Licenciada em Administração Pública no Instituto Superior de Relações Internacionais. Técnico Administrativo e Auxiliar de Pesquisa no Departamento de Pesquisa em Comunicação Social na Escola Superior de Jornalismo. Suas áreas de interesse são: Comunicação Comunitária, comunicação para o desenvolvimento.

Carlos Alberto Ávila Araújo

Professor titular da Escola de Ciência da Informação da UFMG, da qual foi diretor de 2014 a 2017. Doutor em Ciência da Informação, com pós-doutorado pela Universidade do Porto (2011) e pela Universidad de Salamanca (2019). Foi presidente da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe, Edicic, de 2016 a 2021.

Deisy Umbelina Alberto Bramo Chiau

Deisy Bramo é Mestranda em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e possui Licenciatura em Publicidade e Marketing pela Escola Superior de Jornalismo (ESJ). Sua experiência profissional abrange rádio, televisão, indústria cervejeira e agência de comunicação, o que lhe permite uma perspectiva diversificada sobre os diversos sectores. Actualmente é Coordenadora da Repartição de Pesquisa e Assistente Universitária na ESJ.

Francisco Pedro Manuel Nguenha

Doutor em Media, Comunicação e Cultura pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB). Licenciado em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane ECA/UEM; Mestre em Sócio Economia do Desenvolvimento pelo ISCTEM; Docente de Teoria da Comunicação na UEM e pesquisador e membro fundador do Centro de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (CEC). Actualmente dirige o Departamento de Pesquisa em Comunicação Social na Escola Superior de Jornalismo onde é docente de História e Teoria da Comunicação. Sua área de interesse é Comunicação estratégica; Comunicação e Cultura; media e Sociedade.

Isaias Carlos Fuel

Doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023). Mestre em jornalismo e estudos de Media, pela Rhodes University, República da África do Sul (2012). Graduado em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (2009). Professor e pesquisador da Escola Superior de Jornalismo-Maputo/Moçambique, onde é, igualmente, Chefe do Departamento Científico. Suas áreas de interesse

compreendem: *Comunicação e política; Comunicação Comunitária; Estudos Culturais britânicos, latino-americano e africano; Recepção mediática, práticas de consumo mediático; estudos decoloniais.*

João Miguel

Professor associado da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Brasil. Graduado em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) do Brasil. Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS), com sede na Universidade Federal do Sergipe (UFS). Coordenador do grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação da Escola de comunicação e Artes.

Luca Bussotti

Professor na Universidade Técnica de Moçambique, onde coordena a Revista Científica da UDM. Especialista em Estudos Africanos, com ênfase especial para questões políticas, de liberdade de imprensa e de direitos humanos, foi Professor Visitante no curso de Jornalismo da Universidade Eduardo Mondlane, Marie-Curie Fellow no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE em Lisboa, Professor Associado Visitante na Universidade Federal de Pernambuco (Brasil, 2019-2023) e Professor Visitante nas Universidades de Foggia, Macerata e Trieste (Itália). Escreveu cerca de uma centena de artigos em revistas científicas de elevado impacto e cerca de vinte livros. Na Itália, colabora com a revista "Nigrizia", sendo country-expert Moçambique no projecto V-Dem, coordenado pela Universidade de Gotemburgo (Suécia).

Milagrosa Manhique

Finalista de Licenciatura em Jornalismo, pela Escola Superior de Jornalismo. Ensino Médio: Escola Secundária Josina Machel. Áreas de interesse: Comunicação para o desenvolvimento comunitário; Ética da comunicação em Jornalismo; Comunicação política e eleitoral; Estudos em inclusão da mulher e pessoa com deficiência na esfera pública.

Toni André Scharlau Vieira

Possui graduação em Comunicação Social Habilitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1988), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Ciências da Comunicação pela, Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é professor Associado do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria e Ética do Jornalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo gráfico, Jornalismo eletrônico em rádio e televisão, WEB, comunicação, sociedade, políticas de comunicação e cultura. Participa, também, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR.

Unaiti Akungondo

Mestrando em Estudos Africanos no Instituto Superior de Ciências de Gestão (2024), Licenciado em Antropologia pela Universidade Eduardo Mondlane (2005), Bacharel em Ciências Sociais (2003). É Professor e Pesquisador na Escola Superior de Jornalismo, onde igualmente exerce as funções de Chefe de Repartição Académica de Extensão. As suas áreas de interesse compreendem: Antropologia Cultural, Comunicação Comunitária e Filosofia Africana.



8

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



Sumário

Sobre os autores.....	Pág. 5
Prefácio- Herminio Nhantumbo.....	Pág. 11
Luca Bussotti.....	Pág. 15
Toni André Scharlau Vieira.....	Pág. 23
António Miguel Ndapassoa.....	Pág. 49
Isaias Carlos Fuel, Unaiti Akungondo e Deisy Umbelina Alberto Bramo Chiau.....	Pág. 87
Francisco Pedro Manuel Nguenha, Unaiti Akungondo e Claida Basílio Francisco Noronha.....	Pág. 117
Carlos Alberto Ávila Araújo.....	Pág. 139



10

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



Prefácio

O livro que agora apresentamos aos leitores de Moçambique e dos quatro cantos do globo congrega textos produzidos nas pesquisas organizadas pelas associações de comunicação e informação e universidades. Ao longo da leitura, o caro leitor irá perceber que se trata de pesquisas genuínas. À semelhança de outras associações de pesquisa, a ACICOM como uma entidade que congrega pesquisadores e professores das áreas das ciências da comunicação e da informação, vem se consolidando no cenário académico moçambicano, como uma referência inquestionável. Nesta obra que o caro leitor tem nas mãos, estão às contribuições de pesquisadores de larga experiência mesclada com reforços de novas gerações de investigadores, o que torna essa produção científica uma obra de arte, rica em informações e requinte metodológico para conduzir o caro leitor a formar uma opinião consciente sobre as ciências de informação e da comunicação.

Pelo facto dos pesquisadores serem oriundos de várias escolas de pensamento, não está destacada uma abordagem teórica homogénea ou consensual, muito menos uma linha metodológica específica. Trata-se de textos que se apoiam em diversos referenciais teóricos e metodologias múltiplas, o que torna a presente produção discursiva heterogénea e rica.

Esta obra é composta de sete artigos científicos produzido por 12 pesquisadores dentre seniores e juniores, de diversas universidades nacionais e internacionais que nos brindam com pesquisas relevantes para o cenário que está a marcar este século, um pouco por todo o mundo: *fake news*; *fake science*, políticas públicas neoliberais desajustadas, liberdade de informação e de expressão beliscadas pela tendência autoritária de “segurar” o poder político, manipulações de vária ordem, etc. Apesar desses “enfermismos” todos, os pesquisadores vão problematizando tais cenários, trazendo contribuições epistemológicas fundamentais para pensar aspectos específicos da comunicação e da informação.

Partindo do princípio da não existência de uma análise que consiga trazer ao público as linhas fundamentais do jornalismo nacional, *Luca Bussotti* traz em a **Tendências do jornalismo moçambicano contemporâneo**, um breve estudo sobre o jornalismo moçambicano considerando o marco temporal 1990, altura em que o país se abre para a liberalização do mercado, através de uma reforma constitucional muito profunda que culminou com a instauração da democracia multipartidária. Sem deixar de reconhecer a tradição jornalística que marcara o país no período colonial, o autor dá ênfase ao período já referido para ressaltar sete tendências nomeadamente: O jornalismo sectorial

ou especializado; Estudos sobre as rádios comunitárias; Estudos sobre o trabalho do jornalismo e seus constrangimentos; Estudos sobre jornalismo televisivo; Estudos sobre Economia política do jornalismo em Moçambique; Estudos sobre o papel da mulher na mídia moçambicana; e Estudos sobre redes sociais, mídia digital e inteligência artificial. Com estas pistas o autor pretende dar o primeiro passo para mais pesquisas dessa natureza proliferar no cenário nacional.

Por seu turno, *Toni André Scharlau Vieira*, no artigo intitulado **Comunicação e Filosofia - Novas pontes interculturais Brasil - continente africano, análise a partir de Moçambique**, faz uma abordagem em torno das relações entre o Brasil e o continente africano onde ressalta o domínio que pensamento colonial e imperialista teve em ambos os cantos do mundo. Na sua lucubração, o autor faz uma comparação com vista a aferir as semelhanças e diferenças dos programas de formação de Comunicação e de Filosofia nos contextos moçambicano e brasileiro. O artigo visa ampliar o conhecimento sobre a filosofia africana e sua adesão e aplicabilidade no ensino de comunicação no Brasil e demais países lusófonos, onde o autor apresenta uma avaliação sobre o espaço destinado à filosofia africana no cotidiano de aprendizado nos cursos de Comunicação. Para o efeito, o autor estabelece um diálogo com pensadores africanos e brasileiros com vista a trazer elementos valiosos que possam contribuir para reduzir os preconceitos e ampliar a noção de humanidade na formação de comunicadores.

António Miguel Ndapassoa, no seu artigo **Subsídios para revisão das futuras leis da Comunicação Social e de Radiodifusão à luz dos Direitos Humanos Linguísticos**, problematiza a hegemonia que as línguas dos colonizadores têm sobre as línguas africanas, o que

pode causar um problema de comunicação aos falantes das mesmas. O autor propõe que haja uma revisão das políticas linguísticas pública que possa promover os direitos humanos linguísticos, de modo que os media, tanto os tradicionais, assim como os modernos (digitais), sejam uma plataforma importante de consolidação e de promoção de espaços, em igualdade de circunstâncias, das línguas “menorizadas” pela neocolonização.

Com o artigo **O jornalismo e a sua lógica comercial em tempos digitais: a cobertura política no Jornal Evidências**, João Miguel e Milagrosa Manhique procuram compreender e investigar o impacto determinante das tecnologias digitais na práxis do jornalismo moçambicano, fazendo um análise minuciosa do Jornal Evidências. Na referida análise, onde os autores questionam a lógica do funcionamento do jornalismo do país, os pesquisadores concluíram que o semanário tem recorrido ao sensacionalismo como forma de prender a “audiência/seguidores” e enfrentar a concorrência renhida. Entretanto, tal prática, não corretas para o jornalismo pelo facto de destorcer as evidências, provoca reacções emocionais na linha de uma exacerbação desproporcional de um interesse.

Os pesquisadores *Isaías Carlos Fuel*, *Unaiti Akungondo* e *Deisy Umbelina Alberto Bramo Chiau*, fazem uma reflexão do filme “Virgem Margarida” lançado em 2012, pelo cineasta moçambicano Licínio Azevedo, através do artigo **“VIRGEM MARGARIDA”: Uma reflexão sobre o gênero em Moçambicano**. Neste filme que narra a *Operação limpeza*, que marcou os primeiros anos da independência nacional, os autores usando o modelo barberiano, a análise estrutural e dinâmicas de produção e a análise da composição textual em articulação com a análise axiológica de Guillermo Gómez Orozco, buscam

explorar os sentidos e significados construídos no imaginário dos cidadãos. Focando nas vivências das mulheres moçambicanas, a análise aborda questões de exclusões sociais e históricas perpetuadas pelo predomínio dos padrões ocidentais (ideologias capitalistas) e nacionalistas (ideologia revolucionária socialista e das tradições africanas).

Outro trio de pesquisadores compostos por *Francisco Pedro Manuel Nguenha*, *Unaiti Akungondo* e *Claida Basílio Francisco Noronha*, após uma pesquisa de campo escreveram o artigo denominado **Media Comunitária e seu papel na cobertura da COVID-19: estudo centrado no seguimento das ações das Rádios Voz Coop, N'komati e Moamba**. Nesta abordagem, os pesquisadores questionam sobre o papel da comunicação comunitária no seguimento dos casos da Covid-19 e na difusão dos efeitos da crise pandémica que levou a estagnação económica, diminuição da produção e falência de entidades empresariais, com vista a influenciar a mudança social e comportamental dos cidadãos. Para o efeito a pesquisa procurou compreender as variáveis de disseminação, descodificação e interatividade nas comunidades per-urbanas e rurais através de entrevista não-estruturada e observação simples, onde se conclui que o mosaico cultural influenciou na má percepção das mensagens partilhadas pelas entidades sanitárias, facto que generalizou o mal-estar social.

E por fim, mas não menos importante, *Carlos Alberto Ávila Araújo* nos brinda com o artigo **Desinformação, fake news e pós-verdade: os desafios informacionais e comunicacionais da sociedade contemporânea**, nos chama atenção para a circulação parcial ou total de informações falsas, distorcidas ou descontextualizadas

nas dinâmicas contemporâneas de produção, circulação e apropriação da informação. No seu movimento intelectual, o autor faz um estudo aprofundado visando caracterizar as dimensões dessas dinâmicas, usando como referencial teórico os conceitos de sistemas peritos, de Anthony Giddens, e de autoridades cognitivas desenvolvido por vários autores, entre os quais Linda Zagzebski. Nesta vertentes teóricas, o autor destaca três tipos de relações com a questão das informações falsas, nomeadamente: (i) os termos que se referem a fenómenos nos quais as instituições modernas de autoridade epistémica são reconhecidas e distorcidas, como as *fake news* e a *fake science*; (ii) os que se referem a fenómenos de deslegitimação das instituições modernas de autoridades epistémicas, tais como os testemunhais falsos, as teorias da conspiração e os discursos de ódio; e (iii) os que se relacionam com o contexto em que tais fenómenos ocorrem, como a desinformação, a infodemia e a pós-verdade. Essa categorização é tensionada a partir do conceito de integridade da informação. Ao final, destaca-se a importância de se ter clareza quanto ao quadro conceitual relacionado com tais fenómenos como condição para o efetivo combate de seus efeitos nocivos.

Com essas valiosas contribuições dos autores que se dispuseram a produzir artigos, esperamos que o caro leitor seja impactado de modo que possa ter informações úteis para tomar as melhores decisões e formar opiniões pessoais com lucidez.

Herminio Nhantumbo
Escola Superior de Jornalismo



14

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



Tendências do jornalismo moçambicano contemporâneo

Luca Bussotti

Resumo

Ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1990, os estudos sobre jornalismo moçambicano iniciaram a caracterizar uma parte significativa das pesquisas em ciências sociais. Entretanto, não existe, até hoje, uma análise que consiga trazer ao público as linhas fundamentais de tais investigações. Este breve texto pretende preencher esta lacuna, identificando as tendências principais dos estudos sobre jornalismo moçambicano, percorrendo artigos e livros publicados neste âmbito de investigação das ciências sociais. A pesquisa bibliográfica baseou-se em larga medida sobre a produção endógena de autores moçambicanos. Ela demonstrou que existe uma disparidade considerável, no interior dos estudos sobre jornalismo, entre âmbitos com uma tradição já consolidadas e outros ainda incipientes, que o texto aqui proposto assinala como possíveis, futuros campos de pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa em jornalismo; Âmbitos temáticos; Produção endógena.

1. Introdução

Moçambique sempre teve uma excelente tradição no jornalismo. Com efeito, desde a época colonial jornais e periódicos locais se destacaram pela sua relevância nacional e até internacional, inserindo-se no contexto de uma imprensa ainda sob o jugo colonial, mas original e que já mostrava anseios de liberdade e de aprofundamento de temáticas de vária natureza, inclusive cultural e política (Zamparoni, 2009). Nem vale a pena aqui recordar a contribuição dos irmãos Albasini à instalação do jornalismo moçambicano (Hohlfeldt & Grabauska, 2010), assim como de jornais do então movimento de libertação, tais como “A Revolução Moçambicana” (ou “Mozambican Revolution”, na versão em língua inglesa), ou a revista “Tempo”, fundada no fim da experiência colonial portuguesa em Moçambique. Ambas as publicações estavam repletas em notícias, opiniões e reveladoras de um jornalismo de tendência política, mas já com características de um profissionalismo que, depois, desenvolver-se-á com a independência.

Este texto se debruça sobre o que veio depois desta primeira época do jornalismo moçambicano, de forma sintética e procurando efectuar uma operação intelectual inovadora. Com efeito, se existem vários estudos sobre a mídia moçambicana, ainda ninguém se deu o trabalho de fixar as tendências e correntes do jornalismo moçambicano no pós-independência, e sobretudo depois da viragem democrática de 1990, quando o mercado noticioso se abriu aos privados, adquirindo um grau maior de liberdade. Tal sistematização não deve ser confundida com o historial do jornalismo moçambicano, que foi em larga medida escrito, embora com inevitáveis lacunas que poderão ser futuramente preenchidas (Ribeiro & Sopa, 1996; Namburete, 2003; Mário, 2016), ou com tentativas de

interpretação geral das dinâmicas da comunicação social a nível nacional (Da Graça, 1992; Chichava & Pohlmann, 2010; Bussotti, 2015).

Sendo este o primeiro estudo sistemático sobre a matéria, ele é forçosamente parcial, simplificando aspectos mais complexos que só poderão ser aprofundados através de pesquisas mais analíticas. Seria necessário, para realizar um trabalho exaustivo, ter o tempo disponível para ver o que foi estudado nos vários cursos de jornalismo e comunicação a volta do país, o que, neste breve escrito, foi impossível. Entretanto, traçar pelo menos as principais linhas orientadoras, até hoje, do jornalismo contemporâneo em Moçambique representa um primeiro momento de sistematização, que permitiu, no fim deste estudo, reflectir também a volta daquilo que até hoje não foi analisado, mas que valeria a pena iniciar a investigar.

2. Principais tendências do jornalismo moçambicano depois da “viragem” de 1990.

Quando a nova Constituição foi aprovada em 1990, por um parlamento ainda monopartidário, a situação da mídia moçambicana era de monopólio da informação. Um monopólio restrito a pouquíssimos órgãos, que representavam o ponto de vista do governo e do partido-estado, quer no âmbito da imprensa, quer da rádio e televisão, com a Agência de Informação de Moçambique (AIM) a deter a exclusividade da divulgação das notícias para dentro do país.

Os estudos sobre jornalismo sempre estiveram relacionados ao contexto histórico e político do

país. Por isso, as tendências que sobressaíram, em termos de investigação, seguem, em larga medida, o desenvolvimento cronológico de Moçambique e da sua evolução mais recente. Ainda, eles dependem da disponibilidade financeira que esta ou aquela organização tem para realizar tais pesquisas. Por exemplo, durante um certo período o CEC (Centro de Estudos Multidisciplinares em Comunicação) conseguiu levar a cabo pesquisas que confluíram em publicações em formato de livro assim como na revista *Comunicação e Sociedade*, que representava um ponto de referência a nível nacional para os estudos sobre jornalismo e comunicação. Com a crise financeira dos últimos anos, estas publicações travaram ou se reduziram muito, e isso teve um impacto negativo na implementação de investigação na área da mídia em Moçambique.

O IESE, um centro de pesquisa mais consolidado, publicou alguns artigos relacionados com jornalismo, embora não seja este o foco específico de suas pesquisas. Um papel relevante foi desempenhado também por parte dos doadores internacionais, que estimularam e financiaram pesquisas na área da mídia em vários âmbitos, principalmente saúde, democratização, género, embora condicionando o rumo de tais pesquisas. E finalmente algumas universidades, tais como a ECA/UEM, a Universidade Pedagógica de Maputo, com o seu Mestrado em Jornalismo e Mídia Digitais, a Universidade Católica, entre outras, realizaram com continuidade, embora com poucos meios, estudos sobre jornalismo no país. Duma forma sintética, é possível aqui destacar as seguintes linhas de pesquisa que se foram afirmando ao longo de tempo, a partir da

aprovação da L. 18/91, e da abertura dos primeiros jornais privados e das emissoras comunitárias.

1. Com a emergência de jornais privados, se desenvolve uma linha de pesquisa que estuda a forma como tais órgãos de comunicação fazem a cobertura deste ou daquele assunto. Se inicia a estudar a novidade constituída pelo jornalismo proposto por órgãos tais como o Savana, Demos (de que ainda falta escrever um historial completo), e mais tarde Canal de Moçambique, Magazine Independente, Zambeze e outros. Este trabalho é feito de forma genérica, ou – na maioria das vezes – temática, com ênfase na cobertura de um assunto específico (por exemplo: cultura, política, saúde, desporto e por aí fora) por parte de jornais previamente selecionados. Por vezes, este trabalho de análise da nova imprensa privada é levado a cabo comparando esta com a imprensa dita pública, com ênfase no jornal Notícias, ou no Domingo. É possível definir este tipo de estudos sobre jornalismo como “sectoriais”.
2. Com a abertura das rádios comunitárias não ligadas ao governo, ou seja, à rede do Instituto de Comunicação Social (ICS), em vários cantos do país começam a aparecer estudos sobre este novo fenómeno do jornalismo e da comunicação social moçambicanos. Esta tendência se aprofundou ainda mais com a constituição do Fórum das Rádios Comunitárias (Forcom), em 2004;
3. Em paralelo a estudos por assim dizer mais

analíticos, se desenvolvem também pesquisas sobre aspectos mais gerais relativas a vários elementos do trabalho jornalístico, tais como a formação dos profissionais desta área, o nível de liberdade e de censura na transição para um jornalismo pluralista, a ética e a qualidade do jornalismo, a questão da regulamentação do sector e, portanto, o aspecto legislativo;

4. Mais tarde, a partir da década de 2000, entram no estudo do jornalismo moçambicano elementos até então pouco abordados, principalmente por causa de dificuldades técnicas e de constrangimentos em termos de disponibilização das fontes. Por exemplo, estudos sobre as televisões iniciam a ser lançados só nesta época, embora mantendo-se bastante limitados e ainda relativamente incipientes;
5. Um tipo de pesquisa muito complexo tem a ver com a economia política do jornalismo moçambicano. Como se verá abaixo, tais estudos foram entre os primeiros a serem desenvolvidos em Moçambique, mas, até hoje, eles carecem de mais instrumentos de análise e de conhecimento do mercado da mídia nacional;
6. Ainda mais tarde iniciam a ser feitos estudos sobre questões marginalizadas até então, tais como a presença da mulher na mídia moçambicana, que entretanto continua questão pouco investigada até hoje;
7. Finalmente, com o advento das redes sociais e da inteligência artificial, um restrito grupo de estudiosos começou a pesquisar sobre esta nova fronteira da

mídia moçambicana, que até hoje se apresenta extremamente promissora, embora incipiente.

3. Uma panorâmica mais detalhada das tendências do jornalismo moçambicano

1. Como acima referenciado, será aqui possível apenas desenvolver brevemente as 7 tendências recordadas, uma vez que objetivo deste estudo é fornecer um sintético subsídio em termos de sistematização de quanto investigado até agora, sem a pretensão da exaustividade:
2. O jornalismo sectorial ou especializado tem sido o mais estudado, embora vários âmbitos do jornalismo moçambicano tenham pouquíssimos exemplos de pesquisas cientificamente fundamentadas. Aqui são indicados apenas alguns deles, mas o mesmo trabalho de sistematização pode ser feito para vários outros domínios da mídia nacional. A. Jornalismo político: esta vertente do jornalismo moçambicano iniciou a ser estudada principalmente graças aos processos eleitorais que, desde 1994, têm caracterizado a vida pública de Moçambique. Desde então, a cada eleição existem estudos relacionados com a cobertura da mídia nos processos eleitorais, geralmente com o auxílio financeiro de doadores internacionais, e levados a cabo por organizações que trabalham especificamente sobre tais assuntos, tais como o MISA Moçambique, CEC, CIP ou o EISA. Com o tempo, este tipo de estudos tem ampliado o seu leque de órgãos de informação a serem analisados; se, numa primeira fase o foco estava direccionado na

mídia impressa, em anos mais recentes emissoras radiofónicas e televisivas também foram alvo de pesquisas (Nhanale & Fonseca, 2019). Entretanto, investigações sobre o jornalismo político moçambicano se desvincularam do relacionamento directo com os processos eleitorais, analisando elementos mais diversificados, tais como a implementação do processo de democratização, os direitos humanos na sua relação com a actuação do Estado (Bussotti, 2018), as práticas discursivas de personagens ou partidos políticos, no geral (Posse, 2020; Tsandzana, 2020), ou com relação a assuntos específicos, tais como a pobreza (Brito, 2009; Zonjo, 2018), a paz (Bande, 2017; Bussotti & Matimbe, 2018), a corrupção, evidenciando - neste último caso - uma abordagem completamente diferente e respondente às orientações políticas dos dois órgãos analisados (Savana e Domingo) (Nhanale, 2015); e finalmente a questão étnica, esta última só abordada de recente, devido a uma perspectiva de **agenda-denial** que tem caracterizado não apenas a cobertura da imprensa sobre este assunto, mas também a investigação académica sobre ela (Bussotti, 2022; Bussotti, 2023). De forma mais geral, Nhanale oferece um quadro sintético, mas interessante, do jornalismo político em Moçambique, identificando três grandes tendências: uma primeira que diz respeito a quem está vinculado ao partido no poder, pautando por uma visão autoritária, finalizada a fazer com que a Frelimo se mantenha no governo do país; uma segunda, feita por líderes de opinião geralmente profissionais, críticos com o partido no poder; e finalmente, uma terceira abordagem, bastante rara, segundo Nhanale, feita de observadores independentes e apartidários (Nhanale, 2022). Por

outra, Fonseca assume um posicionamento ainda mais radical, defendendo que, provavelmente, a classe jornalística moçambicana, ou boa parte dela, não estava preparada para actuar num contexto de liberdade, de tal forma que posturas paternalísticas continuam sendo fortemente presentes no cenário dos profissionais da informação de Moçambique (Fonseca, 2013). Até hoje, o estudo sobre jornalismo político em Moçambique representa provavelmente o elemento central das pesquisas sectoriais de cariz nacional. B. Jornalismo para a saúde: apesar de neste sector haver muitos recursos disponíveis por parte dos doadores internacionais, os estudos sobre cobertura da mídia em assuntos relacionados com saúde não são muito frequentes. Em linha geral, é possível identificar duas tendências: uma primeira que diz respeito à análise institucional de como o Ministério da Saúde ou outras entidades públicas fazem a comunicação para tentar limitar a difusão de doenças ou comportamentos de risco; e uma mais analítica, que visa descobrir como os jornais cobrem assuntos relativos à saúde. No primeiro caso é possível recordar estudos realizados por equipas multidisciplinares (Madziwa, Angst & Lazzarotto, 2021), e no segundo um estudo sobre doenças não transmissíveis, realizado no interior das actividades do CEC, e publicado numa revista brasileira (Bussotti, 2021). C. O jornalismo sobre o meio ambiente: ao longo dos últimos anos, a cobertura sobre questões relacionadas com meio ambiente se intensificou. Entretanto, existem trabalhos pioneiros que enfrentaram questões específicas, por exemplo o Bypass da Mozal (Bussotti, 2013) ou a exploração de recursos minerais (Manjate & Fonseca, 2014), ou também propuseram-se a fornecer

uma visão mais geral (Farranguane, 2015). Estudos mais recentes procuraram desvendar as tendências da cobertura da mídia moçambicana acerca das questões ambientais mais prementes para o país (Conjo, Chichango & de Jesus, 2021; Nham-poca, 2023). D. O jornalismo cultural e desportivo: estudos sobre a cobertura da mídia moçambicana com relação ao jornalismo cultural vieram se multiplicando no último período, paralelamente ao crescimento do interesse dos órgãos de informação sobre este assunto. Em tempos mais longínquos um dos primeiros exemplos de estudo sobre jornalismo cultural se debruçou sobre o discurso do Savana aquando das celebrações de datas históricas nacionais (Feijó, 2009), ao passo que, num período mais recente, dois jornais privados foram estudados segundo uma abordagem mais geral a volta da sua cobertura de assuntos culturais (Mutowe, 2020). Do lado do jornalismo desportivo, os trabalhos são ainda bastante incipientes; é significativa a sensação que os profissionais do sector transmitiram publicamente num encontro organizado pela ECA/UEM, expressando uma dificuldade constante para desempenhar o seu trabalho de forma satisfatória, a partir da falta de uma formação específica para eles (Manhique, 2023). De qualquer forma, se, em termos gerais, existem estudos sobre práticas desportivas em Moçambique, no que diz respeito à cobertura que delas faz a mídia o resultado é extremamente modesto, contando com um número reduzido de publicações, na maioria isoladas (Tonetti, 2007; Bussotti, 2013b).

3. Estudos sobre as rádios comunitárias: os estudos a volta das rádios comunitárias reflectem, **grosso**

modo, duas tendências, por vezes contraditórias, que foram bem sintetizadas num estudo já relativamente antigo, mas ainda actual (Mota, 2014). Por um lado, várias pesquisas enfatizaram o papel das rádios comunitárias como promotoras do processo de desenvolvimento do país, em várias vertentes, desde saúde até o crescimento económico ou a melhoria dos serviços públicos locais (Jane, 2006; Mangue, 2022); por outro, a outra tendência se focalizou mais sobre o papel destas emissoras como implementadoras de uma cidadania mais crítica e consciente (Mota, 2010; Bussotti & Fonseca, 2018), enfatizando a sua função de **watch dog** com referência às administrações locais, com consequências por vezes pouco agradáveis por parte dos seus fazedores. Esta última tendência em várias circunstâncias tem realçado as dificuldades e até as perseguições que os jornalistas destas emissoras – quase todas ligadas ao Forcom – sofreram por estar a cumprir seu dever de informar os cidadãos sobre disfunções por parte do sector público local, práticas de corrupção, favoritismos, etc. Uma postura, esta, que originou, mesmo em tempos recentes, clivagens entre Forcom e ICS acerca das condições de actuação dos fazedores das rádios comunitárias no país (Sualehe, 2023).

4. Estudos sobre o trabalho do jornalismo e seus constrangimentos: com a liberdade de imprensa se desenvolve uma tendência de estudos sobre jornalismo que procura investigar, acima de tudo, o tipo de formação profissional que os jornalistas moçambicanos têm recebido pelas universidades com curso de jornalismo (ou de comunicação social). Esta vertente tem a ver com a relação

entre ensino superior, jornalismo profissional e capacidade, por parte dos jovens formados nessa área, em encontrar rápida inserção em órgãos de informação nacionais (Jane et alii, 2017; Nhapanze & Mbendane, 2019 & 2020). Entretanto, a vertente talvez mais estudada desta tendência é a relativa aos constrangimentos a que os jornalistas de vários órgãos (principalmente privados, mas também públicos) vão ao encontro, com ênfase nas ameaças à sua liberdade de expressão (Fauvet & Mosse, 2004; Leonardo, 2017; MISA Moçambique, 2018), aos mecanismos de censura e de autocensura, assim como às questões éticas (Nhanale, 2016; Vieira, 2017; Vitaniço, 2019-2020; Tiodósio, 2023), inclusive relacionadas com as *fake News* (Joanguete, 2019-2020). A regulamentação do sector da informação em Moçambique tem despertado alguma atenção por parte dos académicos, que devem ser distinguidos dos debates relativos à aprovação desta ou daquela lei (a partir da primeira de 1991) que animaram as preocupações de jornalistas e activistas sociais. Um primeiro quadro sobre esta questão foi disponibilizado por Tomás Vieira Mário, num livro sobre o direito à informação em Moçambique (Mário, 2008), actualizado alguns anos mais tarde mediante um artigo (Mário, 2019-2020). Mais focado sobre os organismos de regulamentação da mídia em Moçambique é um trabalho de Zavale e Fuel, que oferece uma visão exaustiva dos intervenientes no processo de regulamentação das notícias a nível nacional (Zavale & Fuel, 2019-2020). Finalmente, numa vertente de relacionamento entre poder judiciário, poder político e mídia, o trabalho de Leonardo oferece uma primeira análise de como

casos judiciais contra jornalistas tiveram seu desfecho nos tribunais moçambicanos (Leonardo, 2022).

5. Estudos sobre jornalismo televisivo: Moçambique não tinha uma tradição de estudos sobre jornalismo televisivo; assim, foram dois investigadores moçambicanos que estudaram no Brasil a trazer, pela primeira vez de forma sistemática, assuntos relacionados com jornalismo televisivo e seus desafios. Inicialmente, João Miguel, trabalhando com Valério Cruz Brittos, da Unisinos, trouxe para Moçambique estudos sobre o mercado televisivo (Brittos & Miguel, 2005), para depois propor uma visão mais sistemática do jornalismo televisivo nacional, consoante uma abordagem da economia política (Miguel, 2013). Poucos anos depois, Leonilda Sanvenca – a partir dos seus estudos na PUC de S. Paulo – propôs uma abordagem mais discursiva a volta de programas televisivos de cunho político (Sanvenca, 2016). Estudos foram também dedicados à transição da televisão moçambicana para o digital (Miguel, 2015; Baloi & Piu-lats, 2019-2020). Finalmente, com os estudos sobre jornalismo televisivo, iniciou a aparecer outra vertente muito pouco abordada pela academia moçambicana, também por razões de disponibilidade de recursos financeiros e técnicos: a relativa às pesquisas de audiência. Por exemplo, Pedro procurou esboçar uma investigação acerca deste importante e complicado assunto (Pedro, 2021), ao passo que a televisão abriu também uma ponte significativa com relação à questão da liberdade de expressão e de

imprensa, amplificando-a, em comparação com quanto tinha acontecido até então com relação à mídia impressa (Sitoe Júnior, 2021).

6. Estudos sobre Economia política do jornalismo em Moçambique: esta tendência foi estudada por parte de um número bastante limitado de autores, pois ela encontra várias dificuldades quanto ao tipo de informações a serem acatadas. Por exemplo, seria preciso ter um quadro claro a respeito do controlo (propriedade) dos vários órgãos de informação privada presentes no país, o que muitas vezes resulta extremamente difícil. Apesar dessa dificuldade, algumas pesquisas significativas foram levadas a cabo nesta óptica, deixando uma ideia bastante clara do tipo de mercado da mídia presente em Moçambique e de sua evolução. Como referido no ponto anterior, João Miguel introduziu esta perspectiva nos estudos sobre jornalismo em Moçambique, a partir da sua tese de doutoramento (Miguel, 2008). Tal assunto foi aprofundado em períodos mais recentes pelo próprio João Miguel (Miguel, 2019-2020) e por Ernesto Nhanale (2019).
7. Estudos sobre o papel da mulher na mídia moçambicana: existem pouco trabalhos específicos a volta deste tema, em consideração das várias vertentes mediante as quais esta análise pode ser desenvolvida: mulher-jornalista, mulher trabalhando em redações com papéis diferentes do de jornalista (fotógrafa, cameraman, assistente de produção, etc.), mulher objecto noticioso, mulher figura básica do marketing de marcas publicitárias e outros. O CEC tem

promovido esta vertente em vários projectos, a partir do mais importante, o Media Femme (<https://www.cec.org.mz/media-femme-3/>), que desaguou em vários momentos públicos, tais como seminários e conferências, assim como em estudos que culminaram em publicações científicas (Bussotti, 2019-2020). Em época mais recente outras pesquisas foram promovidas para descobrir o papel da mulher na política moçambicana mediante a cobertura de um semanário privado (Andrade & Timbane, 2022), deixando, entretanto, um campo de investigação ainda incipiente e por isso estimulador.

8. Estudos sobre redes sociais, mídia digital e inteligência artificial. Se trata de vertentes novas nos estudos sobre mídia em Moçambique, a que se dedicaram investigadores relativamente jovens, ou fortemente especializados, como é caso de Celestino Joanguete. As tendências dos estudos sobre redes sociais e jornalismo (ou jornalismo cidadão) podem ser classificadas segundo pelo menos duas vertentes: no primeiro caso se enaltece o papel da participação dos jovens neste novo espaço de debate público virtual, quebrando a hegemonia da mídia tradicional (Tсандzana, 2020b; Tsандzana, 2021-2022), e até desafiando o conceito e a prática tradicionais da democracia (Joanguete, 2017); no segundo se procura detectar as formas de violência que emergem em debates públicos (principalmente políticos) nas redes sociais (Nhantumbo, 2024), ou o poder das mentiras digitais (Joanguete, 2023b). Se trata de um debate ainda aberto, e que certamente será alimentado futuramente

por pesquisas que continuarão a explorar as duas vertentes acima assinaladas, talvez introduzindo outras, por exemplo relativas a como o trabalho do jornalista profissional terá de se adequar à nova realidade dos muitos jornalistas-cidadãos que informam (e desinformam) minuto por minuto um público cada vez mais vasto. Finalmente, mesmo em Moçambique tem-se iniciado a falar da inteligência artificial e de seus possíveis impactos e aplicações, por enquanto com textos de opinião (Samatope, 2023), embora o primeiro livro já tenha aparecido, apesar de não estar diretamente ligado ao trabalho do jornalista, mas sim à esfera jurídica (Joanguete, 2023).

4. Conclusões: as lacunas para preencher

Assim como a panorâmica apresentada no ponto anterior é forçosamente limitada, da mesma forma estas conclusões, que pretendem destacar algumas lacunas no jornalismo moçambicano contemporâneo, terão as mesmas características. Como acima assinalado, a partir dos estudos provavelmente mais desenvolvidos nesta área em Moçambique (os relativos ao jornalismo sectorial ou especializado), resultam evidentes limitações que poderão ser colmatadas através de pesquisas futuras. Por exemplo, a questão do género, mas, mais geralmente, da diversidade. Se é verdade que a mídia moçambicana não tem grande propensão em fazer cobertura ou aprofundar assuntos que tenham a ver com a diversidade (seja ela sexual, de género, étnica, etc.), não resta dúvidas de que existem exemplos que podem ser registados neste sentido. Já foi recordado acima da vertente

étnica, que só começou a ser estudada, na representação que dela faz a mídia moçambicana, em tempos recentes, mas que sempre esteve presente nos órgãos de informação nacional. E foi também recordado do papel da mulher (nos vários domínios) na mídia: um papel relevante, mas ainda muito pouco abordado. E finalmente, quanto à diferença de género, o tabu relativo às pessoas LGBT impediu também aos académicos de se debruçar sobre este assunto que, vice-versa, a mídia já abordou, e que inclusivamente pode ser analisado mediante as publicações que a própria LAMBDA costuma manter, mesmo de tipo periódico.

Outra vertente muito pouco considerada até hoje tem a ver com o jornalismo local, fora daquilo que já foi estudado a nível das rádios comunitárias. Hoje, quase todas as cidades dispõem de seus órgãos de informação, que focam em questões fundamentalmente locais: Nampula, Inhambane, Maputo, Quelimane, Nampula, Pemba, só para citar algumas das maiores cidades do país, já possuem órgãos de informação próprios, privados ou de associações e cooperativas, de que pouco ou quase nada se sabe.

Finalmente, uma vertente que neste estudo foi mencionada, e que já tem pesquisas feitas há bastante tempo tem a ver com o mercado da informação em Moçambique. Esta é uma questão que toca diferentes vertentes, tais como a propriedade de órgãos privados e suas relações com o mundo político e com a economia, até hoje quase que desconhecidas, o impacto das redes sociais no interior deste mercado, assim como da figura do jornalista e até do futuro dos jornais impressos.

São estas apenas algumas das possíveis novas pistas de pesquisa para quem estuda comunicação social e jornalismo em Moçambique, a que outras deveriam se acrescentar, segundo uma óptica de um trabalho tão enorme que só poderá ser coletivo, e não meramente individual... Com a esperança de que instituições, públicas e privadas, disponham de cada vez mais recursos para realizar tais pesquisas e publicá-las, possivelmente dentro do espaço nacional moçambicano.

5. Referências Bibliográficas

- Andrade, C. & Timbane, A. (2022). Análise das notícias sobre a participação da mulher na política moçambicana: o caso do jornal @Verdade. *Revista Porto das Letras*, vol. 8, n. 1, pp. 363-381. Disponível em: https://www.academia.edu/73058953/ANÁLISE_DAS_NOTÍCIAS_SOBRE_A_PARTICIPAÇÃO_DA_MULHER_NA_POLÍTICA_MOÇAMBICANA_O_CASO_DO_JORNAL_at_VERDADE
- Baloi, F. & Piulats, M. (2019-2020). Estratégias e discursos de digitalização da Televisão por Ondas em Moçambique (2006-2020). *Comunicação e Sociedade*, n. 9-10, pp. 83-102. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Filipe-Baloi-Maria-Piulats-.pdf>
- Bande, A. (2017). Papel da Mídia em Processos de Instigação de Conflitos e Construção da Paz no Burundi: Lições e Desafios Para Moçambique. Paper. Disponível em: https://www.academia.edu/44098814/Papel_da_Mídia_em_Processos_de_Instigação_de_Conflitos_e_Construção_da_Paz_no_Burundi_Lições_e_Desafios_Para_Moçambique
- Brito, L. (2009). Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais. In: II Conferência do IESE, *Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique*. Maputo, 22-23 de Abril de 2009. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/~ieseacmz/lib/publication/II_conf/GrupolV/Dsicurso_Politico_LBRITO.pdf
- Brittos, V. & Miguel, J. (2005). Comunicação e mercado: a lógica televisiva moçambicana. In: *Congresso de Ciências da Comunicação*, UBI, V. III. Covilhã
- Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110829-actas_vol_3.pdf
- Bussotti, L. (2013a). A comunicação do risco ambiental em Moçambique. O caso "Bypass" Mozal na cobertura da imprensa local. *Luciernaga*, 5(10), pp. 15-27. Disponível em: <https://revistas.elpoli.edu.co/index.php/luc/article/view/307>
- Bussotti, L. (2013b). Os X Jogos Africanos (Moçambique, setembro de 2011). Uma leitura "política" através da imprensa local. In: Nascimento, A., Bittencourt, Domingos, N. & de Melo, V.A. (Eds.). *Esporte e lazer na África*. Rio de Janeiro: 7Letras, pp. 241-266
- Bussotti, L. (2015). Media Freedom and the "Transition" Era in Mozambique: 1990-2000. In: Bussotti, L., De Barros, M. & Grätz, T. (Eds.). *Media Freedom and Right to Information in Africa*. Lisboa: ISCTE, pp. 46-71. Disponível em: <https://books.openedition.org/cei/169>
- Bussotti, L. (Ed.) (2018). *Os direitos humanos e a imprensa nos PALOP*. Coimbra: Coimbra Editora

Bussotti, L. (2019-2020). A representação da mulher no jornalismo moçambicano. O caso das emissoras radiofônicas. **Comunicação e Sociedade**, n. 9-10, pp. 123-139. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Luca-Bussotti.pdf>

Bussotti, L. (2021). A cobertura das doenças não transmissíveis em Moçambique: caso do jornal Notícias (2006-2018). **Saúde e sociedade**, 30(2). DOI: 10.1590/S0104-12902021190308

Bussotti, L. (2022). A questão étnica na comunicação política em Moçambique. In: Ferraz de Maia, J., Ribeiro Borges, R. & Peixoto Farias, S. (Eds.). **Estudos contemporâneos em jornalismo**, vol. 10, pp. 15-28. Goiânia: Universidade Federal de Goiás

Bussotti, L. (2023). Imprensa africana e autoritarismo: a questão étnica no espaço político e na comunicação social de Moçambique (2012-2022). **Estudos Ibero-Americanos**, 49(1), e44365. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.44365>

Bussotti, L. & Fonseca, M. (2018). Community Radios and Local Government in Mozambique: General Trends and Regional Differences in Citizens' Participation. In: Cunha, De Barros & Martins (Eds.). **Hispano-Lusophone Community Media: Identity, Cultural Politics and Difference**. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona, pp. 134-149

Bussotti, L. & Matimbe (2018). A. Serviço público de radiodifusão. Os critérios de noticiabilidade sobre o conflito político-militar em Moçambique no Jornal da Rádio Moçambique. In: Ferraz da Maia, J., Ribeiro

Borges, R. & Peixoto Farias, S. (Orgs.). **Estudos Contemporâneos em Jornalismo**, vol. 7. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018, pp. 331- 335

Chichava, S. & Pohlmann, J. (2010). Uma breve análise da imprensa moçambicana. In: **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, pp.127-138. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010_5.ImpMoc.pdf#:~:text=Liderada%20por%20indiv%C3%ADduos%20como%20Carlos%20Cardoso%20-%20fundador%2C,mo%C3%A7ambicano%2C%20assim%20como%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Bretton%20Woods

Conjo, M. P. F., Chichango, D. B., & de Jesus, O. M. (2021). O papel da mídia na divulgação de informação sobre mudanças climáticas em Moçambique. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 7(11), pp. 1635-1654

Da Graça, M. (1992). Luta pela liberdade de imprensa em Moçambique desde a independência. **Intercom**, 15(2), pp. 194-202

Farranguane, A. (2015). **O ambiente na imprensa moçambicana: o caso do jornal Notícias**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/111785

Fauvet, P. & Mosse, M. (2004). Carlos Cardoso: **É proibido pôr algemas nas palavras**. Maputo: Ndjira

Feijó, J. (2009). **Do passado Colonial à Independência:**

Os discursos do semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003). Lisboa:

Periplo

Fonseca, M. (2013). Imprensa e poder político em Moçambique. *RJR*, 33, pp. 118-120. Disponível em: https://rjr.ru.ac.za/rjrpdf/rjr_no33/Imprensa_e_poder_politico_em_Moçambique.pdf

Hohlfeldt, A. & Grabauska, F. (2010). Pioneiros da imprensa em Moçambique: João Albasini e seu irmão. *Brazilian Journalism Research*, vol. 6, n. 1, pp. 195-214. Disponível em: https://www.academia.edu/87504824/Pioneiros_da_imprensa_em_Moçambique_João_Albasini_e_seu_irmão

Jane, T. (2006). ***Comunicação para o Desenvolvimento: papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique.*** Tese de Doutoramento em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista. Disponível em: https://www.academia.edu/111547387/Comunicação_para_o_developolvimento_o_papel_das_rádios_comunitárias_na_educaçãopara_o_developolvimento_local_em_Moçambique

Jane, T. et alii (2017). Políticas científicas de comunicação e os desafios da pós-graduação em comunicação. Uma breve panorâmica sobre Moçambique. *Lasics*. Braga: Universidade do Minho, pp. 247-257. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229420387.pdf>

Joanguete, Celestino (2017). Comunicação política e cibercidadania: um desafio para as democracias emergentes. In: Moreira, A. et al. (Eds.). ***Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios.*** Braga: CECS, pp. 195-208

Joanguete, C. (2019-2020). O Jornalismo moçambicano e as **fake news**: o novo desafio para a qualidade de informação. ***Comunicação e Sociedade***, n.9-10, pp. 171-196. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Celestino-Joanguete.pdf>

Joanguete, C. (2023). ***A redação jurídica com ChatGPT.*** São Paulo: Dialética

Joanguete, C. (2023b). ***O poder das mentiras digitais.*** São Paulo: Dialética

Leonardo, S.B. (2017). O Direito à Liberdade de Expressão no Contexto Moçambicano. ***Comunicação e Sociedade***, n. 7, pp. 58-76. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2019/09/O-Direito-à-Liberdade-de-Expressão-no-Contexto-Moçambicano-Sarmiento-Bacelar-Leonardo.pdf>

Leonardo, S.B. (2022). ***O judiciário e a imprensa em Moçambique.*** Pisa: Tipografia Editrice Pisana

Madziwa, A., Angst, F. & Lazzarotto, A. (2020). Práticas de promoção da saúde e desafios em Moçambique. ***REID***, vol. 2, n. 11. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348480517_Praticas_de_promocao_da_saude_e_desafios_em_Mocambique

Mahumane, M. (2023). Inteligência artificial: País possui potencial para se destacar. Celestino Joanguete, Professor e investigador da Escola de Comunicação e Artes da UEM. ***Domingo***, 17/12/2023. Disponível em: <https://www.jornaldomingo.co.mz/reportagem/inteligencia-artificial-pais-possui-potencial-para-se-destacar/>

Mangue, A. (2022). As rádios comunitárias e a produção de conteúdos em Moçambique – Experiências de Comunicação para o Desenvolvimento. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. DOI:10.5380/am.v24i1.85500

Manhique, A. (2023). Profissionais da comunicação falam sobre os desafios dos jornalistas desportivos moçambicanos. **Lancemz**, 28/09/2023. Disponível em: <https://lance.co.mz/artigo/profissionais-de-comunicacao-falam-sobre-os-desafios-dos-jornalistas-desportivos-mocambicanos>

Manjate, J. & Fonseca, M. (2014). A cobertura da imprensa escrita na divulgação de informações sobre a exploração de recursos naturais em Moçambique. In: Bussotti, L., De Barros, M. & Grätz, T. (Eds.). **Media Freedom and Right to Information in Africa**. Lisboa: ISCTE, pp. 73-97. Disponível em: <https://books.openedition.org/cei/169>

Mário, T.V. (2008). **Direito à informação e jornalismo em Moçambique**. Maputo: Ndjira

Mário, T.V. (2016). **25 anos de liberdade de imprensa em Moçambique**. Maputo: Alcance

Mário, T.V. (2019-2020). A regulação dos media em Moçambique. **Comunicação e Sociedade**, n. 9-10, pp. 19-34. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Tomas-Vieira-Mario.pdf>

Miguel, J. (2008). **Midia, politica e mercado na sociedade: o sector televisivo aberto**. Tese de Doutoramento. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Miguel, J. (2013). **Economia Política da Televisão Moçambicana**. Maputo: CEC.

Miguel, J. (2015). Digitalização da televisão em Moçambique: estratégias, políticas e reconfigurações. **Revista UNINTER de Comunicação**, vol. 3, n. 4, pp. 84-105. Disponível em: <https://www.kufunda.net/publicdocs/Digitalizacao%20da%20TV%20em%20Mocambique%20-%20Joao%20Miguel.pdf>

Miguel, J. (2019-2020). Os media em Moçambique hoje: mapeamento, grupos de controlo e **outsiders**. **Comunicação e Sociedade**, n. 9-10, pp. 61-81. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Joao-Miguel.pdf>

Misa Moçambique (2018). **Relatório sobre o estado da liberdade de imprensa – 2018**. Maputo: Misa-Moçambique. Disponível em: https://www.caicc.org.mz/images/documentos/Relatorio_sobre_o_Estado_da_Liberdade_de_Imprensa-2018.pdf

Mota, P. (2010). Rádios comunitárias: “Voz di Povo”. Os casos da Guiné-Bissau e Moçambique. **CIEA 7**, Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/5313521/Rádios_Comunitárias_Voz_di_Povo_Os_casos_da_Guiné_Bissau_e_Moçambique

Mota, P. (2014). Para onde vais, Comunicação para o Desenvolvimento? Rádios comunitárias: projetos com compromissos. In: Veloso Neto, H. & Lima Coelho, S. (Eds.). **Responsabilidade, respeito e ética na vida em sociedade**. Porto: Civering Publishing, pp.246-267. Disponível em: https://www.academia.edu/7623534/Para_oude_vais_Comunicação_para_o_Desenvolvimento_

Rádios_Comunitárias_projectos_com_compromisso_

Mutowe, Z. (2020). O jornalismo cultural: Uma ferramenta de construção da consciência crítica dos moçambicanos. Caso de Estudo: Savana e Zambeze. *Revista Científica da UDM*, n. 2. Disponível em: https://revistacientifica.udm.ac.mz/index.php?option=com_docman&view=download&alias=69-7-o-jornalismo-cultural-uma-ferramenta-de-construcao-da-consciencia-critica-dos-mocambicanos-caso-de-estudo-savana-e-zambeze&category_slug=edicao-n-2-2020&Itemid=287

Namburete, Eduardo (2003). A Comunicação Social em Moçambique: da independência à liberdade". *Comunicação apresentada no Anuário Internacional De Comunicação Lusófona*, Abril 2003. São Paulo

Nhampoca, J. (2023). Os media e o ambiente: Análise de questões ambientais em três jornais de Moçambique. *Meio Ambiente (Brasil)*, v.5, n.5., pp.49-58. Disponível em: <https://meioambientebrasil.com.br/index.php/MABRA/article/view/432>

Nhanale, E. (2016). Análise de questões éticas na imprensa escrita em Moçambique. Maputo: CEC/SNJ/MISA. Disponível em: https://www.academia.edu/73671130/ANÁLISE_DE_QUESTÕES_ÉTICAS_NA_IMPRENSA_ESCRITA_EM_MOÇAMBIQUE

Nhanale, E. (2017). *O jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana*. Tese de Doutoramento. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/141511152>

Nhanale, E. (2019). O mercado dos media em Moçambique: a estrutura de propriedade e o seu reflexo sobre a oferta de conteúdos nos media privados e públicos. In: Figueiras, R. & Ribeiro, N. (Eds.) *O Setor dos Media no Espaço Lusófono*. Lisboa: Universidade Católica Editora

Nhanale, E. (2022). O sistema dos media e a política em Moçambique. *Líbero*, a. 25, n. 50, pp. 37-52.

Nhanale, E. & Fonseca, M. (2019). *Relatório de monitoria da cobertura dos media das eleições gerais de 2019 em Moçambique*. Maputo: MISA. Disponível em: https://www.academia.edu/73671776/Relatório_de_Monitoria_da_Cobertura_dos_Media_das_Eleições_Gerais_de_2019_em_Moçambique

Nhantumbo, A. (2024). *O tribunal da Internet: Como as redes sociais digitais se tornaram um lugar de ódio, violência, julgamentos e execuções sumárias*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Media Digital. Maputo: Universidade Pedagógica de Maputo

Nhapanze, E.S. & Mbendane, C. (2019-2020). Percursos formativos do jornalismo em Moçambique. *Comunicação & Sociedade*, n. 9/10, pp. 106-122. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Ernesto-Nhapanze-Claudia-Mbendane.pdf>

Pedro, M. (2021). Análise de audiências em Moçambique: breve olhar sobre o sector televisivo. In: https://www.academia.edu/49333289/Análise_de_audiências_em_Moçambique_breve_olhar_sobre_o_sector_televisivo

Posse, L. (2020). Heróis da luta de libertação nacional e a ideia de nação nos discursos do Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 122, pp. 97-118. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/10702>

Ribeiro, F. & Sopa, A. (1996). *140 anos da imprensa em Moçambique*. Maputo: AMOLP

Samatope, D. (2023). Inteligência artificial em Moçambique: Como a tecnologia está a moldar a economia do país, 09/05/2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/inteligencia-artificial-em-mocambique-como-tecnologia-donato-samatope/?originalSubdomain=pt>

Sanvenca, L. (2016). *Televisão e Política: Estratégias Discursivas da Propaganda Eleitoral em Moçambique*. Maputo: CEC

Sitoe Júnior, A. (2021). A televisão e o soberano desconhecido em Moçambique: o efeito de vigiar e punir os analistas. *Veredas da História*, vol. 14, n. 1, pp. 1035. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364659933_A_TELEVISAO_E_O_SOBERANO_DESCONHECIDO_EM_MOCAMBIQUE_OS_EFEITOS_DE_VIGIAR_E_PUNIR_OS_ANALISTAS

Sualehe, A. (2023). Moçambique: Rádios comunitárias em risco de silenciamento, diz rede nacional. *Voaportugues*, 24/07/2023. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/mocambique-rádios-comunitárias-em-risco-de-silenciamento-diz-rede->

[nacional/7194200.html](https://www.voaportugues.com/a/mocambique-rádios-comunitárias-em-risco-de-silenciamento-diz-rede-nacional/7194200.html)

Tiodósio, A. (2023). Os desafios da ética nos meios de comunicação social em Moçambique e suas implicações no contexto social. *Ciências da Comunicação*. Pemba. Disponível em: https://www.academia.edu/94652402/Os_desafios_da_ética_nos_meios_de_Comunicação_Social_em_Mocambique_e_suas_implicações_no_contexto_social

Tonetti, C. (2007). A Mídia Televisiva em Moçambique e os espaços de Discussão sobre odesporto. *Motrivivência*, Ano XIX, Nº 28, pp. 154-163

Tsandzana, D. (2020). Estratégias de comunicação política em Moçambique: entre exclusão de candidatos e o combate à desinformação. *Mediapolis*, 2(11), pp. 71-86. Disponível em: https://www.academia.edu/45164653/Estratégias_de_Comunicação_Política_em_Mocambique_entre_a_exclusão_de_candidatos_e_o_combate_à_desinformação

Tsandzana, D. (2020b). Redes Sociais da Internet como "Tubo de Escape" Juvenil no Espaço Político-Urbano em Moçambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, 40(2), pp. 167-189

Tsandzana, D. (2021-2022). Jovens urbanos e Internet em Moçambique: despolitizados ou portadores de "novas" formas de participação política? *Comunicação e Sociedade*, n. 11-12, pp.

58-83. Disponível em: https://www.academia.edu/105817043/Jovens_urbanos_e_Internet_em_Moçambique_despolitizados_ou_portadores_de_novas_formas_de_participação_política

Vieira, T. (2017). Violações das questões éticas no jornalismo em Moçambique. **Conferência brasileira de mídia cidadã**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 25-27/10. Disponível em: <https://abpcom.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Violações-das-questões-éticas-no-jornalismo-em-Moçambique.pdf>

Vitanisso, C. (2019-2020). Ética e deontologia no jornalismo moçambicano. **Comunicação e Sociedade**, n. 9-10, pp. 143-169. Disponível em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Carlos-E.-Vitanisso.pdf>

Zamparoni, V. (2009). Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX. In: Galves, C., Garmes, H. & Rosa Ribeiro, F. (Eds.). **África-Brasil. Caminhos da língua portuguesa**. Campinas: UNICAMP, pp. 27-56

Zavale, A. & Fuel, I. (2010-2020). Organismos de regulamentação dos media em Moçambique: estrutura e desafios no desenvolvimento da independência e pluralismo mediático. **Comunicação e Sociedade**, n. 9-10, pp. 35-58. Disponível

em: <https://www.cec.org.mz/wp-content/uploads/2022/11/Revista-CS-Alexandre-Zavale-Isaias-Fuel.pdf>

Zonjo, J.F. (2018). **Discurso como política pública**. Dissertação de Mestrado em Governação e Administração Pública. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Disponível em: www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/241/1/2018%20-%20Zonjo%2C%20Johane%20Francisco%20Chibaio.pdf



32

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS

Comunicação e Filosofia - Novas pontes interculturais Brasil - continente africano, análise a partir de Moçambique

Toni André Scharlau Vieira

RESUMO

As relações entre o Brasil e o continente africano sempre foram atravessadas pelo olhar e pelas pressões do pensamento colonial e imperialista. Assim, ontologicamente, se foi construindo avaliações políticas e até mesmo históricas (a história dos colonizadores) que davam conta que o verdadeiro foco cultural, econômico e político deveria ser o determinado pelo hemisfério norte. Para ampliar e questionar essas noções se propõe uma comparação estabelecendo semelhanças e diferenças nos contextos moçambicano e brasileiro quanto a metodologias e programas envolvendo Comunicação e Filosofia. Este artigo tem como principal premissa ampliar o conhecimento sobre a filosofia africana e sua aderência e aplicabilidade no ensino de comunicação no Brasil e demais países lusófonos. Será apresentada uma avaliação sobre o espaço destinado a filosofia africana no cotidiano de aprendizado nos cursos de Comunicação no Brasil e em

Moçambique e as possíveis repercussões dessa realidade no cotidiano de formação de comunicadores. Para tanto é realizado um diálogo com pensadores africanos e brasileiros na perspectiva de propor um olhar renovado e sintonizado com demandas necessárias e urgentes para diminuir preconceitos e ampliar a noção de humanidade na formação de comunicadores.

Palavras chave: Comunicação, Filosofia, Cultura, diáspora, África

Introdução

Relacionar interculturalidade, Filosofia e Comunicação não pode ser apenas verificar se os três elementos estão “conversando” entre si. O nexó que se deve estabelecer é como o conhecimento da filosofia (especialmente a africana e seu estudo nesse caso em particular), uma vez comunicado, conhecido, pode ampliar as noções de interculturalidade e colaborar para diminuir diferenças e preconceitos e, assim, contribuir para avanços comunicacionais.

Trata-se, então, de discutir como a filosofia africana pode estabelecer novas pontes culturais entre o Brasil e o continente africano. Parte-se do pressuposto que pontes culturais são fundamentais para garantir ampliações de conhecimento e, conseqüentemente, bons fluxos comunicacionais.

A escolha de Moçambique como País dialogante com o Brasil se dá, especialmente, pelas ligações maiúsculas que possuímos, desde a mesma língua, o mesmo império explorador (Portugal) e uma intercultura ancestral e atual que vai da música a comida, do sotaque aos movimentos corporais. Somos um nós, um eu plural que se toca para entender o outro e entende e pulsa na construção de aproximações, de pontes, pontes interculturais.

É poético, como deve ser, mas também é triste, do jeito que o colonialismo, o neo colonialismo gosta. De uma certa forma esse texto é para desentristecer e buscar forças para mudar um cenário que Luís Thiago

Freire Dantas descreveu em 2018 citando Charles Mills (1997, p. 2):

a filosofia manteve-se intocável pelos debates do multiculturalismo, reforma de cânone e trânsito étnico na Academia; tanto demograficamente e conceitualmente, é uma das ‘mais brancas’ (whitetest) das humanidades. (DANTAS, 2018, p. 171)

O autor recorda que, enquanto categoria do conhecimento humano, a Filosofia foi blindada para não reconhecer qualquer reconhecimento do incontestável pioneirismo africano quanto ao pensar sobre o que é o ser humano e sua existência. O suposto protagonismo grego é totalmente contestável, até porque grande parte dos seus “fundadores” desenvolveram seus estudos longe de onde hoje é a Grécia, primeiramente, no Egito, como Talles de Mileto (624-558 a.C.). Aliás, Talles que é tido como o pai da filosofia, nasceu onde hoje é a Turquia (que a época era território grego) e também visitou lugares como a Mesopotâmia, onde hoje é o Iraque. Portanto, suas referências e estudos são plurais e incluem pontos geográficos e culturais diversos dos europeus.

Mas aqui não se trata de discutir se a Filosofia é ou não é uma “cria” europeia. A grande questão é porque se criou termos como etnofilosofia para designar o pensamento africano? Para além de isso se justificar para garantir a

1. Toni André Scharlau Vieira é Professor Doutor do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Sul do Brasil.

rapinagem europeia do continente africano (sim, pois dizer que os africanos eram sub humanos e incapazes de raciocínios intelectuais naturalizava, entre outras coisas, a escravização), também mascara o verdadeiro protagonismo das antigas civilizações do continente, como a egípcia e a etíope.

Autores como Cheikh Diop, Molefi Asante, Ama Mazama, entre outros, ainda no século XX, já mostravam como havia uma importância enorme dos povos africanos para estabelecer o que posteriormente viria a ser chamado de Filosofia. Molefi Asante, por exemplo, chega a conclusão que o próprio vocábulo filosofia, teria sua origem na expressão "Sophia" da língua africana MduNtr, do antigo Egito. Já a palavra "Seba", que significa "o sábio", teria sido documentada pela primeira vez em 2052 a.C., conforme se vê no túmulo de Antef. (ASANTE, 2014, p.118)

Como se percebe, os dados históricos incontesteáveis, documentados e reconhecidos pelos próprios europeus, mostram que a existência de um pensamento filosófico (independente do lugar em que ocorreu) é bastante anterior aos gregos. Então, uma vez registrado isso, se pode falar com mais propriedade de uma robusta contribuição africana para o conceito de filosofia, mais ainda, também para os conceitos de cultura e civilização, como destaca, mais uma vez, Molefi Asante:

A África é um multiplexo de culturas. Isso não quer dizer que os valores subjacentes às várias culturas sejam significativamente diferentes, como alguns tentaram argumentar. Em todo lugar na África, desde os tempos mais antigos [os tempos de Kemet], parece haver um compartilhamento

de características no modo como os seres humanos abordaram o universo, o ambiente, a sociedade e o divino. Esse compartilhamento permite a esse multiplexo cultural ser analisado a partir da perspectiva de uma civilização geral. Existem vários elementos para a mente da África que governam o modo como os seres humanos se comportam em relação à realidade: a prática do holismo, o prevaecimento da poli consciência, a ideia da inclusividade, a unidade dos mundos e o valor do relacionamento pessoal. (ASANTE, 1990, p.19)

Isso posto é possível verificar como existiu e existe um movimento para diminuir, ou mais, anular as contribuições dos povos africanos para a constituição de um saber humano e universal. Então como não seria lógico se conectar com esses saberes para, num primeiro momento, fazer JUSTIÇA aos pensadores africanos de tempos imemoriais e aos contemporâneos? E, na sequência, trabalhar com as suas produções em diálogo com a formação dos comunicadores brasileiros numa perspectiva filosófica e intercultural.

Metodologia

Esse texto quer estabelecer nexos que possam mostrar caminhos tanto na direção de um reconhecimento da intelectualidade de África, como das culturas presentes no continente e suas repercussões, influências e releituras em vários lugares do mundo. Quando se relaciona os meios de Comunicação, a filosofia e as diferentes culturas, também se está mostrando a importância dos meios de

comunicação na construção de referenciais civilizatórios. Quem nasce e cresce lendo, vendo, sendo informado que o continente africano é apenas o lugar de onde saíram os escravizados como poderá ter outra ideia?

O caminho que se pode trilhar passa pela cultura, certamente. Como área das ciências Humanas, a Comunicação deve ser considerada como um espaço de debate de segunda ordem, isso quer dizer que os estudos e as pesquisas produzidas não são adotados nas práticas diárias da Comunicação dos veículos como rádio, televisão, impressos ou o conjunto digital no âmbito da internet. De uma certa forma as pesquisas em Filosofia e Cultura também possuem características semelhantes.

As pesquisas biomédicas e as tecnológicas (mecatrônica, por exemplo) se refletem rapidamente nas atividades fim. O trabalho em torno do desenvolvimento de novos motores elétricos ou os estudos para neutralizar células afetadas por câncer vão dos laboratórios e universidades para o chamado mercado rapidamente. O mesmo não acontece com a área de comunicação, pois as características mercadológicas dessa pode prescindir dos avanços universitários já que as expectativas mercadológicas ainda são conservadoras.

Para perceber o impacto da Filosofia e da Cultura na construção de um saber comunicacional opta-se aqui por uma análise de conteúdo e a escolha de categorias que podem produzir um melhor entendimento sobre as relações entre Comunicação, Filosofia, Cultura e interculturalidade. Isso na perspectiva de colocar mais luzes na questão e apontar formas de intervir na questão do ensino de Comunicação mais sintonizado com

questões filosóficas e culturais, contribuindo, assim, para uma maior visibilidade pública desses debates e ampliação da utilização dessas reflexões no cotidiano do fazer comunicacional tanto nas redações (produtoras de conteúdos sociais) como nas academias.

A análise de conteúdo é entendida aqui como um método de pesquisa observacional. Ele é usado, sistematicamente, para avaliar os conteúdos (simbólico ou puramente comercial/mercadológico) das formas de comunicação que se quer estudar. Essa análise pode se dar em vários níveis (imagens, palavras, papéis, conceitos, etc.). Segundo Bardin a análise de conteúdo é

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. (BARDIN, 2000, p. 42)

Nesse texto se trabalha com a análise de conteúdo a partir das mensagens obtidas junto a docentes dos Cursos de Comunicação Social (especialmente Jornalismo, mas também de Publicidade e Propaganda e relações Públicas) do Brasil e de Moçambique. A amostra é aleatória e foi organizada a partir da disponibilidade de docentes ligados a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ) e a Associação Moçambicana de Ciências da Comunicação e da Informação (ACICOM), totalizando um universo de 34 pessoas.

Apesar de o número ser relativamente pequeno para um universo que pode ultrapassar o milhar, entende-se que é representativo pois se trata de uma amostra significativamente qualitativa, pois é composta por professores que vivenciam o cotidiano do ensino de Comunicação nos dois países. A ideia foi produzir um quadro quanto ao conhecimento e aplicabilidade de aspectos da Filosofia e da Cultura dentro dos países e entre os dois, naquilo que os une, na perspectiva de construir formas de aproximação e formulações mais atuais sobre as pedagogias empregadas e desejos de mudança.

Os professores receberam perguntas sobre o perfil pedagógico dos cursos aos quais estão ligados e quanto aos seus hábitos de preparação de aulas/conteúdos. A descrição apresentada nos resultados, logo a seguir, aponta uma forte preocupação com atendimento de questões que podemos chamar de mercadológicas. Quer dizer que o ensino de comunicação (pelo menos essa amostra coletada) está mais preocupado em formar do que transformar. Tem mais desejo de atender as demandas das empresas do que confrontá-las com a realidade. Algo como se os cursos de Medicina deixassem de estudar novos procedimentos cirúrgicos para se preocupar em atender a demanda dos hospitais e clínicas médicas.

Metodologicamente a análise de conteúdo trabalha com marcadores (categorias) que se apresentam como ferramentas heurísticas, possibilitando descobertas. Como metodologia exploratória, ela aponta tendências, características e ajuda a entender melhor o fenômeno estudado. Dessa forma fica mais fácil comprovar, ou não a(s) hipótese(s) levantada(s). Nesse texto a hipótese é a de que a ampliação do debate filosófico e intercultural contribui

para uma melhor formação de comunicadores e os coloca no papel de instituição social pensante. O que é consoante com a ideia de Bardin quando ela aponta que o papel do pesquisador “não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados relativamente a outras coisas” (BARDIN, 2000, p. 38).

O papel da pesquisa em Comunicação relacionada, aproximada ou até mesmo conjugada com a Filosofia e com a Cultura dos diferentes povos é encarada aqui como um importante desafio. A ideia é perceber como essas áreas do conhecimento podem se relacionar e produzir perspectivas que apontem para pesquisas de “primeira ordem”, quer dizer, aquelas pesquisas que vão mesmo produzir transformações no exercício profissional, assim como médicos e engenheiros que refletem o conhecimento produzido pelas pesquisas das áreas e mudam seu “modus operandi”, o que não tem acontecido na área comunicacional, pelo menos não de forma perceptível para a sociedade.

Resultados

Ao realizar-se um estudo jamais se poderá pensar que ele é definitivo ou final. Esse presente estudo nada mais é do que um retrato, um instantâneo que tem como principal tarefa oferecer uma reflexão a respeito do modo como operamos, no caso específico, do modo como ensinamos e formamos profissionais na área de Comunicação, especialmente em Jornalismo. Já se produziu muitas reflexões a respeito do espaço das humanidades na formação profissional, especialmente de jornalistas, mas considera-se que esse debate ainda não é o suficiente, quer dizer, é preciso ampliá-lo, relacioná-lo com os dilemas éticos-profissionais surgidos, especialmente, a partir da chamada revolução digital.

O propósito aqui é perceber o espaço de conteúdos de Filosofia, Cultura e interculturalidade na formação de jornalistas. Para tanto elegeu-se uma amostra de professores de jornalismo do Brasil e de Moçambique. Dessa forma, além da comparação pura e simples, também se apresenta a presença e o nível de entendimento sobre questões como a interculturalidade, as relações entre nações do Sul Global e o lugar ocupado pelos conceitos de colonialismo e decolonialidade na formação de comunicadores nesses dois Países.

Não se vai entrar, especialmente, no debate sobre a necessidade de incluir a Filosofia nos currículos dos cursos de Comunicação Social, tanto no Brasil como em Moçambique, acreditamos que isso é necessário e fundamental. A tarefa aqui é verificar como se dá o uso de conteúdos filosóficos nas disciplinas de formação de comunicadores e o lugar de autores africanos na concepção geral desses conteúdos.

Perguntas	Professores Brasil	Moçambique
Onde leciona há uma disciplina envolvendo Jornalismo/Comunicação com Filosofia?	Sim - 8 Não - 9	Sim - 1 Não - 16
No cotidiano de ensino aprendizagem você usa conteúdos filosóficos nas disciplinas que ministra?	Sim - 12 Não - 5	Sim - 4 Não - 13
Poderia citar algum filósofo de origem brasileira (moçambicana) e apontar algum conceito construído a partir da sua obra?	Nenhum dos 17 ouvidos conhecia ou trabalhava com filósofos africanos	Entre os 17 ouvidos foi citado o historiador Leandro Karnal, mas nenhum filósofo brasileiro

Que conteúdos da Cultura do Brasil (Moçambique) estão presentes nas disciplinas ou nos materiais acadêmicos que produz? Em termos gerais, há como determinar um percentual (na sua avaliação particular) que a cultura de países como o Brasil (Moçambique) ocupa na sua produção acadêmica entre sala de aula e produção de textos (acadêmicos ou não)? Por favor, faça uma avaliação... 40%, 10%... opinião a partir da experiência própria ou da avaliação geral a partir da sua leitura da realidade dada no País.	Utiliza conteúdos africanos? Sim - 0 Não - 17	Utiliza conteúdos brasileiros? Sim - 10 Não - 7
É possível apontar um percentual de utilização de conceitos africanos (brasileiros) na formulação de conteúdos das disciplinas?	0%	40%
Qual sua avaliação sobre o lugar da cultura e da filosofia brasileira (moçambicana) nos currículos das escolas de Jornalismo/Comunicação em Moçambique (no Brasil)?	Necessária - 17 Não sabe - 0 Desnecessária - 0	Necessária - 17 Não sabe - 0 Desnecessária - 0

O levantamento quantitativo aqui serve como base para uma avaliação qualitativa. O panorama representado no quadro acima obtido a partir de questionários respondidos remotamente (via e-mail e outros formatos online) mostra que existe aproximações entre o universo dos cursos de Comunicação brasileiros e moçambicanos. No entanto, essas aproximações se referem mais a pouca identidade cultural e

filosófica na formação dos alunos. Dos 34 professores consultados 25 afirmaram não ter ou não conhecer conteúdos de Filosofia nos currículos de Comunicação, outros 9 afirmaram que sim, que há disciplinas com esse propósito nas suas instituições.

Destaque-se que entre os que afirmaram ter disciplinas tratando de temas filosóficos, identificou-se que elas ocorrem nos primeiros semestres dos cursos. Isso quer dizer que são introdutórias, básicas e, portanto, possuem pouco diálogo com aquelas disciplinas de formação profissional. Mesmo onde se trabalha conteúdos filosóficos eles não estão presentes nos currículos de forma transversal, não se verifica conexões. Por exemplo: ao tratar do mito da caverna de Platão não se realiza uma aproximação com a mídia hegemônica, que poderia ser vista como a propagadora das “sombrias assustadoras”.

Para além do currículo

Sim, é necessário repensar currículos, porém, antes disso, é mais importante ter clara a natureza da formação em jornalismo. A jornalista, pesquisadora e professora de jornalismo Cremilda Medina já formulou a ideia de que o jornalista é um especialista em generalidades (MEDINA, 1982). Ela defende que, por ser um profissional que trabalha com conteúdos diversos, o jornalista precisa ter formação plural, especialmente em humanidades, por conseguinte, precisa ter uma grande base filosófica e cultural.

Aqui se pode perceber o papel e a importância de um pensamento intercultural na formação dos jornalistas, dos comunicadores, a partir de ampliações da Filosofia ou mais, da Filosofia intercultural nos currículos. Parte-se do entendimento de Fernet-Becancourt sobre Filosofia intercultural, que aponta o cuidado para

(...) não converter nossa própria maneira de pensar no lugar do encontro com o outro; isto é, não fazer do nosso mundo categorial o centro a partir do qual nós “compreendemos” o outro, no sentido de defini-lo e determina-lo à luz de nosso horizonte de compreensão. Esse “entender” assimila e incorpora por redução, mas não se cumpre como conhecimento que re-conhece no outro uma fonte de sentido de igual originalidade e dignidade. (FORNET-BECANCOURT, 1994.

Essa aproximação é bem pertinente para repensar a formação de um repórter, por exemplo. Na filosofia intercultural se dá relevância ao diálogo. É como aponta o filósofo moçambicano Severino Ngoenha:

(...) o diálogo começa quando reconhecemos o outro a quem nos dirigimos. O diálogo é essencialmente pôr em comum um sentido, é pôr em comum o que ainda não é, a partir do que já é; constatar as divergências com base no que já se tomou comum: a presença ao mesmo país, a existência de uma certa moçambicanidade, de uma história comum (mesmo de conflito) e o desejo comum da paz. No diálogo, a questão é saber como transitar de eu e tu, a nós, (NGOENHA, 2013, p.168).

Compor a formação do jornalista com os princípios da filosofia intercultural é um caminho para o reconhecimento desse profissional como responsável por colocar em comum as questões sociais. Trata-se, como disse Ngoenha, de dar mais espaço para o nós na dimensão dos diálogos sociais promovidos (ou que se deveriam promover!) pelos meios de comunicação.

O levantamento realizado entre professores do Brasil

e de Moçambique (veja quadro acima) mostra que a base filosófica é, no máximo, acessória. Quer dizer ela não se configura como matéria de fundo, não transita conjuntamente com outros conceitos como a ética e mesmo as lógicas profissionais como o valor notícia, a reportagem ou o agendamento ao longo da formação. Se não dialoga com todos os momentos da formação a base filosófica não dialoga com a formação como um todo.

As bases filosóficas e interculturais, por isso, se mostram importantes na formação de comunicadores para que possam dar mais valor ao respeito dialogante, que vê o outro como um outro legítimo dentro do processo de vida social. Paulo Freire entende a Educação como uma forma de intervir no mundo, essa lógica é mais do que adequada ao ensino de jornalismo, cuja principal tarefa é intervir no mundo.

(...) tarefa daqueles que sabem que pouco sabem –por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2002, p. 25).

Sim, alguns podem dizer que o jornalismo não intervém no mundo, que ele reporta o mundo. Ocorre que esse reportar é uma intervenção. Através da cobertura de eventos, notícias e análises, os jornalistas moldam a narrativa e a percepção das pessoas sobre diferentes assuntos, políticas e acontecimentos. Portanto, o jornalismo tem o potencial de provocar mudanças, gerar debates e influenciar a sociedade, tornando-se assim uma forma de intervenção no mundo.

Fica claro aqui que a ideia de imparcialidade é muito mais um discurso empresarial e um dos aspectos que mostram a falta de conteúdo filosófico no debate. Ao invés de imparcial o trabalho do jornalismo na sua relação com a sociedade pode ser construído de forma isenta, mas a imparcialidade ou a objetividade é uma quimera.

O intelecto humano não é luz pura, pois recebe influência da vontade e dos afetos, donde se poder gerar a ciência que se quer. Pois o homem se inclina a ter por verdade o que prefere. Em vista disso, rejeita as dificuldades, levado pela impaciência da investigação; a sobriedade, porque sofre a esperança; os princípios supremos da natureza, em favor da superstição; a luz da experiência, em favor da arrogância e do orgulho, evitando parecer se ocupar de coisas vis e efêmeras; paradoxos, por respeito à opinião do vulgo. Enfim, inúmeras são as fórmulas pelas quais o sentimento, quase sempre imperceptivelmente, se insinua e afeta o intelecto. (BACON, 1997, p. 17)

O sentimento de que fala Bacon pode ser traduzido como um pré-julgamento ou uma visão de mundo formada anteriormente ao se reportar a um fato. Por exemplo, um repórter vai fazer a cobertura jornalística de uma reintegração de posse em uma ocupação urbana. Se ele for contra a especulação imobiliária ele vai fazer uma abordagem, se for favorável, fará outra. Tudo a partir da mesma pauta. O sentimento afeta o intelecto, como lembra Bacon, e a forma de apresentar o fato jornalisticamente não pode alinhar-se com o conceito da imparcialidade, até porque isso demandaria uma referência. Como se estando exatamente em cima da linha do equador eu não estivesse nem no

hemisfério norte e nem no sul. Mas todos sabem que essa linha é imaginária e ainda assim o simples domínio do conceito norte e sul já é um posicionamento, já que várias civilizações humanas ignoram tal referência, ou não se orientam por ela.

Como se vê, o debate é uma questão filosófica. Não é possível definir o que pode ser uma postura imparcial pois isso dependeria de alguém, um juiz, que não tenha nenhuma ligação com as partes, mas como se pode julgar se não conhecer as partes? Uma vez conhecendo as partes ou mesmo uma delas (não importa quantas sejam!) o juiz vai usar suas referências de conhecimento e de moral que ele possui. Essas, podem ser completamente opostas as de uma das partes. Em tese, todo julgamento é parcial.

Ampliar esse debate filosófico na formação dos jornalistas contribui claramente para que haja equidade, para que haja busca para a revelação de vários pontos de vista. A construção do conhecimento não é imparcial, uma vez que ela depende de escolhas individuais. Ao escolher ler autores de uma perspectiva eu dou menos importância para outras e, assim, estou sendo parcial. Como destacou Érico Veríssimo, a suposta "imparcialidade", normalmente, é fruto de subserviência.

Visito com Xisto a redação e as oficinas de A Verdade. O diretor do jornal é um tipo curioso. Dá uma impressão de fluidez, é um homem que, como os líquidos, toma a forma do vaso que os contém, isto é, da pessoa com quem fala ou a que serve. Meia-idade, alto (em termos brasileiros) moreno, calvo, pele oleosa, vaselina na voz, nos gestos e nas ideias. Sua alcunha na cidade é Lucas Lesma porque - explicam - a lesma é um animal capaz de arrastar-se sobre o fio de uma navalha sem se cortar e sem

cair para um lado nem para o outro. Conta-se que Lucas Faia tem passado a vida a rastejar incólume sobre o gume da espada afiadíssima da política e de mil outras contendidas municipais. 'um molusco' - dizem os seus inimigos. (VERISSIMO, 2006, p. 158).

Trabalhar uma formação filosófica para relacionar o debate com o Jornalismo tiraria da questão da imparcialidade o seu aspecto puramente mercadológico (um grande número de empresas jornalísticas se afirma imparcial como estratégia de venda e fidelização) e possibilitaria um debate social mais ético e transparente. O "jornalista lesma" está longe de ser uma personalidade social importante, ao contrário, é um obstáculo para o fluxo informacional que pode levar a sociedade a uma melhor compreensão sobre os fatos cotidianos e as formas de intervenção e debate sobre eles.

Reflexões Conclusivas

Do ponto de vista técnico esse texto apresenta uma preocupação quanto ao espaço que a Filosofia, a interculturalidade e a Filosofia africana na formação de Jornalistas no Brasil e em Moçambique. A intenção é, muito mais, abrir e ampliar esse debate numa perspectiva de criar experiências. Apesar de os entrevistados terem assinalado alguma atividade com autores como Michel Foucault, Hannah Arendt, Bell Hooks, Hegel, Severino Ngoenha, Achile Mbembe, entre outros, a necessidade de relacionar conteúdos técnicos com Filosofia e interculturalidade é urgente.

Os resultados dessa pequena pesquisa com formadores de jornalistas apontam que falta mais debates sobre as diferentes culturas de países tão próximos como os falantes de língua portuguesa. O Jornalismo deve liderar as discussões que

questionem uma pseudo unidade cultural e ampliar noções como a de Stuart Hall que aponta a falácia de uma narrativa eurocêntrica e excludente do universo africano.

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do eu (veja HALL, 1990). (HALL, 2006, P. 13)

A narrativa social construída a partir do trabalho jornalístico nas sociedades contemporâneas não pode ser algo do “eu”. Muito menos do “eu” europeizado e focado no pensamento hegemônico do norte. O chamado Sul Global precisa estar presente nas coberturas jornalísticas não como protagonista (uma simples inversão de sinais), mas como parte, como sujeito das narrativas e possível constituidor de novos devires.

Isso porque a interculturalidade deve ser entendida como uma negação de um suposto conceito universal de verdade. A filosofia intercultural trabalha com a vontade de saber, de entender através da relação. Ela não tem vontade de dominar, como sublinhou Mudimbe (2013) ao fazer críticas a ideia de um “saber” eurocêntrico, cujo desejo maior sempre foi o de se impor como único e incontestável.

A partir tabela apresentada acima institui-se como marcadores principais Filosofia, Filosofia africana e Interculturalidade. E o que se pode apreender das respostas e interações com os 17 professores de Jornalismo brasileiros e 17 moçambicanos é que há pouco trabalho com esses assuntos na formação dos jornalistas nos dois países. Mesmo que a questão não represente uma surpresa, é relevante pensar o assunto no contexto dos debates sobre o sul global e os questionamentos sobre os

constantes apagamentos da importância do continente africano no atual contexto mundial.

Olhar o todo complexo é tarefa máxima do Jornalismo. Buscar explica-lo socialmente também. As conexões entre Filosofia intercultural e Jornalismo podem ampliar a formação humanística dos jornalistas e torna-los mais aptos a compreender o todo complexo não a partir das partes como se tenta fazer hoje, mas buscando interrelações, diálogos e aprofundamentos. Numa perspectiva que é apresentada por Alberto Efendy Maldonado

Para aprofundar e ampliar a compreensão de algo, precisa-se desenvolver uma capacidade imaginativa que seja capaz de encontrar o maior número de faces de um objeto, ou a maior quantidade de fatores de uma problemática.

O recurso epistêmico de mudança de dimensões é um elemento central na possibilidade metodológica para sair de inconsistências reiteradas. Quando não encontramos caminhos de resolução num tecido ou conjunto de hipóteses e conceitos, é possível mudar a hipótese, mudar o conjunto, ou ambos. Em certos contextos de pensamento, em especial os lineares, é impossível adiantar a compreensão de novas complexidades. (EFENDY MALDONADO, 2005, p. 126)

É preciso, pois, trabalhar na perspectiva apontada por Efendy, passando do linear pensamento de formar para o “mercado”

e começar a trabalhar mais com novas complexidades. Ampliar os diálogos com a Filosofia, a Interculturalidade e a produção de conhecimento no continente africano é um caminho possível, um “recurso epistêmico” que pode apontar para saídas diante das “inconsistências reiteradas” dos modelos de formação tecnicistas do profissional jornalista no atual contexto dos cursos superiores.

O modelo curricular da UNESCO para o ensino do Jornalismo, publicado originalmente em Paris no ano de 2007, e que foi traduzido e publicado no Brasil em 2010, prevê um elenco de disciplinas. A cada semestre alinhou-se propostas que apontam para uma formação focada nas chamadas demandas de mercado (40% de disciplinas profissionalizantes), embora seja mencionado um percentual maior (50%) para um conjunto de conteúdos denominados de Humanidades e Ciências (UNESCO, 2010, p. 12).

A princípio esse conteúdo deve contemplar aspectos filosóficos, mas não há nenhuma indicação, pois a rubrica Humanidades e Ciências é gigantesca. Ela pode trabalhar com Ecologia, Antropologia, Geografia Humana e, também, Filosofia. Embora seja positivo um grande percentual previsto para as disciplinas de humanidades, o fato de não haver um mínimo perfil sobre elas, deixa claro que apesar de boa quantidade, elas não representam uma referência na formação proposta e podem até mesmo estarem desconectadas do conjunto.

Por exemplo, a disciplina Filosofia da Comunicação, do Curso de Jornalismo da Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique, coloca como um dos objetivos “perceber os fundamentos teóricos da filosofia no campo jornalístico hodierno”. No entanto não há um único autor moçambicano, ainda que o filósofo Severino Ngoenha seja professor catedrático da mesma instituição. Lógico que a disciplina é importante, mas como está

colocada no elenco geral, pouco “conversa” com as demais e não se relaciona efetivamente com a formação profissional, conforme tratamos anteriormente, especialmente no que se refere a colocar em comum as questões sociais.

O fato de a bibliografia da disciplina contemplar Bauman, Habermas, Kuhn, Lipovetsky, Lyotard, Ricoeur, Russel, Vattimo, entre outros e não apresentar Diop, Fanon, Mbembe, Castiano (outro moçambicano), para citar apenas alguns, é bastante revelador. A formação de um jornalista moçambicano, africano de uma maneira geral, não deveria ter fortemente sublinhada a questão do colonialismo e da decolonização? É certo que sim, então é possível depreender que a disciplina de Filosofia é acessória, figura no currículo sem nenhum diálogo com as demais e corrobora com o neo colonialismo contemporâneo.

Já no Brasil podemos exemplificar pelo Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que apresenta a disciplina de *Leituras em filosofia* no primeiro semestre de formação. A ementa é franciscana de tão humilde - Racionalismo (Descartes, Kant, Hegel), Introdução à ética e à estética. Filosofia iluminista - São Francisco também abençoou a carga horária, que é de 30 horas semestrais apenas. É possível que o conteúdo possa ser retomado em outras disciplinas, especialmente as optativas que não tem programa prévio e que podem ser oferecidas conforme o interesse de um professor, aleatoriamente.

O panorama geral requer mais pesquisa e mais ações. Até aqui é possível dizer que os cursos de Jornalismo (de uma forma genérica e ampla) do Brasil e de Moçambique não possuem uma coordenação dos conteúdos filosóficos com as disciplinas de formação profissional. Não é uma novidade, mas a questão requer uma atenção especial, ainda mais em momentos como o atual onde se questiona as hegemonias culturais, o fortalecimento do conceito Sul Global e a necessidade de

ampliar os debates sobre interculturalidade. Espera-se que esse texto contribua um pouco para que isso possa ocorrer de forma mais acelerada possível.

Referências Bibliográficas

- ASANTE, Molefi K. Kemet, *Afrocentricity and Knowledge*. Trenton: Africa World Press, 1990.
- ASANTE, Molefi Kete. "An African Origin of Philosophy: Myth or Reality?" City Press. Tradução: Marcos Carvalho Lopes. *Capoeira - Revista de Humanidade e Letras*. Vol. 1, número 1, 2014, p. 117.
- BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- DANTAS, Luis Thiago Freire. *Filosofia desde Africa: perspectivas descoloniais*. Tese de doutorado em Filosofia apresentada no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2018.
- EFENDY Maldonado, Alberto. *TEORIA DA COMUNICAÇÃO: INTERCULTURALIDADE, FILOSOFIA, LINGUAGEM E SOCIEDADE*. IN: *Conexão - Comunicação e Cultura*, UCS, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 117-129, jul./dez. 2005
- FORNET-BECAN COURT, Raul. *Questões de método para uma filosofia intercultural a partir da Ibero-América*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- MEDINA, Cremilda. *Profissão Jornalista: Responsabilidade Social*. São Paulo: Forense Universitária, 1982.
- MILLS, Charles. (1997). *The Racial Contract*. Ithaca: Cornell University Press.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.
- NGOENHA, Severino Elias. *Intercultura, Alternativa à Governação Biopolítica?* Maputo: Publifix, 2013.
- UNESCO. *Modelo Curricular da UNESCO para o ensino de Jornalismo*. Brasília: UNESCO, 2010.
- VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



46

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM

TEMPOS DIGITAIS

Subsídios para revisão das futuras leis da Comunicação Social e de Radiodifusão à luz dos Direitos Humanos Linguísticos

António Miguel Ndapassoa (Ph.D.)

Resumo

Políticas linguísticas públicas como as seguidas em Moçambique caracterizam-se por conduzirem à assimilação linguística. Um dos resultados mais sombrios deste tipo de políticas é a intensificação da hegemonia e supremacia das línguas ex-coloniais e a marginalização das línguas africanas, o que acentua o perigo de extinção destas últimas e a exclusão social dos seus falantes. Tendo em conta este cenário, e assumindo que a sua alteração pode ser impulsionada pela implementação de políticas linguísticas comprometidas com a promoção dos direitos humanos linguísticos, no presente texto procura-se analisar o modo como os desafios de gestão da língua são assumidos em dois importantes futuros instrumentos reguladores da actividade da *media* em Moçambique, nomeadamente, proposta de Lei da Comunicação Social e proposta de Lei de Radiodifusão. Verificando-se que a maior parte da *media* migrou ou está em processo de migração

para as plataformas digitais, a análise da política linguística expressa nos documentos mencionados inclui verificar a componente gestão de línguas no contexto *online*. A reflexão enquadra-se nos esforços recomendados pela UNESCO (2011) no sentido de se acautelarem condições política, logísticas e técnicas para a promoção de línguas minorizadas, prevendo-se para que tal aconteça estratégias e decisões que garantam a sua presença e utilização eficiente nos contextos *off* e *online* em equidade e em condições aceitáveis.

Palavras-chave: Direitos humanos linguísticos; Política e Planificação Linguística; *Media* digital; Lei de Imprensa; Lei da Comunicação Social; Lei da Radiodifusão;

Introdução

A comunidade científica, actores políticos, activistas dos mais variados quadrantes, organizações internacionais como a UNESCO, concentram-se há várias décadas na mobilização de iniciativas que conduzam à formulação e implementação de políticas públicas que, estando comprometidas com os direitos humanos linguísticos, se orientem para a preservação, desenvolvimento e uso em condições aceitáveis das línguas minorizadas¹ nos mais diversos contextos, incluindo o digital.

A atenção particular que se concede à *media* tem em conta as responsabilidades que esta, principalmente a *media* digital, desempenha nos programas de LPP (do inglês Language Policy and Planning – Política e Planificação linguística) que inclui o poder (e o dever) de influenciar a formulação de políticas linguísticas adequadas que confrontem realidades como a pobreza digital e o *digital divide*.

Esta assumpção funda-se no reconhecimento da centralidade da internet e dos novos *media* em relação às outras tecnologias e do papel que desempenham como a mais completa e abrangente rede de comunicação. É este último aspecto que transforma as plataformas digitais num palco privilegiado da afirmação do multilinguismo, daí prestarem uma inestimável contribuição para a preservação cultural, aumento de prestígio, aprendizagem, revitalização e promoção de uso de línguas locais em novos contextos (cf. UNESCO, 2011).

Na esteira da visão da sociolinguística crítica, Pimenta (2021, citado por Ndapassoa, 2023a, p.6) esclarece que a presença e funcionalidade das línguas na

internet é afectada não só por barreiras técnicas, mas também por factores políticos, os quais têm um grande impacto, tanto na criação de condições para uma maior representatividade das línguas como as africanas no ciberespaço, assim como para as preparar adequadamente para serem usadas de forma eficiente naquele contexto.

Em função deste quadro, a expectativa é que as propostas da Lei da Comunicação Social e da Lei de Radiodifusão estejam alinhadas com as recomendações da UNESCO (2011) no sentido de estabelecerem a ruptura com a tradição das políticas linguísticas estatais de marginalização das línguas moçambicanas (LMs)², através da promoção do respeito pelos direitos humanos linguísticos e da criação de condições para que as mesmas línguas possam ser usadas de forma plena nas plataformas digitais.

A presente reflexão está organizada em 5 secções. Logo a seguir à introdução ensaia-se uma breve revisão da literatura, tendo em vista capturar o essencial do quadro teórico sobre política linguística. Um breve olhar sobre o percurso e as incidências da política linguística geral e da *média*, de forma específica, em Moçambique, antecede e introduz uma análise mais circunstancial das propostas de Lei da Comunicação Social e da Lei de Radiodifusão. Algumas notas finais, à guisa de conclusão, encerram a reflexão.

1. POLÍTICA LINGUÍSTICA OFF E ONLINE

Ao longo desta secção passam-se em revista alguns marcos teóricos do âmbito da LPP, um campo de estudo da Sociolinguística. Assim, a partir da refinação dos conceitos de Direitos Humanos Linguísticos, Política

linguística (digital), procede-se a uma breve discussão sobre questões ligadas à natureza e formulação de políticas linguísticas *off* e *online*.

1.1 Âmbito e enfoque de política linguística

Políticas linguísticas públicas como as seguidas em Moçambique caracterizam-se por conduzirem à assimilação linguística, isto é, por promoverem, usando as palavras de Pinto (2023), a “substituição das línguas africanas pelo português”. Um dos resultados mais sombrios deste tipo de políticas é a intensificação da hegemonia e supremacia das línguas ex-coloniais e a normalização da marginalização das línguas africanas, o que acentua o perigo de extinção destas últimas.

Djomeni & Sadembouo (2016), citados por Ndapassoa (2023, p.2), chamam a atenção para o facto de que políticas linguísticas devem, acima de tudo, e de forma muito clara e corajosa “estabelecer na sua formulação uma ruptura com as tendências que se verificam historicamente de adopção de políticas que explícita ou implicitamente conduzem à exclusão ou à marginalização das línguas africanas”.

A sociolinguística crítica, ao realçar a preponderância dos factores sociais e ideológicos na LPP, acaba destacando a importância dos diversos actores sociais na formulação, apropriação e implementação de programas de LPP. Este enriquecimento epistemológico é a base da responsabilização dos intervenientes na questão linguística, agora com a possibilidade de se reconhecer o seu papel na geração de iniciativas e Programas de LPP de baixo

para cima (bottom-up) verdadeiramente “comprometidos de *jure* e de *facto* com a priorização do uso das línguas locais na comunicação pública (*online*) e na educação” (Djomeni e Sadembouo (2016) apud Ndapassoa (2023, p. 4).

1.2 Direitos Humanos Linguísticos

O reconhecimento da diversidade linguística como um activo social conduziu à “valorização das línguas nacionais”, o que originou a necessidade de adopção de medidas promocionais e de desenvolvimento que já beneficiavam as línguas dominantes (Ricento, 2006, p.266). Esta preocupação tinham em vista assegurar que as comunidades dispusessem de instrumentos que lhes permitessem usar as respectivas línguas em novos domínios como a educação, *media* (digital), etc.

De acordo com Ndapassoa (2019, p. 75), que cita Jernudd e Nekvapil (2012,), a LPP orienta-se na actualidade pelos Direitos Humanos Linguísticos, uma vez assumir-se que “a pluralidade das línguas é um bem e “deve ser mantida em face da globalização e das forças centralizadoras da sociedade industrial e pós-industrial em educação, administração e *media*”.

O reconhecimento dos Direitos Humanos Linguísticos (adiante DHL) é um meio passo em direcção ao correcto enquadramento político, histórico e legal da abordagem dos direitos linguísticos em Moçambique, sendo por via disso relevante para a análise que se pretende fazer ao conteúdo

das futuras leis da Comunicação Social e de Radiodifusão.

Respeitando-se os DHL, espera-se que nações como Moçambique assegurem o desenho e a implementação de políticas alinhadas com instrumentos como a Declaração Universal da Diversidade Cultural ou ainda a Carta da Renascença Africana, tendo em vista preservar os direitos de expressão dos grupos linguísticos minorizados, protegendo a sua identidade linguística e cultural, bem como estimulando a participação das comunidades nos processos democráticos e no debate político (cf. Micova, 2013, p. 56).

1.3 Política Linguística Digital

Uma das mais sublinhadas recomendações da UNESCO (2011) é no sentido de se formularem e de se operacionalizarem estratégias e programas de LPP que visem assegurar o uso das línguas locais em todos os contextos, incluindo-se no meio digital, aproximando as oportunidades destas línguas ao nível já alcançado pelas línguas ex-coloniais, que são, de resto, consideradas de maior expressão.

Acompanhando Kaplan (2013), assume-se que um dos objectivos primordiais da LPP digital é atender a necessidade de assegurar a gestão *online* do multilinguismo, constituindo-se assim um tipo de política linguística, uma vez visar o estabelecimento de alguma ordem no difuso universo mediático, de modo a evitar o caos na comunicação (pp. 2-4).

Uma segunda dimensão da LLP Digital, de acordo com Ndapassoa (2023, p.8) que cita Soria (2014), é

promover uma presença eficiente e eficaz das línguas africanas nos *media* digitais, o que passa pela criação de condições para o equipamento das línguas locais com ferramentas e suportes técnicos de modo a torna-las presentes, legíveis, e, portanto, digitalmente utilizáveis.

Estas acções enquadram-se no âmbito de desenvolvimento e de modernização de línguas, tarefas que a partir da visão de autores clássicos como Cooper (1989) se concebe como abrangendo acções técnicas, tais como elaboração de dicionários físicos (e online), gramáticas físicas (e sua implantação no ciberespaço), criação de sistemas de tradução automática e até de padronização da escrita, etc (Cooper, 1989, pp. 149-153).

2. POLÍTICA LINGUÍSTICA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Para os propósitos da presente reflexão, a revisitação do percurso das políticas linguísticas moçambicanas incidirá sobre o período que inicia em 1975, ano da proclamação da independência nacional, até ao momento actual.

Assim, na presente secção presta-se atenção às políticas linguísticas oficiais promulgadas desde a independência nacional, nomeadamente, aquelas que vinculam o Estado de forma mais ampla, como é o caso da Constituição da República, procurando-se perceber o seu reflexo nas políticas linguísticas formais do sector da *media*.

Este último objectivo será atendido por meio da análise

das propostas de Lei da Comunicação Social e da proposta de Lei de Radiodifusão, bem como do instrumento que ambos textos pretendem substituir e actualizar, a lei de Imprensa (lei 18/91 de 10 de Agosto).

O contexto histórico, político e ideológico, em que parte destes instrumentos foram formulados, será compulsado por meio da leitura crítica das medidas adoptadas em duas circunstâncias, nomeadamente na Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda realizada em 1975 (FRELIMO, 1975) e no Seminário Nacional de Informação realizado em 1977 (MINFO, 1997).

Antes, porém, de se avançar neste exercício, procede-se a apresentação do essencial da situação sociolinguística de Moçambique, como forma de se promover a socialização do contexto em que as políticas linguísticas objecto de estudo são formuladas e operacionalizadas.

Breves notas sobre a situação linguística de Moçambique

Moçambique é um país multilingue e multicultural, em que diversas culturas e línguas, entre bantu, europeias, asiáticas e outras línguas africanas, convivem lado a lado e se influenciam mutuamente há muito séculos. Neste cenário, destacam-se as línguas bantu, que, segundo Chimbutane (2022), são “as línguas de herança da maior parte dos moçambicanos, (que) continuam confinadas, essencialmente, a domínios informais” (p.3). Ainda de acordo com Chimbutane (2022), o cenário linguístico moçambicano é igualmente dominado pelo português, língua oficial herdada da colonização portuguesa, cujo número de falantes tem vindo a crescer de forma notável. Segundo os resultados do censo

da população de 2017 a “maior parte da população de 5 e mais anos tem como língua materna o Emakhuwa, com 29.5%, seguido de Português e Xichangana com 18.7% e 9.7%, respectivamente” (INE, 2018, p.10).

2.1 Macomia: o laboratório das políticas de língua do Moçambique Pós-colonial

O quadro de funcionamento da *media* no período imediatamente a seguir à proclamação da Independência nacional foi caracterizado pela actuação da FRELIMO como força dirigente do estado (FRELIMO, 1975, p.73).

Em tal ambiente, os meios de comunicação social (adiante MCS), nomeadamente, a imprensa, o cinema e a Rádio Moçambique (esta último resultante da fusão das estações de rádio existentes no período colonial), foram colocados sob dependência directa do Ministério da Informação (MINFO) (Ndapassoa, 2019, 42).

As primeiras decisões sistematizadas sobre uso de línguas nos MCS foram promovidas numa reunião conduzida pelo Departamento do Trabalho Ideológico (DTIP) da FRELIMO, a qual foi realizada de 26 a 30 de Novembro de 1975, no distrito de Macomia, província de Cabo Delgado.

Segundo Ndapassoa (2019, p. 46), naquele contexto foi decidido que “a Língua portuguesa deve ser usada sempre

que possível e as línguas locais sempre que necessário”, por exemplo, nos jornais de parede e na RM. Esta orientação estava associada às premissas ideológicas dominantes no período imediatamente a seguir à proclamação da independência nacional, que estavam ligadas ao ideal de promoção da unidade nacional e à construção do “Homem Novo” (FRELIMO, 1975, p. 25).

A partir desta visão, foram traçadas algumas orientações sobre o uso de línguas (na RM) (FRELIMO, 1975, p. 45), nomeadamente:

- “ (...) é necessária nesta fase a utilização das línguas e dialectos moçambicanos pela nossa rádio, como meio insubstituível de tornar a sua acção junto das largas massas...”;
- “Os programas em línguas e dialectos moçambicanos deverão ter a preocupação de incentivar a aprendizagem da língua portuguesa, e particularmente, a campanha [de alfabetização] em curso.
- Em 1977, o MINFO avaliou e, acto contínuo, reajustou a visão oficial sobre o uso da língua na imprensa, decidindo, entre outros aspectos, medidas que de alguma forma indiciavam uma viragem ideológica. Estavam nesse pacote o reconhecimento da diversidade linguística e do multilinguismo; O reconhecimento da necessidade de maior valorização das LMs através do reforço da sua utilização em contextos formais como a **media**; A criação de condições para pesquisas que apoiassem acções de modernização

e desenvolvimento das LMs. Entre as medidas decididas destacam-se (Ndapassoa, 2019, p. 46):

1. Produzir informação em LMs, priorizando conteúdos culturais e educativos, tais como o ensino da língua portuguesa, divulgação de técnicas de produção agro-pecuária, etc. (cf. MINFO, 1977, p. 76);
2. Estudar mecanismos para introduzir o uso das LMs na imprensa (cf. MINFO, 1977, p. 77);
3. Incentivar o estudo das LMs (cf. MINFO, 1977, p. 77).

2.2 Constituição da República de Moçambique (1990;2004)

As políticas de língua foram sendo consagradas, desde a inepção do estado moçambicano, através de variados instrumentos, como, por exemplo, a Constituição da República de Moçambique (CRM) promulgada em 1990 e revista em 2004.

A primeira CRM vigorou entre 1975 e 1990 e tem o mérito de estar associada à fundação do estado moçambicano e desmantelamento do colonialismo português. Esta Constituição destaca-se ainda por ser completamente omissa quanto a questões de língua. Isto, contudo, não significa, como melhor se argumentará de seguida, que no período em que ela vigorou não tenha havido lugar para a emissão de decisões sobre o uso da língua.

Para impulsionar a implantação da sua visão política e ideológica e organizar o Estado de acordo com essa mesma visão, considerada revolucionária, a FRELIMO divulgou orientações precisas sobre a questão

da língua, definindo funções que as mesmas deveriam cumprir no âmbito das campanhas de mobilização e engajamento dos cidadãos. Essas decisões foram promovidas e divulgadas recorrendo-se a uma diversidade de estratégias, em que se inclui o pronunciamento de dirigentes em reuniões públicas, do partido e do governo e, em alguns casos, a sua publicação sob forma de documentos (Cf. FRELIMO, 1975; MINFO, 1977; Ndapassoa, 2019).

Ao analisar este período histórico, principalmente o que vai de 1975 a 1983, Ndapassoa (2019, pp. 42-46), apoiando-se em Siteo (2014) e Mazula (1995), conclui que o mesmo caracterizou-se pela decisão de manter as funções e o estatuto - de língua oficial - que a língua portuguesa detinha no tempo colonial. Essas decisões tiveram um impacto enorme na textura sociolinguística de Moçambique. O principal desses resultados foi

O aumento do seu (do português) prestígio, o que se reflectiu na expansão do número dos falantes da língua oficial (Mazula, 1995). Na óptica de Siteo (2014), estas situações contribuíram para o desencorajamento do uso das LMs "mesmo naquelas circunstâncias já toleradas no período colonial, como por exemplo, nas administrações distritais, nas escolas missionárias e "oficiais" e na imprensa escrita". Ndapassoa, 2019, p.45

Os textos constitucionais seguintes, isto é, os promulgados em 1990 e 2004, contemplavam diretrizes sobre a problemática linguística, em que se definiam o estatutos e as funções para algumas línguas faladas em Moçambique.

Para além de se manter o português como língua oficial (CRM, 1990, art.º 5, nº 1; CRM, 2004; art.º 10), destacou-se a necessidade da valorização das línguas locais de origem bantu, como património cultural e educacional (CRM, 1990, art.º 5, nº 2), e como veículo da identidade moçambicana (art.º 9, CRM, 2004).

Analisando a política linguística oficial apresentada nos dois textos constitucionais, de 1990 e de 2004, Macaringue (2017) considera que, apesar de que as mesmas criaram condições para um alargamento da utilização das LMs em áreas como a educação e na *media*, elas contém "equivocos" (p.17).

Os "equivocos" constatados por Macaringue (2017) na CRM de 1990 e de 2004 vão desde o não esclarecimento do papel das línguas "autóctones", até, por exemplo, ao "facto de se dar ênfase às línguas nacionais como veiculadoras da identidade nacional, deixando-se transparecer uma falsa lógica de que o que se veicula a partir do Português não é identidade nacional" (Macaringue, 2017, p.17).

Lopes (2006) e Firmino (2006), por seu turno, avaliam a Política Linguística esgrimindo argumentos em ordem a uma política linguística oficial mais consentânea com a realidade sociolinguística nacional e fundada nos DHL.

Por exemplo, num artigo intitulado "Reflexões sobre a situação linguística de Moçambique", Lopes (2006) problematiza vários aspectos da política linguística nacional, reiterando o alerta (cf. Lopes, 1997,1999) para o facto de que o maior perigo que vê para a sobrevivência das

línguas bantu é “a prevalência do português como língua oficial exclusiva” (p.40). Volvidos estes 50 anos da independência nacional, e diante da manutenção do *status quo* linguístico, Lopes continua “a argumentar hoje que as línguas bantu de Moçambique têm de gozar o mesmo estatuto de língua oficial ao lado da língua portuguesa...”, posicionando-se, portanto, a favor de uma política (linguística) de coabitação entre a língua portuguesa e as LMs.

Por seu turno, Firmino (2006), citado por Macarique (2017, p.17), aponta como sendo um dos problemas “estruturantes” da política linguística nacional a não oficialização das LMs e a não nacionalização da língua portuguesa, propondo, portanto, a co-oficialização das línguas bantu e da língua portuguesa.

Depois desta breve discussão em torno dos textos oficiais que exprimem a política linguística nacional, nomeadamente, as CRM de 1990 e de 2004, analisa-se de seguida a Lei 18/91, instrumento jurídico e de política pública que consagra os direitos e deveres do jornalista e rege o funcionamento da *media*.

2.3. Lei de Imprensa (18/91 de 10 de Agosto)

Como foi referido na introdução, um dos objectivos da presente reflexão é examinar alguns instrumentos de políticas públicas, no caso a Lei 18/91, procurando compreender o seu papel no quadro de políticas linguísticas oficiais e verificar

até que ponto as mesmas estão alinhadas com as recomendações da UNESCO (2011).

De forma mais precisa, esse exercício recai sobre as propostas de Lei da Comunicação Social e sobre a proposta de lei da Radiodifusão. Entretanto, e porque estes instrumentos ainda não foram aprovados pela Assembleia da República, estando, portanto, ainda na fase de formulação, mostra-se importante analisar igualmente a lei que aqueles dois instrumentos pretendem substituir, isto é, a lei 18/91, de forma a se tomar consciência dos eventuais ganhos e desafios das novas leis.

A Lei de Imprensa (lei 18/91 de 10 de Agosto) é adoptada um ano após a aprovação e promulgação da Constituição de 1990, que instaura a democracia, liberaliza a economia e abre as portas à realização de eleições multipartidárias, que viriam a acontecer em 1994.

A Lei de Imprensa surge num contexto de aceitação, reconhecimento e protecção constitucional dos direitos humanos, da diversidade ideológica, política, cultural, do pluralismo de opiniões e da celebração das liberdades individuais.

A análise que segue concentra-se não apenas nos artigos art.ºs 11 e 19 da Lei de Imprensa (que se debruçam sobre a questão da língua) mas estender-se-á, igualmente a outras disposições, como aquelas que fixam os direitos dos cidadãos, os princípios do exercício do jornalismo e os objectivos da própria lei.

- **Art.º 11 (Função do sector Público)**

A leitura da Lei 18/91 permite constatar que as directrizes sobre a língua estão consagradas nos art.ºs 11 e 19. Segue-se a análise destes artigos, iniciando-se pelas considerações em torno do art.º 11³, que define as funções principais do sector público da comunicação social. Relativamente a este artigo, duas questões se levantam: a primeira tem a ver com a formulação e a segunda prende-se com o seu alcance.

Para uma melhor análise do art.º 11, é fundamental ter a CRM de 1990 na linha de vista, a qual, relativamente à língua, determina no seu Art.º 5⁴ que “O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento...”

Como se pode constatar, a al. d) do art.º 11, da Lei 18/91, apresenta elementos que indiciam tratar-se de uma paráfrase do art.º 5 da CRM (1990). A reformulação, porém, produziu uma frase surpreendente - “Desenvolver a utilização de línguas nacionais” -. Assumindo que a intenção do legislador era mesmo reproduzir o espírito da CRM de 1990, alternativamente, “Promover a utilização e o desenvolvimento de línguas nacionais”, seria uma proposta mais aceitável.

Volvendo agora o olhar para o alcance da lei, e analisando o conteúdo da al. d), do art.º 11 (lei 18/91) **Vis a vis** o nº 2 do art.º 5 (CRM 1990), compreende-se que o mesmo não indica de forma específica quais as actividades que se podem realizar no âmbito do “desenvolvimento de línguas” nem quem é responsável por as realizar. Percebe-se, igualmente, que não se faz uma previsão, na mesma lei ou num outro instrumento oficial, das condições de base para assegurar a implementação com sucesso do exposto no artigo.

Está-se, portanto, em presença de uma formulação que pode ser vista como sendo ambígua, vaga, difusa, facto que é fortemente denunciado por Macaringue (2017). Este tipo de formulações e abordagens à questão linguística, enquadram-se no que se usa designar Política Linguística Tolerante⁵.

De acordo com Kaplan (2013, p.35), Estados que perfilham políticas ditas “Tolerantes”, até que responsabilizam-se formalmente por conceder algum espaço às línguas como as moçambicanas, mas não se envolvem em questões operacionais.

O recurso a formulações ambíguas e vagas não devem, assim, ser encaradas como resultado de “distracção” ou de uma hipotética hesitação. O seu uso enquadra-se numa estratégia que é accionada para sublinhar e induzir a adopção do português como língua principal dos MCS e, simultaneamente, promover a exclusão ou a limitação da presença e uso das LMs.

- **Art.º 19 (Procedimento de registo de Imprensa)⁶**

Distintamente do caso anterior, o disposto na al. d), do art.º 19, Cap. III, tem uma implicação e alcance palpáveis, embora tenha pouca relevância do ponto de vista de política linguística, uma vez que a referência à língua, neste caso, é uma mera formalidade administrativa⁷.

- **Art.º 1; Art.º 3; Art.º 4 (Actividade do Órgão de Informação; Liberdade de Imprensa, Direito à informação)**

Para além de definir os princípios que regem a actividade da Imprensa e fixar os direitos e

deveres dos seus profissionais, a Lei 18/91 consagra a liberdade de Imprensa (art.º 2) e o Direito à Informação (art.º 3)⁸.

A materialização da principal actividade dos Órgão de Informação definida no art.º 1 do Cap. Iº, como sendo a produção de informação para a Comunicação Social implica o recurso a uma língua particular, que, para o efeito deverá ser seleccionada e tempestivamente alocada. Esta acção é uma condição *sine qua non* para garantir a realização dos direitos previstos no art.º 3¹⁰, bem como para a concretização dos objectivos da Imprensa explanados no art.º 4¹¹.

Atente-te ao nº 1 do art.º 3, o qual estabelece que "O Direito à Informação significa a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado"... "Bem como o direito de cada cidadão divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa". A prossecução de cada uma e de todas estas faculdades, nomeadamente, a de "se informar e ser informado", de "divulgar informações, opiniões e ideias através da imprensa", está condicionada ao recurso ou uso de uma língua particular, que seja legível para os destinatários e beneficiários da lei, em última instância, o povo moçambicano.

No caso de Moçambique, sabe-se que perto de 80 % da sua população expressa-se numa língua moçambicana e os restantes 20% tem o português como sua língua materna. Assim, para que os direitos consagrados na Lei de Imprensa sejam usufruídos pela maioria das moçambicanas e dos moçambicanos, os MCS deverão utilizar nas suas publicações as principais línguas de comunicação disponíveis, isto é, as LMs, prioritariamente, e o português, de forma complementar.

3. PROJECTO DE LEI DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E O PROJECTO DE LEI DE RADIODIFUSÃO

Depois da revistação do quadro histórico e do regime jurídico que balizam as práticas e políticas linguísticas no Moçambique pós-colonial, em que se destacam as orientações emanadas nas reuniões de Macomia, respectivamente, em 1975 e 1977 CRM (1990; 2004), a lei 18/91 de 10 de Agosto¹², ao longo da presente secção efectua-se uma análise, sucessivamente, à proposta da Lei da Comunicação Social e à proposta da Lei de Radiodifusão.

3.1 Lei da Comunicação Social e Lei de Radiodifusão

3.1.1 Lei da Comunicação Social

Segundo os seus promotores, a revisão da lei 18/91 decorre do facto desta se mostrar "desactualizada e lacunosa". Assim, o Projecto de Lei da Comunicação Social propõe-se resolver algumas limitações da Lei 18/91, por meio do (i) aprofundamento "do tratamento jurídico dos diversos meios de comunicação, desde a radiodifusão sonora e televisiva, até aos meios digitais baseados na Internet", e do (ii) "reforço do lugar e da importância das LMs¹³ na comunicação social". Estes dois aspectos estão ligados à política linguística, uma vez que o funcionamento da imprensa, que abarca MCS como "radiodifusão sonora e televisiva, até aos meios digitais baseados na Internet" operacionaliza-se por meio de línguas particulares, que deverão ser seleccionadas e alocadas. É tendo em conta este quisito que o proponente sublinha que neste

processo deve-se consagrar importância às LMs. Observando o corpo da lei da Comunicação Social, verifica-se que as questões de língua são referidas em três artigos, nomeadamente:

(Línguas nacionais na lei da Comunicação Social)

Art.º	Nº	Alinea	Formulação
12. Conteúdos de interesse público	1. Fins da informação de interesse público	e)	Contribuir para a promoção da cultura nacional e regional, da defesa e divulgação das línguas nacionais.
14. Línguas Nacionais			As instituições e os órgãos de comunicação social devem, em regra, veicular informação em língua oficial e promover as línguas nacionais.
40 - Sector Público	2. Função do sector público		Promover as línguas nacionais.

(Autor)

Da leitura dos três artigos, percebe-se que cada um deles aborda “línguas nacionais” numa dimensão específica, nomeadamente:

- O artigo 12¹⁴ define as línguas nacionais como sendo conteúdos de interesse público.
- O artigo 14¹⁵ define o português como língua principal na veiculação das informações e reitera a “obrigação” de se promover as línguas nacionais.
- Por fim, o artigo 40¹⁶ determina que uma das obrigações do serviço público é promover as línguas nacionais.

Apesar de materialmente diferentes, estas três abordagens operam numa mesma direcção, estabelecendo

um comando especificamente para os MCS promoverem as línguas nacionais, sem contudo, determinar o seu uso.

- art.º 12 : línguas nacionais definidas como conteúdo de interesse público;
- art.º 14 : Línguas nacionais definidas como objecto a promover em todos os MCS;
- art.º 40 : Línguas nacionais definidas como objecto de promoção obrigatória pelos MCS do sector público.

Com base nestes elementos, pode-se concluir que, de um modo geral, a proposta de Lei da Comunicação Social pouco ou nada acrescenta à lei 18/91, uma vez que (i) mantém as mesmas formulações ambíguas herdadas da Lei de Imprensa de 1991 e da CRM de 1990, em que aquela se baseou (ii) Tal como nos instrumentos que lhe antecedem, apenas determina o uso da língua portuguesa, deixando a possibilidade de uso das LMs subentendida.

Lançando-se um olhar para aspectos mais específicos aos artigos em análise, e tendo no crivo os artigos 12 e 14, a partir da sua epígrafe percebe-se que o artigo 12 dispõe sobre um objecto cuja natureza se enquadra no que se designa “Conteúdo de interesse público”. Como se explica no nº 1 do mesmo artigo, o “Conteúdo de interesse público” é um tipo de informação que cumpre determinados fins, entre os quais “contribuir para a promoção da cultura nacional e regional, da defesa e divulgação das línguas nacionais” (al. e) art.º 12)).

Quanto ao art.º 14, cuja epígrafe é “Línguas Nacionais”, trata-se de uma inovação que marca uma

diferença fundamental entre a Lei 18/91 e a proposta de lei da Comunicação Social. Em primeiro lugar, a introdução de um artigo na lei dedicado exclusivamente às línguas nacionais, não só dá visibilidade a estas, como também eleva o seu estatuto dentro do instrumento jurídico que é a própria lei. Em segundo lugar, com a criação no corpo da Lei de um artigo independente para as línguas nacionais, o proponente acaba se desafiando a reorganizar toda a Lei, pois, despoletou a possibilidade de concentrar sob a mesma epígrafe as várias disposições sobre a língua que se encontram espalhadas por uma tríade de artigos ao longo de todo o corpo da lei.

Um outro aspecto que torna o art.º 14 peculiar é a visível contradição entre a epígrafe - Línguas Nacionais - e o conteúdo principal desse mesmo artigo: a língua portuguesa. Com efeito, a epígrafe - línguas nacionais - não é o assunto principal do artigo. Como foi já demonstrado, efectivamente, o tema principal do art.º 14 é a língua portuguesa, que é identificada até como língua oficial. Assim, o artigo não apenas destaca o estatuto da língua portuguesa, como também decide que essa mesma língua, que é oficial em Moçambique, deve ser a língua que "em regra, as instituições e os meios de comunicação, devem usar para veicular informação". A referência às línguas nacionais surge de forma complementar, na parte final do artigo, sem que, ainda assim, lhes seja atribuído um estatuto e uma tarefa, como ocorreu com a língua portuguesa.

Procurando aprofundar o significado e o alcance do exposto no art.º 14, percebe-se no meio das suas contradições a expressão do essencial, ou seja, do espírito da proposta de política linguística sectorial.

Essa "informação" emerge da disjunção das asserções contidas no enunciado, traduzindo cada uma delas orientações de níveis distintos, nomeadamente:

1. As instituições e os órgãos de comunicação social devem, em regra, veicular a informação em língua oficial.
2. As instituições e os órgãos de comunicação social devem, em regra, promover as línguas nacionais.

Orientações como a expressa na primeira parte do art.º 14 (veicular a informação em língua oficial), tendem a ser interpretadas como estando a impor a utilização do português, língua oficial, quase de forma exclusiva e a (quase) todos os MCS.

Relativamente às línguas moçambicanas, assunto que é tratado na segunda asserção, o proponente não vedou a possibilidade do seu uso nos MCS, mas também não determinou expressamente o contrário, como o fez em relação à língua portuguesa. Assim, subentende-se ou abre-se um espaço para cada interessado fazer o melhor juízo não só semântico, mas também político, em função do contexto e do espírito represável na lógica da construção da lei, da formulação das decisões, do discurso dos governantes e das ideologias que caracterizam esse mesmo grupo. Tanto mais que a expressão "em regra" usada no corpo do art.º 14, desencadeia significados como "quase sempre" ou "na maior parte dos casos", estabelecendo assim uma concessão, a facultatividade no uso das línguas nacionais, mas numa condição minoritária.

Por outras palavras, a Lei da Comunicação Social estabelece que os MCS devem (nosso sublinhado)

usar a língua portuguesa nas suas publicações, mas “tolera” a utilização das línguas nacionais, às vezes ou sempre que necessário.

Esta formulação, as decisões que exprime e as convicções em que se apoia, retratam *ipsis verbis* uma decisão promovida em 1975, portanto, há 50 anos, na primeira reunião da FRELIMO em Macomia, nomeadamente “a Língua portuguesa deve ser usada sempre que possível e as línguas locais sempre que necessário”. Com esta decisão, as autoridades impuseram, como comprovadamente exposto em 3.1, a consagração do português como língua oficial exclusiva e a supressão das LMs dos contextos oficiais (FRELIMO, 1975, p. 25).

Advinha-se assim que a implementação deste art.º 14 da futura lei apenas amplificará as consequências sentidas desde os primeiros anos da independência nacional que se podem traduzir na consolidação da hegemonia e preponderância da língua portuguesa e no desencorajamento do uso das LMs nos domínios públicos.

Do ponto de vista prático, a adopção do art.º 14, com a actual formulação, vai ter repercursões negativas em vários domínios, como se passa a ilustrar. Por um lado, fragilizará e colocará em risco ganhos como os registados pela RM, TVM e Rádios Comunitárias, que à custa de uma visão audaciosa dos seus dirigentes, que, testando os espaços em branco deixados pela legislação, lograram fazer um uso extensivo e crescente das LMs nas suas programações. Em segundo lugar, uma tal decisão vai, por exemplo, manter as LMs longe da imprensa escrita, cujos proprietários e jornalistas poderão sentir-se impelidos, e terão já um respaldo legal

para o fazer, a funcionar apenas em português, como, aliás, acontece neste momento¹⁷.

Sucedem que a exclusão ou a minimização da presença e utilização das LMs na Imprensa provoca em cascata o apagamento e o empobrecimento daquelas línguas nas plataformas digitais. É uma vez que a digitalização impõe a migração dos MCs para as plataformas digitais, a ausência das LMs desse contexto empurra os seus falantes, principalmente os jovens, para o abandono das suas línguas, recorrendo estes à línguas como o português e inglês para uma utilização eficiente da internet e das redes sociais.

Concluindo, assinala-se que o art.º 14, e, por extensão, a proposta de lei da Comunicação Social, a ser aprovada como está, viola os direitos constitucionais de 80% dos moçambicanos que se expressam recorrentemente nas LMs, pois, os mesmos ficam limitados na sua faculdade de informar e ser informados, afectado-se assim a qualidade da sua participação política e no desenvolvimento do país.

Da análise constata-se igualmente que a lei da Comunicação Social reduz o alcance das orientações sobre a língua previstas na lei 18/91. Por exemplo, ao reformular as funções do sector público descritas no Cap. II, art.º 11, al. d) da Lei 18/9, o proponente abandonou a construção problemática **d) Desenvolver a utilização de línguas nacionais** e substituiu-a por **Promover as línguas nacionais**. Ou seja, ao corrigir a formulação, amputou o seu âmbito e pulverizou o foco, pois, deixou cair a tarefa “de **desenvolvimento da língua**” cujo impacto é sempre mais amplo do que o que pode advir da acção de “promover a língua”.

3.1.2 Lei de Radiodifusão

A proposta da Lei de Radiodifusão tem em vista aprofundar as “condições de acesso à actividade de rádio e televisão e o seu exercício”, considerando o “advento da digitalização e da influência dos órgãos de informação sobre a sociedade”.

Ainda de acordo com o proponente, a aprovação da Lei de Radiodifusão permitiria resolver duas das principais lacunas da Lei de Imprensa (18/91, de 10 de Agosto), sendo uma delas a abordagem limitada dos princípios do exercício da Imprensa e a descontextualização do quadro jurídico que rege o funcionamento da radiodifusão sonora e televisiva.

A segunda lacuna que o projecto de lei se propõe ultrapassar é a total ausência de referências à digitalização na Lei 18/91, entendida aquela como produção e publicação de conteúdos com recurso à tecnologia digital.

A reflexão até aqui encetada ilustra uma notável similaridade entre a Proposta da Lei da Comunicação Social e a Proposta da Lei de Radiodifusão visto que uma e outra respondem aos mesmos propósitos, promovem o mesmo Direito à Informação, perseguem o mesmo fim que é de definir os princípios de funcionamento da Imprensa nacional. Dada esta situação, muitos aspectos discutidos na análise da proposta de Lei da Comunicação Social aplicam-se *mutatis mutandi* a proposta da Lei de Radiodifusão e vice-versa.

Em função desta constatação, a análise será circunscrita a dois artigos, um dos quais é o artigo 28, que dispõe sobre o uso de línguas nos programas e programação dos canais de rádio e de televisão, tanto do sector público assim como dos provedores privados.

Merecerá igualmente atenção o artigo 63, que define a produção de obras de criação original nas línguas nacionais, nomeadamente, nos domínios da ficção e do documentário como uma das missões do Serviço Público de Radiodifusão.

Os MCS públicos e comunitários referidos na proposta da lei da Radiodifusão, nomeadamente, a Rádio Moçambique, a Televisão de Moçambique, Rádios e televisões comunitárias, possuem uma rica e longa história de uso de línguas nacionais nas suas programações (Ndapassoa, 2021, pp. 13/4; Ndapassoa (b), 2023, 12/15)).

Alguns destes MCS detêm instrumentos normativos próprios e específicos que os orientam nos processos de selecção e alocação de línguas, de organização de esquemas de produção de conteúdos, do desenvolvimento linguístico, etc.

No caso da RM, tais instrumentos são de carácter jurídico, destacando-se o Decreto-lei 18/94, que aprova igualmente os estatutos da Rádio Moçambique- Empresa Pública. Em conjunto com outros documentos internos, estes

instrumentos incorporam e afirmam a política de línguas da RM.

Entre outros aspectos, a política de língua da RM (Ndapassoa, 2019):

- indica as línguas a usar (português, 19 línguas moçambicanas e inglês) nos vários canais radiofónicos;
- estabelece que as línguas nacionais devem ocupar o maior tempo de antena nas emissões provinciais;
- aloca as línguas na grelha de programação;
- prevê cursos de formação de profissionais das LMs.
- Planifica a produção de glossários e outros materiais de apoio.

O percurso reflexivo até este momento consumado permite-nos assumir que a Proposta da Lei da Comunicação Social e a Proposta da Lei de Radiodifusão são orientadas por certos princípios presentes na lei 18/91, que por sua vez os incorporou da CRM de 1990, entretanto, já revista. Ou seja, no lugar de se adequar ao contexto actual, e procurar ajustar os princípios de funcionamento dos MCS às práticas e experiências, como a da RM, da TVM, das rádios comunitárias, de certas confissões religiosas, que se mostram respeitadoras e promotoras do multilinguismo, a futura Lei da comunicação social de Moçambique, estatui exactamente no sentido contrário. Isto é, promove o monolingüismo.

Para ilustrar esta tese tenha-se em conta o nº 2, do art.º 28¹⁸, da proposta da Lei de Radiodifusão. Este dispositivo determina que “Os programas de conteúdos

nacionais, com excepção daqueles cuja natureza e temática a tal se opuserem, devem dedicar pelo menos 80% do tempo das suas emissões à transmissão de programas originariamente em língua portuguesa”.

Observando as suas eventuais consequências, que se traduzirão na obrigatoriedade de os MCS produzirem a maioria dos seus conteúdos em língua portuguesa, verifica-se que o nº2 do art.º 28 da lei de Radiodifusão e o artº 14 da Lei da Comunicação Social apontam para a mesma decisão.

No extremo oposto avulta o nº 1, do artigo 28, e a al. c) do artigo 63¹⁹. Estes dois dispositivos estabelecem de forma expressa mecanismos de uso de línguas, que se podem considerar consentâneos com a realidade sociolinguística nacional. Os referidos artigos estão, pois, em sintonia harmoniosa com o disposto no art.º 4 (Objectivos)²⁰ e com o plasmado no nº 2, do art.º 5²¹, “observância dos valores que promovem a unidade nacional”.

A encerrar esta secção, duas palavras sobre uma das principais preocupações que instigaram a revisão da Lei de Imprensa: a produção e publicação dos conteúdos dos MCS através das plataformas digitais.

Sobre este assunto, importa referir que a crescente e contínua migração dos MCS tradicionais para as plataformas digitais, como se sabe, concretiza-se através da intervenção de diversos provedores de conteúdos de televisão, da operacionalização da transmissão **online** e através de **streaming** e da implantação e popularização da **media** genuinamente **online** tais como as redes sociais e os webmedia (rádio, jornal, podcast, etc). O

acesso a estas facilidades por meio de internet e telefone é, contudo, bastante limitado em Moçambique, cobrindo, segundo Tsandzana (2018), que interpreta dados do INE (2019), respectivamente, 18 % e 26,6 % da população (Ndapassoa (b) 2023).

Porém, salvo algumas menções, como se vê, por exemplo, no n.º 2, art.º 11²², da Lei de Radiodifusão, no geral, tanto nesta Lei, assim como na proposta da Lei da Comunicação Social, não são formuladas directrizes sobre produção e publicação dos conteúdos dos MCS digitais.

Considerando os argumentos esgrimidos acima, a gestão *online* de conteúdos de *media* demanda mecanismos regulatórios não apenas que promovam a presença e utilização de línguas minorizadas nas plataformas digitais, como também que se debrucem sobre questões como o papel e lugar da inteligência artificial na produção jornalística e mediática, o fake/deepnews ou sobre capítulos incontornáveis no campo do Direito da Imprensa, como é o caso das responsabilidades Civil e Criminal, etc.

Reflexões Conclusivas

Como ficou estabelecido na sua parte introdutória, eram objectivos da presente reflexão, usando o percurso da leitura crítica, suscitar e sistematizar propostas visando contribuir no enriquecimento das futuras leis da Comunicação Social e de Radiodifusão, cujo processo de formulação se aproxima da sua etapa final.

Emergiram da análise das duas propostas de Lei desafios de ordem semântica, cuja revisão contribuiriam para uma maior clareza dos enunciados e

consistência técnica dos próprios documentos. Neste âmbito, incluem-se expressões como “desenvolvimento linguístico” ou “promover línguas nacionais”, cuja recurso deve merecer profunda ponderação e devido enquadramento no corpo da Lei, uma vez que as mesmas têm uma significação técnica ou até mesmo “política” que importa captar e fazer reflectir juridicamente de forma apropriada.

Um das mais destacadas preocupações que se pretendia resolver através da formulação de novos instrumentos jurídicos era a não abordagem na Lei da Imprensa do funcionamento dos jornalistas e da imprensa, de forma geral, no contexto *online*. No geral, este objectivo não foi cumprido. Como consequência deste resultado, o exercício do jornalismo e a produção e distribuição de conteúdos dos MCS nas plataformas digitais continuará sob escrutínio das leis comuns ou outras, sem, portanto, um amparo e direccionamento de um quadro jurídico e de princípios de gestão próprios e específicos ao campo da imprensa.

Relativamente ao reforço do lugar e da importância das LMs na comunicação social, do ponto de vista de planificação do uso de línguas, a futura lei da Comunicação Social é omissa, contrariamente à proposta da Lei de Radiodifusão, que procura fixar indicadores para a alocação da língua. Ou seja, ambas, não apontam directrizes de acções e estratégias visando a criação de ferramentas que permitam um melhor uso, principalmente das LMs, no contexto *online*.

Quanto à selecção de línguas, as duas propostas de lei convergem na indicação explícita ou implícita do português como língua principal dos MCS.

Ambos instrumentos, embora não proibam, também não determinam que as LMs devem ser usadas. Esta abordagem é contrária aos objectivos da imprensa definidos em diversas plataformas jurídicas e constitucionais, uma vez que cauciona a plena satisfação do Direito à Informação, defendidos na própria lei, e cerceia outros direitos fundamentais como o de participação dos cidadãos na vida política e social.

Em relação à gestão da língua, e complementando o exposto na parte final do subsecção 4.1.1, há que registar que, contrariamente a muitas expectativas iniciais, a internet não se deixou monopolizar pelas línguas mais conhecidas e de maior expressão mundial, como são os casos do inglês, francês, o espanhol, etc. Pelo contrário, muitas línguas pouco conhecidas, com pouca expressão, tomaram de assalto as plataformas digitais transformando-as no maior espelho de uma diversidade linguística mundial²³ antes não claramente imaginável, sendo, certamente, este o caminho que Moçambique deve trilhar: a capacitação das línguas moçambicanas para uma melhor presença e utilização no ciberespaço.

À Luz dos Direitos Humanos Linguísticos, a política linguística proposta no contexto da revisão da Lei de Imprensa e emprestando as palavras de Firmino (2006) (i) “não está em conformidade, nem simbólica, nem instrumental, com a natureza da diversidade linguística que caracteriza Moçambique”, (ii) nem se mostra alinhada com as recomendações da UNESCO (2011), no sentido de se formularem e de se operacionalizarem estratégias e programas de LPP que visem assegurar o uso das línguas locais em todos os contextos, incluindo-se no meio digital.

Referências Bibliográficas

Chimbutana, F. (2022). Língua, Educação e Sociedade em Moçambique: Assimilação, Uniformização e Aceno à Unidade na Diversidade. *Modern Languages Open*, 2022(1): 15, pp. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.3828/mlo.v0i0.374>

Constituição da República de Moçambique: promulgada aos 16 de Novembro de 2004. (2004). Maputo: Governo de Moçambique.

Constituição da República de Moçambique: promulgada aos 2 de Novembro de 1990. (1991). Maputo: Governo de Moçambique.

Cooper, L. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press.

Decreto n. 18/94 de 16 de Junho de 1994. (1994). Cria a Rádio Moçambique, Empresa Pública que tem por objecto a prestação de serviço público de radiodifusão sonora. Recuperado de <https://gazettes.africa/archive/mz/1994/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-3-dated-1>

Djomeni, G. D. & Sadembouo, E. (2016) *African languages and digital media: practice, challenges and perspectives in Cameroon*. In JosepCru, *linguapax review 2016- digital media and language revitalisation*. Recuperado de <https://www.linguapax.org/wp-content/uploads/2015/03/LinguapaxReview2016web.pdf>;

Estatutos da Rádio Moçambique-EP. (1994). Maputo: Governo de Moçambique;

Estatutos da Televisão de Moçambique-EP. (1994).
Maputo: Governo de Moçambique;

Ferguson, G. (2006). *Language planning and education*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd.

FRELIMO. (1975). *Documentos da Conferência Nacional do Departamento de Informação*. Maputo: FRELIMO.

Firmino, G. (2006). A questão linguística na África pós-colonial - O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Texto editores.

Instituto Nacional de Estatística. (2018). Estatísticas da Cultura, 2018. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Kaplan, B. (2013). *Language planning. Applied research on English language*: 2(1). Recuperado de http://are.ui.ac.ir/article_15459_ad0c320543461e803b5af03808cc103a.pdf

Kelly-Holmes, H. (2012). Multilingualism and the media. In Martin-Jones, A. Blackledge A & A. Creese (eds.). *The Routledge handbook of multilingualism*. New York: Routledge.

Kelly-Holmes, H. (2015). Analyzing Language Policies in New Media. In Francis M. Hult and David Cassels Johnson (Eds.). *Research Methods in Language Policy and Planning: A Practical Guide*, First Edition.

Kelly-Holmes, H. (2019) Multilingualism and Technology: A Review of Developments in Digital Communication

from Monolingualism to Idiolingualism. *Annual Review of Applied Linguistics* 39, 24 -39. Doi:10.1017/S0267190519000102

Lopes, A.J. (1997) *Política Linguística: Princípios e problemas*. Maputo: Imprensa Universitária- Universidade Eduardo Mondlane.

Lopes, A. J. (1999). Planificação Linguística em Moçambique: seis teses a considerar. Comunicação apresentada no 20º simposium da UCLA. Universidade de California, Los Angeles. 17-18 de Abril, 1999.

Lopes, A. (2006). Reflexões sobre a situação linguística de Moçambique. (2006). In Chaves, Rita de Cássia Natal Chaves & Tania Celestino de Macedo (Orgs). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa (pp 35-46)*. São Paulo: Alameda.

Macaringue, I. E. A. (2021). Políticas Linguísticas de Moçambique: Controvérsias e Perspectivas. *Revista Internacional Em Língua Portuguesa*, (31), 47-69. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.31/pp.47-69>.

Micova, S. B. (2013). *Rights vs. reality: minority language broadcasting in South East Europe*. *Journal on ethno-politics and minority issues in Europe*, 12 (4). 54-79. ISSN 1617-5247. Recuperado de <http://www.ecmi.de/fileadmin/downloads/publications/JEMIE/2013/Broughton.Micova.pdf>.

Ministério da Informação. (1977). *Documentos do Iº Seminário nacional de informação*. Maputo: Ministério da Informação.

Ndapassoa, A. (2019) A Batalha pelo Resgate das Línguas Moçambicanas: o caso das Emissoras Provinciais da Rádio Moçambique. Tese de Doutoramento. Universidade Eduardo Mondlane. Mocambique: Universidade Eduardo Mondlane.

Ndapassoa, A. Subsídios para avaliação da Planificação e Política linguística da Rádio Moçambique no período pós-colonial. (no prelo). Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, 2021.

Ndapassoa, A. (2022). Ideologias e políticas linguísticas: o caso da Rádio Moçambique no período pós-colonial. in C. L. da Câmara & A. A. Timbane (Orgs), Estudos linguísticos e literários sobre Moçambique (pp. 136-148). Itapiranga: Schreibern.

Ndapassoa, A. A digitalização das línguas moçambicanas. (no prelo). Revista Científica da Universidade A Politécnica (HUMANITAS), 2023a.

Ndapassoa, A. Um olhar sobre a gestão **online** de língua em Moçambique. (no prelo). Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane - Centro dos Estudos Mocambicanos/ CEA, 2023b.

Pimenta, D. (2021) Internet and linguistic diversity: The cyber geography of languages with the largest number of speakers. In Maite Melero Nogués ; Language Technologies and Language Diversity; Recuperado de <https://www.linguapax.Org /en/linguapax-review-en/>

Projecto de Lei do Governo de Moçambique, nº 104, de 2020. Recuperado de Lei-da-Comunicacao-Social.pdf (parlamento.mz)

Projecto de Lei do Governo de Moçambique, nº 105, de 2020. Receuperado de Lei-de-Radiodifusao.pdf (parlamento.mz)

Pinto, Paulo Feytor. (2023). Línguas Africanas e Desenvolvimento Humano. CELGA-ILTEC, Ucoimbra.

Ricento, T. (2006). *An introduction to language policy: Theory and method*. Oxford: Blackwell publishing.

Soria, C. (2014) Towards a Notion of "Digital Language Diversity". In Evgeny Kuzmin Linguistic and Cultural Diversity in Cyberspace - Proceedings of the 3rd International Conference (Yakutsk, Russian Federation, 30 June – 3 July 2014). Disponível em yak_mling_2015.pdf (ifapcom.ru)

Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) (2011) *Public Service Broadcasting and Language Development: A summary report on the situation in five countries*. Paris: Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e Cultura.

Notas

1. Como Ferguson (2006, p. 4) esclarece, a minoridade de uma língua não é uma questão demográfica, devendo-se na sua definição ter-se em conta o seu estatuto social, a marginalização que sofre e o acesso a recursos.
2. Neste texto, as designações línguas moçambicanas e línguas nacionais serão usadas com o mesmo valor.
3. **Cão. II; Art.º 11** (Sector público). Nº 2: Os órgãos de informação do sector público têm como função principal. Al. **d)** Desenvolver a utilização de línguas nacionais. (Lei 18/91 de 10 e Agosto)
4. Art.º 5 (Línguas Nacionais). Nº 2: O Estado valoriza as línguas nacionais e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares e na educação dos cidadãos. CRM (1990)
5. As Políticas de Línguas tolerantes também são consideradas simbólicas por se caracterizarem pela enunciação de declarações recheadas de boas intenções e muitas vezes difusa (cf. Kaplan, 2013).
6. Art.º 19 (Procedimento (de registo de Imprensa)). Nº 2: O registo é feito junto do Ministério da Informação mediante a apresentação de uma declaração contendo os seguintes dados. al. **d)** Línguas de edição ou emissão; (Lei 18/91 de 10 de Agosto)
7. Esta formulação, com os devidos ajustamentos, foi replicada na Proposta de Lei de Radiodifusão (al. **g)**, artº 34)).
8. As propostas de Lei da Comunicação Social e de Radiodifusão contemplam estas mesmas disposições.
9. Cap. I (Princípios fundamentais); Art.º 1 (Definição da Imprensa): "Para os efeitos da presente lei entende-se por imprensa os órgãos de informação cuja actividade principal é a recolha, tratamento e divulgação pública de informação sob a forma de publicações gráficas, rádio, televisão, cinema ou qualquer reprodução de escritos, som ou imagens destinada à comunicação social." Lei 18/91 de 10 de Agosto)
10. Art.º 3 (Direito à informação): "No âmbito da imprensa, o direito à informação significa a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado de factos e opiniões relevantes a nível nacional e internacional, bem como o direito de cada cidadão divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa." Lei 18/91 de 10 de Agosto)
11. Art 4 (Objectivos da imprensa): al. **e)** O acesso atempado dos cidadãos a factos, informações e opiniões; al. **f)** A educação dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres; al. **g)** A promoção do diálogo entre os poderes públicos e os cidadãos; al. **h)** A promoção do diálogo entre as culturas do mundo. Lei 18/91 de 10 de Agosto)
12. O quadro jurídico que rege o funcionamento da Imprensa em Moçambique inclui o decreto 9/93 de 20 de Junho que institui as condições de autorização e licenciamento dos sectores cooperativo, misto e privado, na difusão radiofónica e televisiva. Mas tal como a CRM de 1975, também o decreto 9/93 é omissivo em relação às provisões sobre uso da língua. Por esse motivo, não é objecto de avaliação na presente reflexão.

13. Em todo o texto da lei 18/91 usa-se a designação “Línguas Nacionais”, excepto nos textos da fundamentação da proposta da revisão, em que ocorre a expressão “Línguas Moçambicanas”.

14. Art.º 12 (Conteúdo de Interesse Público); nº 1: Para efeitos da presente Lei, entende-se por conteúdo de interesse público, a informação que tem os seguintes fins: al. a) Contribuir para consolidar o Estado de direito democrático; b) reforçar a coesão, a unidade e identidade nacionais e preservar a integridade territorial; al.b) informar o público com verdade, independência, objectividade, isenção e imparcialidade, sobre todos os acontecimentos nacionais e internacionais; al.c) assegurar a livre expressão da opinião pública e da sociedade civil; al. c) contribuir para a promoção da cultura nacional e regional, da defesa e divulgação das línguas nacionais;

15. **Artigo 14 (Línguas Nacionais):** As instituições e os órgãos de comunicação social devem, em regra, veicular informação em língua oficial e promover as línguas nacionais.

16. **Artigo 40 (Sector Público)** Constituem órgãos de comunicação social do sector público as instituições de prestação de serviço público de informação e comunicação, criadas pelo Governo. 1. Os órgãos de comunicação social do sector público têm como função principal: al a) promover o acesso dos cidadãos à informação em todo o país; al b) garantir uma cobertura noticiosa imparcial, objectiva e equilibrada; al c) reflectir sobre a diversidade de ideias e correntes de opinião de modo equilibrado; e promover as línguas nacionais

17. Ndapassoa, 2023, citando Joanguete, 2013, afirma

que a imprensa escrita faz o “uso exclusivo da língua portuguesa” nas suas publicações.

18. SECÇÃO IV - Promoção da Produção Nacional -

Artigo 28 (Línguas de Transmissão): Nº 1. Os programas transmitidos pelos operadores de radiodifusão devem ser falados, legendados ou dublados em português ou em outras línguas nacionais, sem prejuízo da eventual utilização de qualquer outra língua, quando se trate de programas que preencham necessidades pontuais de tipo informativo ou destinados ao ensino de idiomas estrangeiros; nº 2. Os programas de conteúdos nacionais, com excepção daqueles cuja natureza e temática a tal se opuserem, devem dedicar pelo menos 80% do tempo das suas emissões, com exclusão do tempo consagrado à publicidade televisiva, televenda e teletexto, à transmissão de programas originariamente em língua portuguesa.

19. **Artigo 63 (Missão do Serviço Público de Radiodifusão): Nº 1.**

O serviço público de radiodifusão deve assegurar uma programação de referência, inovadora e com elevados padrões de qualidade, que satisfaça as necessidades culturais, educativas, formativas, informativas e recreativas dos diversos públicos específicos, obrigando-se, designadamente, a: al. a) assegurar o pluralismo, o rigor e a imparcialidade da informação; al. b) difundir uma programação agregadora, acessível a toda a população, tendo em conta os seus grupos etários, ocupações e interesses; al. c) privilegiar a produção de obras de criação original nas línguas nacionais, nomeadamente, nos domínios da ficção e do documentário; al. d) difundir uma programação que exprima a diversidade social, cultural e linguística do país, combatendo todas as formas de exclusão ou discriminação, e que responda

os interesses dos diferentes segmentos do público; al. e) garantir a cobertura noticiosa dos principais acontecimentos nacionais e estrangeiros, segundo os critérios de noticiabilidade; al. f) promover e divulgar a criação artística nacional e o conhecimento do património histórico e cultural do País; al. g) emitir programas regulares vocacionados para a difusão internacional da moçambicanidade, podendo incluir programas facultados por operadores privados, em condições a acordar entre as partes

20. **Artigo 4 (Objectivos)** A presente Lei tem como objectivos: al. a) regular o exercício da radiodifusão, enquanto actividade de interesse público, para o devido cumprimento da função social das instituições; al. b) fortalecer os princípios e valores democráticos, o respeito pela ordem constitucional, a unidade nacional, a amizade e a cooperação internacional; al. c) contribuir para a promoção do nível cultural do povo e exaltação dos valores da moçambicanidade; al. d) afirmar o respeito pela dignidade humana e das relações familiares através da radiodifusão; e estimular a promoção de programas e práticas positivas que contribuam para o desenvolvimento.

21. **Artigo 5 (Princípios e Valores)** 2. A prestação de serviços de radiodifusão está sujeita à observância dos valores que promovem a unidade nacional, nomeadamente: al. a) defesa da pessoa humana e respeito pela sua dignidade; al. b) respeito pela honra, reputação, imagem e privacidade; al. c) liberdade de expressão, de informação e de pensamento;

promoção do pluralismo informativo, político, religioso, social e cultural; al. d) defesa da ordem jurídica democrática, dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição da República, nos tratados e acordos

vigentes no País; al. e) promoção da educação e cidadania; al. f) protecção e formação integral das crianças e adolescentes, bem como o respeito pela instituição familiar; al. g) promoção dos valores e identidade nacionais; al. h) responsabilidade social dos órgãos de comunicação social; e respeito pelas pessoas com deficiência.

22. **Artigo 11 (Papel do Estado): N.º1.** O Estado promove o desenvolvimento dos serviços de radiodifusão, especialmente nas zonas rurais, com o objectivo de assegurar a cobertura do serviço em todo o território nacional, priorizando os programas educativos no quadro das políticas de desenvolvimento e consolidação da identidade e da unidade nacional. N.º 2 O Estado promove o desenvolvimento da radiodifusão digital, define as medidas necessárias relativas ao uso do espectro de frequências e adopta, em conformidade com os acordos e tratados internacionais ratificados, os padrões técnicos correspondentes à maior eficiência e ao máximo benefício para o país.

23. A diversidade linguística digital é entendida como sendo a extensão para a realidade digital da diversidade linguística do mundo real” (Soria, 2014, citada por Ndapassoa 2023, p.6.).

70

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS





O jornalismo e a sua lógica comercial em tempos digitais: a cobertura política no Jornal Evidências

João Miguel
Milagrosa Manhique

Resumo

Este estudo objectiva investigar e compreender a práxis jornalística moçambicana em contexto marcado pela presença determinante das tecnologias digitais. Tendo como caso de estudo o Jornal Evidências, e partindo da pergunta sobre a lógica do funcionamento do jornalismo do país, a pesquisa concluiu que, como forma de atender à demanda, própria de um público ávido por novidades e, outrossim, como uma estratégia de fazer face à concorrência, mais acirrada no contexto actual, o semanário recorre ao sensacionalismo, uma prática que tende a destorcer os factos mediante a acentuação dos aspectos que provocam reacções emocionais, na linha de uma exacerbação desproporcional de um interesse.

Palavras-chave: jornalismo, sensacionalismo, era digital, lógica comercial, Jornal Evidências.

Introdução

Com a massificação das redes sociais na internet, o jornalismo, em todos os quadrantes, teve que reconfigurar suas práticas, migrando para uma rotina produtiva mais acelerada. As salas de redacção jornalísticas têm enfrentado um grande **corre-corre**, na ambição de fidelizar nichos de audiência dos vários segmentos das notícias e, mormente, os do campo político. Amíúde, o jornalismo desprende-se dos seus compromissos éticos e deontológicos, trilhando caminhos movediços, onde o desejo de granjear a preferência do leitor, ouvinte e telespectador fica isento do dever moral que se pressupõe incontornável no exercício da profissão jornalística.

Cada vez mais ancorado na lógica das redes sociais na internet, o jornalismo caminha rumo a uma lógica comercial sensacionalista com proporções maiores, como forma de atender a um público ávido de novidades. Nessa processualidade, os órgãos de informação apresentam, em grande parte do seu **modus operandi**, factos com objectivo de gerar sentimentos como surpresa, revolta, euforia. Tendo se constado este fenómeno, objectiva-se perceber, neste artigo, a forma como o Jornal Evidências traça suas estratégias, na produção noticiosa, de forma a posicionar-se e fidelizar seus leitores, num contexto digital, marcado por uma acentuada multiplicidade de oferta de produtos informativos.

Em relação às démarches metodológicas, optou-se pela técnica de análise do conteúdo,

tendo sido colectadas nove edições do Jornal Evidências, correspondentes aos meses de agosto e setembro de 2023. O material seleccionado foi analisado a partir de três vieses, designadamente a condição mercadológica, o **framing** e a dimensão ética/deontológica. Assim, num movimento ora do teórico ao empírico, ora do empírico ao teórico, ou seja, do conceito de sensacionalismo ao corpus da pesquisa, as reportagens (manchetes) constantes no jornal e vice-versa, o estudo demonstrou ser a lógica comercial a que orienta a produção noticiosa do Evidências.

O acto de analisar e investigar as práticas jornalísticas não é recente. Desde longa data que os estudiosos do jornalismo se dedicam a esse exercício. Estes têm sido fiéis observadores dos conteúdos mediáticos, identificando problemas do âmbito ético e deontológico, que emergem no exercício da profissão. E porque as questões éticas não se situam apenas na dimensão do **ser**, mas também do **dever ser**, os pesquisadores deste campo têm buscado estratégias de como resolvê-los, partindo do pressuposto de que uma das responsabilidades dos estudiosos do campo da comunicação é trazer à vista e à reflexão o compromisso ético e deontológico na prática dos órgãos de comunicação.

O problema identificado neste artigo, relativo ao fenómeno do sensacionalismo na mídia, é antigo e vem perpassando muitas reflexões feitas por vários autores que estudam a comunicação, concretamente,

1. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), RS - Brasil; Professor na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA-UEM); email: <joaomiguelmz@gmail.com>.

2. Estudante do curso de licenciatura em Jornalismo, na Escola Superior de Jornalismo (ESJ); email: <milamanhique85@gmail.com>.

o jornalismo. Entretanto, com o advento da massificação das redes sociais na internet, o sensacionalismo ganhou uma nova roupagem, não abdicando de suas principais características. Desde as suas origens, o sensacionalismo na mídia foi usado para a exploração desmedida de casos violentos, violação à vida particular, relacionamentos debaixo dos panos, e outros assuntos que geram fofoca e polêmica por parte da audiência. Neste aspecto, este fenómeno relaciona-se estritamente com a dimensão comercial, razão principal das empresas mediáticas comerciais.

O sensacionalismo: contexto e conceito

Desde os primórdios de sua existência, o sensacionalismo tem atizado a sociedade a aderir a certos conteúdos imediatos que, muitas vezes, carregam a manipulação e pouco esclarecimento, muito por conta de suas principais características: a **generalização** e o **reducionismo**. Este modelo é fundamentalmente baseado na especulação e na subjetividade, onde dramatizar um determinado assunto ou até mesmo atribuir tons exagerados aos factos é o seu **modus operandi**.

Actualmente já se sabe que o jornalismo, também designado de quarto poder, pode derrubar um governo um candidato pode vencer eleições. Enfim, uma sociedade pode ser moldada. Não é por acaso que em tempos eleitorais o sensacionalismo têm sido o melhor recurso de venda por parte dos órgãos de comunicação. É neste período que ele se torna muito atractivo para os actores políticos, desejosos de obter a adesão do público.

Entende-se que jornalismo é uma actividade que deveria estar isento dessas práticas, considerando o seu papel crucial na formação de opinião pública esclarecida, condição **sine qua non** do exercício da cidadania, nas democracias hodiernas. Entretanto, a prática do sensacionalismo, no contexto midiático actual, vem ganhando uma nova fisionomia, na designada sociedade de informação. Neste ambiente, os órgãos de informação tradicionais ganharam outro concorrente na difusão de informação, as redes sociais na internet, plataformas nas quais ela se propaga numa velocidade e abrangência sem precedentes. Assim, em função dos motivos económicos perseguidos pelas empresas de media, o sensacionalismo acaba sendo um recurso privilegiado para marcar diferença num mercado altamente competitivo.

O factor tempo também tem sido umas das causas da proliferação do sensacionalismo. O tempo que outrora os profissionais tinham para apurar e verificar com muita cautela os factos, hoje, devido ao imediatismo e a sede pela informação, é quase inexistente. Ser o primeiro a dar uma informação é um diferencial fundamental para o enfrentamento da concorrência. E, em resultado da pressão do factor tempo, as notícias sensacionalistas acabam sendo uma estratégia de atrair o leitor, mediante títulos fortemente orientados para apelos à sensibilidade.

No meio impresso, o sensacionalismo é muito usado nas capas de jornais com o intuito de atizar a audiência a aderir ao produto. Entretanto, constata-se, muitas vezes, que ao ler o conteúdo, este não condiz com o propalado na manchete. O leitor acaba percebendo

que o assunto dramatizado na capa não tem tanta importância como parecia ter. Nesta altura, os objectivos da empresa teriam sido alcançados, na medida em que o que mais interessa é a venda do jornal.

A condição mercadológica e o sensacionalismo

O sensacionalismo, como já foi referenciado, não tem sua origem na web. Ele acompanha o jornalismo desde as suas origens. O jornalismo impresso sensacionalista, segundo Angrimani Sobrinho (1995), tem seu início incerto e difícil de precisar. Embora alguns enciclopedistas dêem como referencial o final do século XIX, o facto é que ele parece ter se enraizado na imprensa desde seus primórdios. No final do século XIX, é emblemática a disputa entre dois jornais em Nova York, o *World* de Joseph Pulitzer e o *Journal* de Hearst, que ao enfrentar-se e usaram como arma o sensacionalismo. A origem do termo “imprensa amarela” vem dessa época.

O sensacionalismo é uma estratégia empregada no jornalismo e está estritamente ligada ao factor comercial. Ele visa atrair seus públicos aos produtos mediáticos, principalmente às notícias. Essa característica foi assumida pela práxis jornalística já no início do século passado, com criação de um novo jornalismo, a *penny press*, uma modalidade de jornalismo que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1830, para atender à demanda e o poder aquisitivo da *working class*. Correspondia a uma imprensa de centavos, tão acessível e tão popular. A ideia central era difundir notícias de interesse geral e curtas. A lógica comercial da *penny press* fundamentava-se no rápido consumo e no preço baixo.

Conforme ressalta Traquina (2005: 50), o surgimento da Penny Press implicou a homogeneização de alguns factores como: **conteúdos**, notícias sobre factos locais do quotidiano, processos de justiça, crimes, execuções, catástrofes e eventos extraordinários; **rebaixamento de preços**; **público amplo e generalizado**, ou seja, massivo; **linguagem simples e acessível a pessoas de instrução escolar fundamental**.

La Press abandonou os tradicionais artigos políticos longos e substituiu-os pelas notícias de rua, moda e furos jornalísticos. A grande novidade, no entanto, foi a introdução dos folhetins, uma inovação recebida com tremendo entusiasmo pelo novo público leitor, que ansiava por diverso e não estava muito interessado em política. A agitação política foi subordinada notícias, publicidade e ao entretenimento, com o objetivo de conseguir a maior venda possível do jornal (TRAQUINA, 2005: 65).

Entretanto, há que reconhecer que a informação, em jornalismo, é vista como um guia social, pois tem a capacidade de informar e atizar o exercício de cidadania. É através das notícias que os cidadãos são munidos de ferramentas para participar na esfera pública e opinar sobre assuntos que dizem respeito à colectividade. Não há participação sem conhecimento. A notícia tem uma clara funcionalidade: orientar o indivíduo e a sociedade. Para Park (1972), a condição de orientação é fundamental porque, através dela, pode-se

preservar certa sanidade dos sujeitos e a permanência da sociedade como ela é.

Segundo este autor, as notícias têm como missão a construção de uma espécie de “coesão” na sociedade. Através delas, as pessoas se informam sobre o que seria realidade e esse “*tomar conhecimento*” necessariamente acaba produzindo uma série de atitudes, gerando identidade. A lógica comercial do jornalismo leva os profissionais da área a optarem por notícias sensacionalistas, pois estas têm maior impacto na sociedade, ao privilegiar, no seu fazer, a exploração do extraordinário.

O sensacionalismo está ligado ao exagero; a intensificação, a valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão de conteúdo pela forma. O sensacionalismo tem servido para caracterizar inúmeras estratégias da mídia em geral, como superposição do interesse público; a exploração do interesse humano; a simplificação; a deformação; a banalização da violência, da sexualidade e o consumo; a ridicularização das pessoas humildes (AMARAL, 2006: 21).

O sensacionalismo é visto também como uma barreira para a reflexão e a crítica. Inicialmente o jornalismo tinha a pretensão de apresentar os factos como

elas eram, não acrescentando e nem diminuindo. Presupunha-se que as notícias eram espelho da realidade social. Hoje se sabe que este desiderato nunca foi alcançado. As notícias foram e serão sempre uma construção, onde os factores organizacionais e profissionais influenciam na formatação deste tipo de produto.

Entretanto, com o sensacionalismo, a subjetividade tornou-se *arma de arremesso* nas redações jornalísticas.

O factor tempo e o sensacionalismo

O factor tempo também tem estado estritamente relacionado sensacionalismo no quotidiano das redações. Com a massificação das redes sociais na internet, a informação tornou-se mais efémera, aliando-se o facto de os órgãos de informação ambicionarem estar à frente da concorrência. E sendo difícil lidar com o factor tempo, as notícias sensacionalistas, elaboradas com recurso a títulos, amiúde indecentes e cheios de especulação, acabam sendo um atractivo privilegiado.

No *Evidências*, o sensacionalismo é um recurso usado nas capas, com o intuito de atigar no leitor o desejo de adquirir o produto. Entretanto, tem se observado a não concordância entre as chamadas das matérias plasmadas na capa e o desenvolvimento das mesmas.

Um dos factores que pode levar o *Evidências* a alinhar por esse caminho é a pressão do factor tempo. Na sociedade tida como de informação e perante o chamado “jornalismo cidadão”, a audiência já não

precisa esperar por uma informação disponibilizada ao ritmo cronológico dos media tradicionais. Antes mesmo da veiculação de uma determinada informação, pelo jornal, rádio e TV, os usuários de diversas redes sociais digitais, blogueiros e até *memeiros*, a tornam pública.

Eles são rápidos e obrigam alguns órgãos tradicionais, como o *Evidências*, a empreender esforços e buscar criatividade na narração e disponibilização dos factos. Não se pode esquecer que um dos ganhos do sensacionalismo é o *diferencial* e o *inédito*. É com esses atributos que se pode tornar um produto atractivo e capaz de suscitar interesse no público. Neste modo de fazer, opta-se por notícias que priorizam acontecimentos triviais, tornando-os espetaculares, emprega-se uma linguagem coloquial e há aqui um gosto pelos temas deixados à margem pelo jornalismo de referência.

Em seu livro *"A produção de um discurso de sedução num jornal sensacionalista"*, Pedrosa, define o sensacionalismo como "modo de produção discursivo da informação de actualidade, processado por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados no contexto de representação ou reprodução do real social. Mais tarde, Longhi (2005), explicou que a prática sensacionalista é entendida como um modo de produção, uma maneira de se fazer a notícia, ditada por interesses mercadológicos, que leva em conta um público que a consome. Autores como Serra (1986) e Marcondes Filho (1989) atribuem uma função alienante a essa tipologia de notícia, arrogando

à imprensa sensacionalista uma radical mercantilização das sensações, que assim se presta a satisfazer às necessidades instintivas do público e desviá-lo de sua realidade.

Entretanto, não se pode esquecer que o jornalismo constitui o instrumento iluminador da esfera pública, essas interpretações ressaltam que, ao exagerar as informações, o jornalismo produz distorções, fazendo a realidade parecer mais palatável em comparação ao cotidiano midiático apresentado. Por sua vez, Marcondes Filho (1989) vai mais além ao acreditar que as notícias de crimes servem para canalizar a rebeldia potencial das classes subalternas, assegurando a normatização à sociedade a partir de uma narrativa moral na qual o crime não compensa.

Na primeira edição de 2023, o jornal *Evidências*, publicou na sua capa a seguinte frase: *"Querem silenciar Guebuza"*. De certeza que essa foi a edição que mais vendeu, pois era do interesse do público saber quem são as pessoas que atentam contra a vida do ex-estadista. Mas como sempre, ao ler o conteúdo interno, não havia nenhum atentado a vida de Armando Guebuza.

Ao procurar transpor a realidade para a narrativa, o órgão procura construir personagens e representações arquetípicas e permite que a narrativa represente a existência, atingindo directamente o público. Não é a representação de dados concretos que produz o senso de realidade, mas a sugestão de uma certa generalidade. As notícias sensacionalistas podem inserir o indivíduo em ambientes estranhos. Podem também remontar a realidade como um conto

folhetinesco ou uma cena dos cinematógrafos. Produzem, enfim, elos de identificação com o público.

O *framing* sensacionalista

A teoria do enquadramento noticioso (em inglês: *framing*) foi, a princípio, formulada por Gregory Bateson (1954) e depois retomado por Erving Goffman (1974). Os estudos sobre o *framing* no jornalismo ocorreram com maior intensidade a partir de 1970, período que haviam estudos sobre a *agenda-setting*, *gatekeeper* e *newsmaking*. Essa teoria, trabalha com critérios de selecção, ou seja, como uma notícia é relatada ao público, auferindo se é de interesse do público, de interesse da empresa, de interesse do jornalista, de interesse das fontes. Em suma, analisa a interferência de factores externos e internos em um assunto específico.

Nesta perspectiva, o sensacionalismo inicia no *framing*, ou seja, o jornalista dirige-se para o palco de acontecimentos ciente de que deve *sensacionalizar* os factos. O *framing* das notícias funciona, aqui, como uma cozinha, onde confecciona-se truques e estratégias de como despertar sentimentos como: curiosidade, ansiedade, espanto, raiva, entre outras sensações na audiência. Segundo define Gitlin, *framing* é o princípio de selecção, ênfase, e de apresentação, compostos por pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que ocorre e o que é relevante.

É no enquadramento que se decide qual rumo a matéria deve seguir e a quem deve afectar. O *framing* sensacionalista reconhece questões socioculturais e históricas, apresenta a perspectiva de que o jornalista já tem uma ideia preconcebida de como um

determinado público poderá receber a mensagem. Tuchman (1983) descreve as notícias como construção social de realidade e traz a noção de enquadramento para o estudo do jornalismo. Para esta autora, as notícias são uma janela para o mundo, em que se pretende dar aquilo que se quer saber, que se necessita saber e que se deve saber.

Assim, como as *notícias* propriamente ditas refletem a realidade do mundo, as notícias sensacionalistas também apresentam e espelham uma realidade distorcida do mundo.

E, conseqüentemente, as notícias tornam-se o próprio enquadramento, pois é através delas que se constrói grande parte da percepção e relação com mundo. Os enquadramentos midiáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, selecção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual.

Existem dois tipos de *frame*: o *episódico* e *temático*. O *frame* episódico, por um lado, pode ser observado no relato do acontecimento em si, nos factos recortados naquele ambiente sem conexões com grandes e complexas explicações contextualizado para uma mínima audiência. De acordo com Goes (2014), no *frame* episódico, a responsabilização pelos factos não é colectiva, ou seja, cada um responde por si só. A culpa é pessoal e do indivíduo envolvido no facto.

Num estudo sobre sobre a autuação da imprensa nos EUA sobre pobreza e desemprego,

entre 1981 e 1986, Iyengar (1992) concluiu que o enquadrar episódico simplifica problemas complexos para o nível de evidência anedótica. Esta prática caracteriza o *modus operandi* do sensacionalismo. Pois pode ser observado um recorte dos acontecimentos, por exemplo a especulação.

Por outro lado, temos o *framing* temático as notícias estão centradas em factos mais complexos, com contextualização cultural e histórico e com elevado número de fontes de informação. Aí a responsabilização pelos problemas é colectivo, governo ou a sociedade em geral.

Isso não quer dizer que no *framing* episódico não exista a contextualização. Antes de simplificar os problemas o jornalista precisa introduzir contextos de interpretação dos factos. Para Porto (2004, p.4) existem dois tipos de *framing*: *noticioso* (padrões de apresentação, selecção e ênfase utilizados pelos jornalistas para organizar seus relatos) e *interpretativo* (temas de abrangência colectiva).

O *framing* temático e sua aproximação ao sensacionalismo

Por ser mais sério e de maior abrangência, se calhar de interesse público/geral, acredita-se que o *framing* temático está isento do sensacionalismo. Alguns pesquisadores como Pedrosa (2001, p.50) associam a condição episódica e *fait divers* ao sensacionalismo. Para ele o sensacionalismo actua num campo onde há apenas informações autossuficientes, curiosidade, espanto, raiva, humor, espetáculo, raridade, entre outras sensações.

Angrimani (1995: 102) explica que a marca episódica do sensacionalismo, foca-se em casos isolados, deixando de fora as secções sociais como por exemplo: a economia, política, cultura, sociedade e desperto. Já Matheus (2001: 18) diz que as notícias sensacionais funcionam como se cada peça fosse um repositório de drama, emoção e afecto.

Tudo que se fala do sensacionalismo está voltado ao *framing* episódico, como referenciamos acima, muitos dizem que *framing* temático está isento do sensacionalismo. Mas isso é discutível, pois actualmente há maior atuação do sensacionalismo no *framing* temático.

Sádaba (2007: 72) explica que nem toda abordagem temática, seja ela de conteúdo e/ou narrativa, estará isenta de propriedades sensacionalistas. Eles não são de todo excludentes, já que existem enquadramentos mistos em que se mesclam efeitos particulares e dotados de contexto.

Este autor reconhece que o sensacionalismo "sente-se peixe na água" no *framing* episódico, mas mesmo assim, deixa claro que não serão todos os acontecimentos episódicos sensacionalistas, ou seja, os acontecimentos temáticos também estão susceptíveis de gerar sensações.

O sensacionalismo *vis-à-vis* a ética e a deontologia

Nos tempos actuais tornou-se senso comum o entendimento de que toda a comunicação deve estar ajustada à lei fundamental da sinceridade, da honradez e

da verdade. Entretanto, a relativização dos valores tradicionais, o avanço tecnológico e o uso que largamente se faz deste recurso tem suscitado problemas éticos e deontológicos dignos de realce. O advento das plataformas digitais e a sua apropriação pelas massas exige, cada vez mais, aos profissionais da informação uma conduta responsável.

A comunicação social é um ambiente propício para construir uma pessoa humana consciente e crítica. Entretanto, como observa Gomes (2001), dependendo do modo de como ela é manejada, poderá servir de instrumento de despersonalização. Daí a necessidade de uma proposta ética, que se impõe hoje como tarefa e desafio.

O apreso à dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental na relação entre o jornalista e o seu público. Assim, o alcance deste desiderato muito dependerá do comprometimento ético deste profissional, algo tanto quanto desafiador, numa sociedade onde reina a relativização dos valores, o individualismo e a busca pelo lucro a todo custo. É justamente neste cenário que a opção pelo sensacionalismo acaba sendo um recurso privilegiado por parte de alguns sectores da mídia que almejam conquistar o leitor por vias alheias à moral. Nesta prática é comum destorcer-se os factos mediante a acentuação dos aspectos que provocam reacções emocionais, na linha de uma exacerbação desproporcional de um interesse.

Estes aspectos poderiam ser minimizados pelos códigos de ética. Não obstante o primeiro ter aparecido em 1910, sua importância ainda se revela fundamental para equacionar os interesses dos próprios

profissionais, das empresas e da sociedade em geral, e, especificamente, dos segmentos do público que mais precisam da proteção, como é o caso da infância.

Um dado a salientar, tal como referenciado por Gomes (2001), é que na sua generalidade os códigos defendem as exigências da verdade, objectividade e exactidão. Cerca de 82% afirma o respeito ao segredo profissional. Assim, a elaboração e a posta em prática dos códigos deontológicos manifestam a tomada de consciência dos jornalistas, seu esforço lúcido e leal em trabalhar no sentido de uma imprensa livre e responsável.

O Jornal Evidências e a sua lógica noticiosa

O Evidências é hoje um tabloide online, que sai às terças-feiras. No início, o jornal era impresso e vendido na via pública. Esteticamente é notável a exploração das cores azul e vermelho. Editado em Maputo, o Evidências é um órgão de comunicação social que se intitula generalista, com enfoque para as matérias investigativas nos domínios de política, economia, sociedade, entre outros. De acordo com o site do órgão, o Evidências digital é a versão **e-paper** do tabloide para ler no smartphone Computador ou Tablet.

Tendo como objectivo perceber a lógica noticiosa do Evidências foram colectadas nove edições, correspondentes aos meses de agosto e setembro de 2023. Do material seleccionado, foi feita a análise de conteúdos das principais manchetes constantes na capa do semanário, tal como apresentadas na tabela abaixo.

Data	Subtítulo	Título
01/08	<ul style="list-style-type: none"> • Director financeiro e tesoureiro suspensos depois de descoberto esquema; • A LAM pagou mais de oito milhões de meticais em serviços não prestados; • Empresa vinga-se e demite director financeiro e chefe da tesouraria da LAM; • Depois do exposto o pagamento de 1.5 milhão de Rands FNA quer “mostrar” trabalho. 	FMA caça traidores da bolada
08/08	<ul style="list-style-type: none"> • Quando a justiça persegue interesses políticos; • Político tem dois processos a correr e engendra-se novos para o impedir para concorrer; • Recebeu ameaças para ficar calado, senão irá lhe acontecer o mesmo que Atanásio Matavele; • Em 2018 também foi assim para o impedir de se candidatar e a gora a história se repete; • “Eles têm medo e querem fazer tudo para que eu possa ir à corrida eleitoral. 	CERNIC e PGR contra Venâncio Mondlane em vésperas das eleições
15/08	<ul style="list-style-type: none"> • Um governo sem nenhum imaculado e nenhuma estrela; • A um ano e meio do fim do mandato, nenhum Ministério se destaca pela positiva; • Os 5 ministros mais brilhantes do primeiro mandato andam perdidos em combate; • Núcleo duro de Nyusi já não convence e os problemas vão desde a TSU à falsas promessas. 	Uma orquestra desafiada chamada Governo
22/08	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de propaganda já não oculta o fracasso da FNA; • Passageiros com bilhetes emitido pela LAM para fazer conexões estão a sofrer restrições; • Sonho de reactivar a rota Maputo-Lisboa começa a desmoronar e de Agosto foi adiada para Novembro; • Além de pagamento de consultoria 1.5 milhão de Rands a FNA, a empresa contratou um serviço de consultoria que é pago pela LAM 	LAM suspensa da IATA
29/08	<ul style="list-style-type: none"> • E agora Roque Silva? Afinal não basta o partido “querer” para o candidato “se querer”? • Manuel Rodrigues já formalizou ao partido a sua indisponibilidade para concorrer; • O assunto está a ser gerido secretamente e há forte pressão para avançar contra a vontade; • Está ciente que Nampula é um terreno difícil e tem medo de ser humilhado por Vahanle. 	Manuel Rodrigues embarça a FRELIMO em Nampula
05/09	<ul style="list-style-type: none"> • Pediu audiência, mas o encontro não levou mais de 10 minutos; • A ficha caiu e a Frelimo resgatou o número de 22 da lista para substituir o renunciante; • Pressão e até chantagem não foram suficientes para convencer Manuel Rodrigues; • Antes de ser indiciado para as eleições internas, era conotado com ambições presidências. 	Nyusi vinga-se de Manuel Rodrigues em Maputo
12/09	<ul style="list-style-type: none"> • Venceram nas internas sem conforto das “ordens superiores”; • Em Massinga, o cabeça-de-lista eleito tentou negar renunciar e foi ameaçado de morte; • Não resistiu intimidações, mas a Frelimo teve de se conformar com voto de vingança; • Vencedor em Homoine foi “arrumado” a caminho de Nampula para a apresentação. 	Frelimo força renúncia de cabeça-de-listas
19/09	<ul style="list-style-type: none"> • Apostou-se em pessoas leias de liderança e esqueceu-se do quesito competência; • Rasaque Manhique foge segundo debate num espaço de uma semana e estende tapete aos opositores; • Após repreensão por participar num debate, Júlio Parruque gazetou frente a frente na TV sucesso; • Sobe tom crítico nos corredores do partido: “é resultado de escolher candidatos fracos e sem retórica”. 	Frelimo dá ordem para ninguém ir à frente a frentes
26/09	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas de salários deram entrada no dia 07 e só no dia 21 é que se detectou supostos erros; • Governo procura a todo custo esconder uma indisfarçável falta de liquidez; • Na terça-feira passada governo voltou a recorrer aos bancos para emprestar dinheiro; • Recorrentes atrasos estão a gerar ondas de descontentamento na função pública. 	Funcionários prometem “vingança” após feriado sem salário

No jornal Evidências, o sensacionalismo ocorre no *framing* temático político, que se configura numa das secções mais importantes na sociedade, devido ao seu nível de abrangência. Aqui, o sensacionalismo alia-se ao excesso de crítica, a generalização dos factos e uma interpretação generalizada e distorcida, como ficou patente no título “Nyusi vinga-se de Manuel Rodrigues em Maputo”. O título desta matéria induz o leitor a querer saber de que forma o Presidente da República vingou-se de Manuel Rodrigues. Entretanto, ao ler todo o conteúdo, constata-se que não existe, em algum parágrafo, uma passagem que explica quando e de que forma Filipe Nyusi vingou-se de Manuel Rodrigues. Os subtítulos exibidos na mesma matéria são ilustrativos do descompasso entre o apelo do título e o contido no desenvolvimento da matéria:

- Pediu audiência, mas o encontro não levou mais de 10 minutos;
- A ficha caiu e a Frelimo resgatou o número de 22 da lista para substituir o renunciante;
- Pressão e até chantagem não foram suficientes para convencer Manuel Rodrigues;
- Antes de ser indiciado para as eleições internas, era conotado com ambições presidenciais.



Os quatro subtítulos e nenhum deles, fala da referida vingança de Nyusi. Isso explica-se na lógica comercial do sensacionalismo. O objectivo é vender, não importando ao Evidências a confusão psíquica que essas matérias podem causar no leitor. Patterson (2000) alerta a um risco, neste tipo de títulos e explica que essas podem criar uma imagem distorcida e negativa da política. Neste caso, os leitores podem construir uma imagem desrespeitosa de Filipe Nyusi, pensando, por exemplo que ele é um presidente vingativo.

Nhanale (2020), descreve o excesso de crítica no jornalismo como um factor que banaliza a imagem dos políticos e enfraquece a democracia. Veja que o jornalismo crítico quando associado ao poder da interpretação (onde residem as estratégias do sensacionalismo), gera uma atitude cínica dos cidadãos em relação à política.

A estratégia da construção discursiva sensacionalista do Evidências também pode ser observada na edição que tinha como título “Um executivo sem nenhum imaculado em sem nenhuma estrela” e um antetítulo “Uma orquestra desafinada chamada governo”. Patterson (2000) afirma que existem provas de que o constante aumento da imagem negativa da política veiculada pela mídia é um factor significativo no aumento da visão apática e alienada que o público tem da política.

Deve ficar claro que não está a negação do carácter *watch dog* do jornalismo, ou seja, a importância que este sector tem para controlar os excessos e abusos do poder. Entretanto, entende-se que esta função tem que ser feita, obedecendo os princípios éticos.

A imprensa precisa ser o motor que leva as pessoas a valorizar a política. A cobertura sobre as questões políticas deve ser factual e distanciar-se de especulação e presunções.

Uma das edições que foi objecto de análise tinha como título **“FMA caça traidores da bolada”**. Aqui não houve excesso na narração dos factos. A questão que se pode analisar é a interpretação dos factos e o tipo de linguagem usada, por exemplo, o termo **“bolada”**. Trata-se uma expressão coloquial muito usada actualmente, associada a vendas ou compras de produtos fora dos limites legalmente instituídos. É uma capa chamativa. Trata-se uma estratégia de venda que ignora os ditames da ética. O código deontológico do jornalista moçambicano é claro em assegurar que o dever do jornalista é “contribuir na formação da consciência cívica e crítica” por parte da audiência.

Reflexões Conclusivas

O percurso realizado mostrou a necessidade da constante reflexão sobre a práxis jornalística no contexto moçambicano sem, entretanto, desvinculá-la do cenário global. Ficou claro, neste estudo, que o advento das plataformas digitais incrementou o ritmo das transformações em todas as esferas da sociedade e o jornalismo não ficou alheio a essas dinâmicas. A produção, a circulação e consumo da informação estão a ser amplamente reconfigurados com a presença da tecnologia digital. Não restam dúvidas, tanto as rotinas de produção noticiosa, quanto os hábitos de seu consumo mudaram substancialmente, onde a avidez por novidades é a característica principal. Nesta conjuntura, a concorrência por parte dos atores midiáticos aumentou, obrigando-os a adoptar estratégias diversas para a garantia de sua sobrevivência e a consecução do lucro, principal objectivo de sua existência.



Neste desenrolar dos acontecimentos, o sensacionalismo acaba sendo o *corta-mato* adoptado por alguns sectores da mídia, dada o seu potencial para atrair públicos aos produtos midiáticos, principalmente às notícias. Esta é a estratégia usada pelo Evidências. Nas edições analisadas observou-se que o semanário recorre ao sensacionalismo, uma prática que tende a distorcer os factos mediante a acentuação dos aspectos que provocam reacções emocionais, na linha de uma exacerbação desproporcional de um interesse. Os títulos e subtítulos das nove edições seleccionadas são ilustrativos da preferência editorial do jornal pelo sensacionalismo, como forma de posicionamento no mercado midiático do país que se tornou altamente competitivo na actual fase de Multiplicidade da Oferta de produtos informativos.

Referências Bibliográficas

Amaral, M. (2023). *Sensacionalismo*: inoperância explicativa. Porto Alegre: Revista Em Questão.

Angrimani Sobrinho, D. (1995). *Espreme que sai sangue*: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus.

Gitlin, T. (1980). *The whole world is watching*: mass media in the making & unmaking of the new left. Berkeley: University of California Press.

Góes, J. (2012). *Imprensa popular sensacionalista*: contribuições ao jornalismo contemporâneo. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.

Goffman, E. (2012). Os quadros da experiência social: uma perspectiva da análise. Tradução de Gentil, A. Titon. Petropolis: Vozes.

Gomes, G. P. (2001). *Comunicação social*: filosofia, ética e política. São Leopoldo: Unisinos.

Iyengar, S. (1991). *Is anyone responsible?* How television frames political issues. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Longhi, N. (2005). *Sensacionalismo e jornalismo popular*: um estudo de caso. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28. Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Intercom, Cd-Rom.

Marcondes Filho, C. (1989). *O Capital da notícia*. São Paulo: Ática.

Matheus, L. (2011). *Narrativas do medo*: o jornalismo de sensações além do Sensacionalismo. Rio de Janeiro: Mauad.

Nhanale, E. C. (2020). *A cobertura dos Medias sobre a corrupção em Moçambique*: um "contra-poder" abalado? Maputo: CEC.

Park, R. E. (1972). *A notícia como forma de conhecimento*: um capítulo da sociologia do conhecimento. São Paulo: Cultrix.

Patterson, T. E. (2003). *Tendência do jornalismo contemporâneo*: estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a democracia?. Média & Jornalismo.

Pedroso, R. N. (2001). *A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista*. 1983. 140 p. Mestrado (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio De Janeiro: Rio de Janeiro.

Porto, M.P. s/d. Os acontecimentos mediáticos como actos de palavra. Servilha, Revista Científica de informação e comunicação.

Sádaba, T. (2007). *Framing*: el encuadre de las noticias: El binômio terrorismo- medios. Buenos Aires: La Crujia ediciones.

Serra, A. (1986). *O desvio nosso de cada dia*: a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro: Dois Pontos.

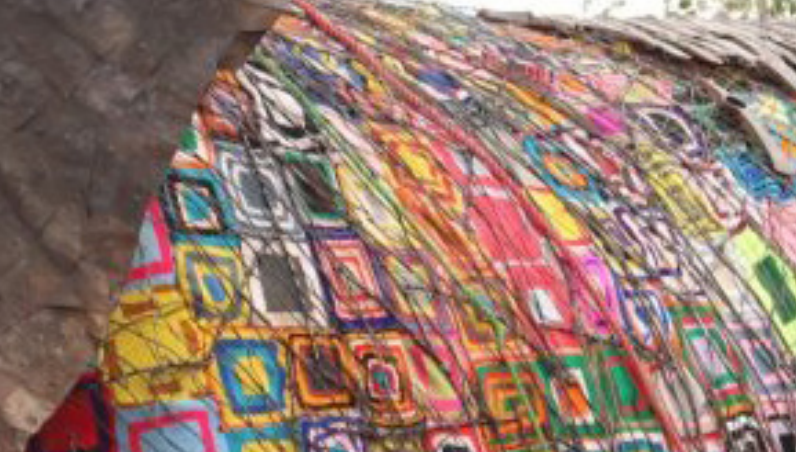
Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo*: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva Coimbra.

Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia*: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Guili.



86

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



"VIRGEM MARGARIDA": Uma reflexão sobre o gênero em Moçambique

"VIRGEM MARGARIDA": A reflection on the genre in Mozambique

Fuel, Isaias Carlos,
Akungondo, Unaiti
Bramo, Deisy

Resumo

Este artigo reflete sobre o florescimento estético do filme "Virgem Margarida" de 2012, produzido por Licínio Azevedo, que representa um evento histórico dos primeiros anos de Moçambique independente, designado *Operação limpeza*. A reflexão materializa-se através da exploração dos significados construídos pelo filme, recorrendo ao modelo barberiano, focado na análise estrutural e dinâmicas de produção e na análise da composição textual em articulação com a análise axiológica de Guillermo Gómez Orozco. A análise mostra que o filme potencializa as sensibilidades contemporâneas relacionadas às vivências da mulher moçambicana, que sofre exclusões históricas e sociais. Recorrendo ao "português moçambicano", com

sotaque do sul, centro e norte, veicula uma oposição entre a ideologia revolucionária socialista, que tem como valor a disciplina, servir ao país e servir aos maridos, e a ideologia capitalista e práticas tradicionais, que são antivalores mascarados na prostituição e conhecimentos tradicionais.

Palavras-Chaves: ideologia socialista; ideologia capitalista; prostituição; reacionária, audiovisual

INTRODUÇÃO

O artigo busca compreender os significados construídos pelo filme “Virgem Margarida”, recorrendo ao modelo barberiano de análise da dramaturgia, em articulação com análise axiológica de Guillermo Orozco Gómez¹. O filme foi produzido por Licínio Azevedo e busca representar um evento histórico dos primeiros anos de Moçambique independente, designado *Operação limpeza*. Desenvolvido dentro do paradigma dos estudos feministas moçambicanos, este se estrutura da seguinte maneira: descreve o debate sobre gênero em Moçambique, o contexto da operação limpeza em Moçambique e o cinema militância. Também, foca-se no audiovisual e na criação de novas partilhas, concentra-se no modelo teórico-metodológico barberiano, em articulação com as análises de axiologia orozcosianas, analisam-se as estruturas, dinâmicas de produção e a composição textual. E, por fim, apresenta as considerações conclusivas.

GÊNERO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país com 48 anos e uma população de 28,8 milhões de habitantes, entre os quais mais de 15 milhões são mulheres e 13 milhões e 800 são homens (INE, 2017). Neste país, as reflexões sobre o conceito de gênero podem ser descritas em três momentos: o primeiro diz respeito ao período anterior à Luta Armada. Neste período, podemos destacar a greve de Búzi, em 1947, onde um grupo de mulheres se recusou ao cultivo do algodão e, como resultado, queimou as sementes (AMÉLIA *et al.*, 2011). Também podemos destacar o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), onde a participação da mulher foi notória. O segundo momento ocorre durante a Luta Armada

de Libertação Nacional (LALN), e o terceiro consiste no período pós-colonial. O último diz respeito ao período multipartidário. No que tange ao segundo momento, Isabel Maria Casimiro (2005) argumenta que, durante a Luta de Libertação de Moçambique, as primeiras mulheres guerrilheiras tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre o seu papel na guerra. É dentro deste cenário que o posicionamento assumido durante a LALN sobre a emancipação da mulher e as concepções de luta para a sua libertação (CASIMIRO, 2005, p. 58) foi importante para o desenvolvimento da consciência do gênero por parte das mulheres.

Isabel Maria Casimiro (2005) argumenta que a Frelimo, inspirando-se nas ideias do iluminismo, socialismo utópico e dos movimentos nacionalistas do terceiro mundo, foi um dos únicos movimentos nacionalistas a nível de África que, desde o início da sua fundação, defendeu que a emancipação da mulher devia acontecer em simultâneo com a Luta de Libertação do jugo colonial. O entendimento assentava-se na ideia de que, para a construção de uma sociedade nova, a participação da mulher na Luta e em toda a frente de combate poderia promover avanços significativos revolucionários, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão (MACHEL, 1973). Pode-se ver no plasmado no Estatuto aprovado pelo I Congresso da Frelimo, que propunha a promoção sociocultural da mulher, encorajar e apoiar a formação de organizações sindicais de mulheres. Como resultado deste documento, “o programa estabelecia o princípio de salário igual para trabalho igual, independentemente do sexo, cor ou região” (CASIMIRO, 2005, p. 59).

A intervenção da mulher na luta de libertação data desde 1962, pois é a partir deste momento que um grupo de mulheres decide juntar-se na luta. Isabel Maria Casimiro

1. Este modelo foi usado na tese de doutorado com título: Embate entre Modernidade e Tradição: Recepção e Apropriação dos Conteúdos Audiovisuais de Combate às Uniões Prematuras, desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

(2005) argumenta que a participação da mulher inicia, numa primeira fase, com o desenvolvimento de actividades de apoio aos refugiados e às suas famílias, cuidando das crianças órfãs e vendendo cartões da Frelimo. É com a criação da LIFEMO (Liga Feminina de Moçambique) que a mulher começa a ganhar consciência do seu papel, pois esta organização tinha como uma das suas missões apoiar as famílias dos que se juntavam à Frelimo. Isabel Maria Casimiro (2005) acrescenta que a LIEMO tinha, também, a missão de localizar onde se encontravam os moçambicanos que fugiam do colonizador em Moçambique.

Com o início da luta, em 1964, as mulheres tiveram que se reorganizar para contribuir de forma mais activa, e, de acordo com Isabel Maria Casimiro (2005), em 1965, um grupo de mulheres solicitou treinos militares, como uma forma de adquirir habilidades para defender as populações sob sua responsabilidade. Todavia, esta solicitação encontrou muita resistência, pois, para os homens, as mulheres não tinham força para treinos militares e a sua função era de satisfazer aos militares, cuidar da família e da reprodução (CASIMIRO, 2005). Na mesma linha de pensamento, Amelia *et al.* (2011, p. 12) argumenta - “duvidava-se da capacidade das mulheres para a guerra e achava-se que a contribuição delas ao processo revolucionário deveria restringir-se ao trabalho nas machambas e demais tarefas de apoio, assim como se acreditava que a participação das mulheres era contrária à tradição.” Aponta-se, ainda, que por esse entendimento, os homens utilizavam as mulheres como amantes e as que se recusavam eram forçadas a realizar trabalhos pesados. Em adição, argumentava-se que as mulheres que participavam nas questões militares se devia a fuga às suas ocupações como produtoras, esposas e mães.

Por conta da hostilização das mulheres para a sua participação como guerrilheiras, numa reunião de alto nível, no Norte, uma guerrilheira questionou ao presidente da Frelimo por que as mulheres não podiam ser militares, enquanto têm as mesmas

habilidades que as dos homens. A resposta do presidente foi que, o movimento ainda não tinha colocado essa questão e estava nas mãos das mulheres exigirem (CASIMIRO, 2005). Este questionamento remete-nos ao reconhecimento que a mulher estava a ter da sua subalternidade e ganhava consciência de que algo devia mudar em todo processo da LALN.

Embora os esforços das mulheres e de alguns nacionalistas para mudar a consciência dos indivíduos quanto às percepções à volta das relações de género, algumas áreas não mudaram. Isabel Maria Casimiro (2005) aponta que os homens acabaram aceitando que as mulheres fossem militares, porém a divisão sexual do trabalho não alterou, continuando as mulheres a cuidar dos trabalhos domésticos e a preparar os alimentos. Assegura, ainda, que não houve um repensar sobre as tarefas invisíveis que já ocupavam as mulheres e contribuía para aumentar o seu tempo de trabalho social. Assim, “se reconfirmaram os seus papéis de esposas, mães e como trabalhadoras invisíveis não pagas” (CASIMIRO, 2005, p. 63).

PERÍODO PÓS-COLONIAL E O DEBATE SOBRE O GÊNERO

Alcançada a independência em 1975, a Frelimo, partido único, implementa a experiência usada na organização das aldeias libertadas. De acordo com Isabel Maria Casimiro (2005), para esse desiderato, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), fundada em 1973 e braço do partido Frelimo, jogou um papel central:

Na integração da mulher na produção colectiva-cooperativa e associações de camponeses, na mobilização das mulheres no geral para as campanhas de vacinação, na educação materno-infantil, planeamento

familiar, educação de adultos, educação cívica e formação da mulher (CASIMIRO, 2005, p. 64).

Todavia, apesar de a Frelimo ser vanguardista, Isabel Maria Casimiro (2005) argumenta que a sua prática e teoria sempre foi contraditória. Pois, a Frelimo não avançou de modo a acompanhar os movimentos feministas internacionais que surgem, também, em situações idênticas aos dos movimentos de libertação dos países periféricos. Os movimentos feministas, a liderança frelimista descrevia-as como “um grupo de mulheres liberais que confunde os objectivos de libertação” (MACHEL, 1973 *apud* por CASIMIRO, 2005, p. 66). Em adição, a feminista era descrita pelos meios de comunicação através de caricaturas de mulher amargurada e anti-homem (CASIMIRO, 2005). Esta é uma situação que acontece até hoje, onde uma mulher que assume que é feminista é descrita como lésbica ou mulher que ainda não encontrou o verdadeiro homem para a satisfazer sexualmente.

PERÍODO MULTIPARTIDÁRIO E O DEBATE DO GÉNERO

O período multipartidário é marcado pela introdução da Constituição de 1990, que assegura a igualdade de sexo em todas as áreas da sociedade e proíbe qualquer discriminação legislativa, política, económica e social (ver o artigo 6, 67 e 69 da constituição de 1990). A Constituição de 2004, através dos artigos nº 35/6, estabelece, claramente, uma igualdade entre os géneros em todas as áreas da sociedade e proíbe qualquer discriminação social.

Para além do uso da Constituição para projectar o desenvolvimento sem discriminação, Moçambique ratificou várias Constituições cujo compromisso é agir e orientar-se pelos ideais do feminismo, na luta contra os determinantes socioculturais,

políticos e económicos que perpetuam a submissão da mulher na sociedade (CASIMIRO, 2011, p. 15). A título de exemplo, Moçambique é signatário do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030; Convenção Internacional Sobre Todas as Formas de Discriminação da Mulher (CEDAW), Ratificada pela Assembleia da República, Resolução nº 4/1993, no BR, I Série, nº 22, de 2/6/1993); da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Ratificada em 1975; do Modelo da SADC de Erradicação de Casamentos Prematuros e Protecção da Criança, adoptada na 3ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC 2016; da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança; do Protocolo para a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos da Mulher em África - Protocolo de Maputo, ratificado em 2005 por Moçambique; e da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificado, através da resolução nº 19/90, no BR, I Série, nº 42, 23/10/1990 6, de abril de 1994.

Inspirado nas convenções ratificadas, Moçambique elabora instrumentos de acção como: o Plano Quinquenal do Governo (2020-2024), que dá “Prioridade I-Desenvolver o Capital Humano e Justiça Social”, pois é aqui onde a educação se enquadra como prioridade estratégica; A Lei nº 19/2019, de 22 de Outubro - Lei de prevenção e combate às uniões prematuras. Esta lei estabelece o regime jurídico aplicável à proibição, prevenção e mitigação das uniões prematuras e penalização dos seus autores e cúmplices, bem como a protecção das crianças que se encontram nessa união; a Lei nº 22/2019, de 11 de Dezembro - Lei da família, que estabelece, no artigo 32, alínea a), que são impedimentos dirimentes, obstando ao casamento da pessoa a quem respeitam com qualquer outra:

a) a idade inferior a dezoito anos.

Para além destes planos e leis, existe o Plano Nacional para o Progresso da Mulher (2016-2020). Este plano visa

melhorar a igualdade de género em todas as áreas de governança. Temos, ainda, Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros 2016-2019, que visa sensibilizar os pais e mobilizar os membros da comunidade, incluindo os líderes tradicionais e praticantes da medicina tradicional; Plano Nacional de Acção para a Criança (2013-2019), que constitui um compromisso do governo moçambicano na garantia dos direitos da criança até 18 anos de idade; Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança (Lei 7/2008) destaca a educação da criança como central.

Além das leis e convenções ratificadas, na década de 90, várias instituições estatais e associações foram criadas no sentido de responder aos problemas específicos de grupos de mulheres. Exemplo disso, temos a Associação dos Deficientes de Moçambique (ADEMO); a Associação dos Deficientes Militares de Moçambique (ADEMIMO); Associação Moçambicana para a Defesa da Família (AMO-DEFA); *Mozambican Network of AIDS Service Organizations (MONASO)*; Save Children; Centro de Estudos de Paz, conflito e Bem Estar (CEPCB); Ministério do Género, Criança e Acção Social; etc.

Embora haja muita legislação e conquistas pela mulher moçambicana, a submissão da mulher ainda existe de forma acentuada na cultura moçambicana, pois ainda restam preconceitos e comportamentos machistas como: a sobrecarga dos trabalhos domésticos, inibição de continuar com os estudos e a poligamia. Isso significa que, na sociedade moçambicana, o adulto tem o domínio sobre a criança e o homem sobre a mulher, afectando as relações conjugais e familiares decorrentes das práticas socioculturais (CASIMIRO, 2011). No mesmo pensamento, Nair Teles e Eugénio José Bras (2009, p. 54) argumentam que

a posição subalterna que as mulheres ocupam nas sociedades africanas cria condições para que haja diferença de direitos entre homens e mulheres, o que significa que as mulheres, independentemente da sua idade, classe social, raça ou tribo, se encontram sensivelmente mais expostas a serem vítimas de actos atentatórios aos seus direitos humanos, levados a cabo pelos homens, que consideram isso um direito adquirido “naturalmente”.

É dentro desta situação que Paulino da Graça Manuel Paulino (2014) argumenta que algumas práticas socioculturais influenciam para submissão da mulher na sociedade moçambicana. Tomando em conta que as comunidades desenvolvem preconceitos que não permitem a mulher realizar-se profissionalmente, o que diminui a sua autonomia e liberdade de expressão. Este autor acrescenta que todo este processo de subjugação culmina com desvalorização na equiparidade dos papéis, o que causa muitas das vezes sentimentos de frustração silenciosa na própria mulher.

CONTEXTO DA OPERAÇÃO LIMPEZA EM MOÇAMBIQUE

A problemática da higienização urbana, no período pós-colonial, em Moçambique, resulta da necessidade de o governo da Frelimo pretender eliminar as práticas que considerava nocivas para a formação do Homem Novo. Omar Ribeiro Thomaz (2008) aponta que a higienização urbana está associada ao conceito do “inimigo interno” que está aliada às políticas de erradicação de o que o partido entendia como sendo os resíduos do colonialismo e do capitalismo. Adiciona-se a este facto, a influência dos projectos de desenvolvimento das

machambas comunais. É dentro destas influências que, com a independência de Moçambique, a Frelimo aplica o modelo testado nas zonas libertadas (THOMAZ, 2008). As zonas libertadas eram consideradas como espaço de higienização das mentes, com vista à superação de antigas lealdades étnicas, religiosas, de classe, de raça, regionais.

Uma das estratégias para a eliminação das práticas nocivas à revolução foi a implementação dos campos de reeducação que existiram de 1975 até 1988. De acordo com Alfons Aberg e Milissão Nuvunga (2012 , p.01)

Os Campos de Reeducação devem ser entendidos para além do seu sentido material e extrajudicial de retirar forçosamente pessoas do meio familiar e social, prender em locais remotos no meio da floresta sem condições de sobrevivência, submetê-los a trabalhos forçados, e até executar sem julgamento, mas também como, mais do que isso, a representação da negação mais organizada e aberta da FRELIMO à ideia da diversidade social no meio político, social e económico em Moçambique. São a afirmação prática da sua pretensão de ser a única a definir quem pode existir no espaço público em Moçambique.

De acordo com Omar Ribeiro Thomaz (2008), de 1975 até meados de 1980, existiram mais de uma dezena de campos de reeducação, espalhados por diferentes regiões de Moçambique, os mais conhecidos ficavam no norte do país, na província de Niassa. A destacar, por exemplo, o campo de reeducação de Unango em Niassa, de M'telela

em Majune, destinado para presos políticos, em Jafar, em Marracuene. Estes campos foram extintos em 1988, como resultado da guerra de civil ou de desestabilização, como alguns autores designam, que se alastrou pelo país e inviabilizou sua existência.

Aos campos de reeducação eram levados forçosamente todos aqueles que, de uma forma ou de outra, traziam consigo ou em si elementos da velha ordem que se desejava eliminar: autoridades tradicionais, curandeiros (com práticas consideradas primitivas e anticientíficas), os comprometidos", isto é, indivíduos sobre quem pesava a suspeita de algum tipo de compromisso com a antiga ordem colonial), as prostitutas, os desempregados, os desocupados, tidos como vadios e considerados improdutivos e drogados.

Como forma de materializar este processo, aos 7 de Novembro de 1974, foi desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em conjunto com as forças portuguesas, a **Operação Limpeza**. Nesta operação, um grupo de militares bloqueou a Rua Araújo e outras ruas, becos e praças do centro de Lourenço Marques, actual Cidade de Maputo, com o propósito de deter "agitadores e marginais, incluindo as trabalhadoras do sexo. As trabalhadoras do sexo foram recolhidas, na sua maioria, na rua Araújo, antiga rua dos Mercadores, na baixa de Lourenço Marques. Esta rua era conhecida como centro da boémia e das casas de tolerância.

De acordo com Zamparoni (1998), na cidade de Lourenço Marques, nas primeiras décadas do século XX, em meio ao processo de higienização e disciplinamento da cidade colonial, prostitutas negras e mulatas foram obrigadas a restringir os seus serviços aos subúrbios, enquanto prostitutas francesas, espanholas, portuguesas, inglesas e alemãs pareciam

garantir aos abastados colonos um encontro com a civilização europeia. Todavia, nos anos 50 e 60, ocorrem mudanças que introduzem maior diversificação do tecido urbano e social. Assim, as prostitutas brancas passam a disputar com as negras e mulatas uma clientela diversificada de brancos das mais diversas origens.

O resultado dos primeiros dias da operação limpeza mostraram, de acordo com Omar Ribeiro Thomaz (2008), que foram detidos 284 indivíduos, dos quais 192 eram mulheres e 92 homens. Das 192 mulheres, 50 foram postas em liberdade e 142 foram transportadas em autocarros para destino não revelado, sob escolta do Exército Popular de Libertação de Moçambique. Dos 92 homens, 42 foram postos em liberdade e os demais ficaram detidos na capital. Este autor declara que, a maioria das mulheres detidas, foram enviadas para os campos de reeducação, localizados em regiões distantes da capital do país (Thomaz, 2008). Nos campos, todos estes indivíduos passavam por um processo de ressocialização marcada pelo trabalho nas machambas comunais (Thomaz, 2008) e introduzidos a ideologia revolucionária marxista-leninista (Aberg e Nuvunga, 2012).

CINEMA MILITÂNCIA

Falar do cinema militante remete-nos a Jean-Louis Comolli (2015). Este importante escritor, editor e director do cinema, sempre teve como foco a discussão sobre como fazer um cinema militante, pois acredita que o filme militante, para além de "reflectir" num determinado acontecimento, numa situação, acção ou realidade, constrói e produz as realidades filmadas enquanto eventos filmicos (Comolli, 2015). Aponta, ainda, que no processo de produzir, o cinema encena, fabrica e representa a história com o intuito de atribuir à história formas que a tornarão

visível (COMOLLI, 2015, p. 168). Este argumento é suportado por Jacques Rancière (2005, p. 54), quando afirma que a revolução estética permitiu uma "indefinição entre a razão dos factos e a razão da ficção e o novo modo de racionalidades da ciência histórica". Acrescenta que é desta revolução que o cinema se tornou em uma máquina que constrói a realidade que, também, é fabricada por ela.

Tomando os argumentos de Jean-Louis Comolli (2015) e Jacques Rancière (2005), o facto de o cinema permitir a visualização do invisível, possibilita que se diga o indizível e dá várias possibilidades de lutas de várias mulheres moçambicanas, tanto rurais quanto urbanas. Assim, potencializando o sofrimento e as humilhações dos grupos marginalizados, tornam-se visíveis e, ao ser visualizado, passa a ser assunto de consumo e abre uma possibilidade de debate profundo no meio das famílias, das autoridades e da comunidade moçambicana como um todo (FUEL, 2019).

AUDIOVISUAL E A CRIAÇÃO DE NOVAS PARTILHAS

Na obra *A partilha do sensível*, Jacques Rancière (2005) coloca o acento tónico na relação entre política e estética. Jacques Rancière (2005, p. 17) argumenta que, a política deve ser entendida como uma arena "que se ocupa do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto". Ocupa-se, ainda, "de quem tem competência para ver e a qualidade para dizer, das propriedades do espaço dos possíveis tempos" (Rancière, 2005, p. 17), enquanto que a estética é entendida como o sistema sensível que distribui as formas de ver, de falar, de ouvir, isto é, a estética define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência" (RANCIÈRE, 2005, p. 16). Em

adição, a estética ocupa-se com o recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível (RANCIÈRE, 2005, p. 16).

Perante este entendimento, Jacques Rancière (2005) define a *partilha do sensível* como:

... sistema de evidências sensíveis que revela a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de actividades que determinam propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2005, p.15)

Assim sendo, a partilha deve, ainda, ser vista como um espaço que define quem aparece e toma parte no comum, de acordo com a sua ocupação, tempo e o espaço em que desempenha essa função (RANCIÈRE, 2005).

Para além da preocupação com a política e a estética, Jacques Rancière (2005) concentra-se na representação ou *mimeses*, definindo a representação como sendo um instrumento que organiza as maneiras de fazer, ver e julgar (Rancière 2005, p. 31). De acordo com Suellem Lopes Freitas (2019), ao conceber a representatividade como uma potência política é mais sobre um dar a ver, como também é uma produção de uma existência. Sublinha esta autora que, uma vez que haja existência, se

deve questionar como está sendo representado esse corpo e o conteúdo relacionado a esse corpo. Dentro deste entendimento, compreender os significados veiculados no filme, exige apontar questões relacionadas à construção de significados que mobilize o governo a incentivar a descriminação da mulher em nome da higienização das mentes, numa via da sensibilidade, do sensível que alargue essa partilha do sensível" (FREITAS, 2019, p. 8), nas comunidades moçambicanas.

MODELO TEÓRICO METODOLÓGICO BARBERIANO EM ARTICULAÇÃO COM AS ANÁLISE AXIOLOGIA OROZCOSIANAS

Para a análise do filme "Virgem Margarida" recorreu-se ao modelo de Jesús Martín-Barbero em articulação com a análise axiológica de Guillermo Orozco Gómez. O modelo barberiano consiste na análise da estrutura e dinâmicas de produção e da composição textual. Para Jesús Martín-Barbero (1992), a estrutura e a dinâmica de produção lidam com as condições de produção do audiovisual, buscando captar o trabalho como mundo ideológico incorporado. Busca, também, compreender as técnicas, os procedimentos, as hierarquias de ordenação, as etapas e recursos. Em resumo, este autor diz que isto implica duas operações:

- "Reconstrução etnográfica e sociológica de práticas e dispositivos, de rotinas e formas de divisão do trabalho?" (Martín-Barbero, 1992, p.7 traduções nossa).
- "Construção de uma história das mudanças que ocorreram nessas condições e nos modelos culturais a que

2. Una reconstrucción etnográfica y sociológica de las prácticas y los dispositivos, de las rutinas y las formas de división del trabajo.

responderam.³" (MARTÍN-BARBERO, 1992, p.7. tradução nossa). Entretanto, estes pontos não são tratados nesta pesquisa.

No que tange à composição textual, esta consiste na análise do género, pois é a unidade mínima de conteúdo da comunicação de massa e a demanda do público, para os produtores, é feita ao nível do género. Aponta Jesús Martín-Barbero (1992) que é através das apropriações de género que se acessa o significado latente dos textos mediáticos, tendo em conta a referência da novela.

Ainda na composição textual, Jesús Martín-Barbero (1992) desenvolve as seguintes categorias: material de apresentação, estrutura imaginária, formas de relatos e linguagem do meio. No que se refere ao material de representação, este consiste em identificar os actores sociais que aparecem como protagonistas nos audiovisuais, isto é, suas profissões, mundos a que os protagonistas pertencem (urbano ou rurais). Identifica, também, se o audiovisual lida com homens ou mulheres, velhos ou jovens, etc. Descreve o tipo de conflitos, isto é, conflitos familiares, de trabalho, de amor, etc. Aponta o contexto da realização da trama: a casa, a rua, o local de trabalho, o lazer, a cidade, a vila, etc. Por fim, o quotidiano construído, que corresponde ao comportamentos e rotinas dos protagonistas.

A estrutura imaginária é uma categoria que busca identificar o que o sistema de imagens deixa ver, ou seja, os espaços e os objectos que produzem atmosferas no drama. Descreve, ainda, os tempos referidos, podendo ser passado, intemporal ou actual. Por fim, mostra as oposições entre o nobre e o vulgar, o masculino e o feminino, o moderno e o tradicional, rural e urbano, etc.

No que se refere à categoria de formas de relatos, consiste na nomeação do audiovisual, isto é, título, tema musical, nomeação de personagens. Esta categoria descreve a retorização verbal, que consiste na qualificação do tipo de linguagem, que pode ser elaborada, padronizada, coloquial, técnica, regional, proverbial, etc. Aponta, também, a organização da duração, que pode ser em capítulos ou em episódios, e a efectivação que ocorre pela actuação ou espectacularização. Sublinha-se, nesta categoria, a permeabilidade, que consiste na porosidade para temas actuais e condições de produção. Por fim, a continuidade, que se manifesta através dos tipos de conectivos do relato, sintaxe, que dá unidade ao longo do tempo.

A última categoria é a linguagem do meio. Jesús Martín-Barbero (1992) aponta para os recursos que podem resultar dos empréstimos do teatro ou do cinema. Observa-se, ainda, da linguagem audiovisual, a predominância de interiores ou exteriores, a construção por montagem funcional ou expressiva e pela aplicação de cenografia implícita ou decorativa. Argumenta este autor que a análise dos dois últimos níveis não pode permanecer formal, mas deve referir-se pragmaticamente ao mundo da vida, isto é, o que significam essas operações da história ou do meio como operadores de sobrevivência/ transformação de certos modos de ver e contar a experiência. Acrescentar que, nesta categoria, é importante a identificação do domínio da câmara contínua ou dos cortes, dos planos distantes ou próximos e, por fim, identifica-se a aplicação dos cenários que podem ser naturais ou artificiais.

O Orozco propõe a análise axiológica, ou seja, a análise de valores e antivalores resultantes do facto de mais do que as atitudes ou as simples condutas, [os valores e antivalores] refletem a racionalidade que está por detrás

3. Otra de construcción de una historia de los cambios habidos en esas condiciones y en los modelos culturales a que respondían.

de certas acções.” (GOMÉZ, 1993, p.11, tradução nossa). Este enfoque reconhece a multiplicidade de interpretações que os produtos mediáticos têm na sua relação com a audiência, mas, ao mesmo tempo, está consciente da importância da oferta axiológica da televisiva [neste caso do filme], que é assumida como referência a partir da qual diferentes interpretações são produzidas. (GOMÉZ, 1993). Neste caso, foi utilizada uma matriz composta por elementos do modelo barberiano e as preposições analíticas do Orozco.

ANÁLISE DA ESTRUTURA E DINÂMICAS DE PRODUÇÃO

O filme “Virgem Margarida” levou muito tempo de produção, pois, em Moçambique, os cineastas devem ter quatro ou cinco projectos em andamento, isto para que, quando houver financiamento, possam concorrer. Segundo Licínio Azevedo (2023), o filme “Virgem Margarida” foi produzido em 2012, mas levou mais de 10 anos para conseguir financiamento num valor de 800 mil dólares aproximadamente. Pois, envolveu muitos recursos e uma equipa muito grande. A este respeito, o autor argumenta:

É preciso procurar fundos fora e participando em concurso. Foi a primeira vez que eu participei, consegui um produtor português. Produtor principal foi Pedro Pimenta, que é produtor moçambicano, mas ele que envolveu outros produtores de fora. Participamos naquele fundo CPLP, criado pelo Instituto Social Português, ganhamos. E isso, depois consegui outros patrocinadores, outros financiadores, outros produtores de fora

interessados e pronto aí montou-se a produção. Mas foi realmente cerca de 10 anos. (Azevedo, 2023).

De acordo com Licínio Azevedo (2023), foi filmado no interior de Sussundenga, na província de Manica, pois, em Niassa, custaria quase o dobro do preço, não valeria a pena pelos custos. O filme evoluiu 15 a 20 atrizes e a equipa, assim, no total tivemos 50 pessoas. Falando da selecção das atrizes, Licínio Azevedo (2023) explica que:

Faz-se um trabalho grande de selecção dos actores e geralmente é uma outra pessoa [quem o faz. Ou seja,] uma equipa faz selecção e depois eu é que determino se funciona ou não funciona. E tem um longo período de ensaio. Mas, eu lembro perfeitamente que houve ali um equívoco para mim e que eu resolvi, por exemplo, a altura, a atitude, entre a Ermelinda que faz a comandante e a Iva Mugalela que faz a líder das prostitutas. Então, inicialmente, tinham colocado a Iva para fazer a comandante e a Ermelinda para ser a prostituta. Aí eu olhei para a atitude das duas e disse: - desculpa lá, quem tem que fazer papel de puta é a Iva. Funcionou bem pelas atitudes delas. E depois é uma questão de ensaio. Houve grande período de ensaio. Eu faço ensaios em cada local onde se vai filmar, porque é muito diferente fazer ensaio dentro de uma sala do Instituto de Cinema e depois fazer um ensaio e

filmar lá no meio do mato. O próprio ambiente, tudo isso altera. Então preparo bastante lá e ensaio no local.

Saliente-se que, neste filme, a maioria dos actores são de Maputo, como por exemplo, Ermelinda, a que fazia o papel da comandante Maria João, Iva Mugalela, a que era actriz principal, desempenhando o papel da prostituta, Elliot Alex, o comandante Felisberto. Os figurantes foram encontrados localmente:

A moça que faz o papel da Virgem Margarida foi local, porque em Maputo procuramos e não conseguimos, porque tinha muita influência da telenovela brasileira. Aqui em Maputo, então essas jovens todas tinham mania de representar (...), não correspondia. Não dava. Então, foi muito difícil, porque fomos para lá procurar as locações, os locais para filmar e foi só lá que de repente, em Chimoio, eu entro numa padaria, alguma coisa assim (...), vejo uma moça a entrar e eu disse é essa. E eu fui falar com ela e foi uma grande coincidência, uma moça de lá mesmo que não tinha trabalhado em cinema nem em teatro. Fizemos uns testes e funcionou perfeitamente. Inclusive ela teve um processo assim, que no começo da filmagem, ela não estava habituada com aquelas moças de Maputo, imagina no meio da Iva e tal, um pouco tímida, era um pouco difícil de actuar, mas no relacionamento ela

foi se desenvolvendo (...). Um mês e meio junto com aquele monte de mulheres daqui de Maputo, ela começou a explodir, a moça conseguiu fazer (...), desempenhar o papel de maneira extraordinária.

De acordo com Licínio Azevedo (2023), as filmagens começaram em Maputo, na baixa, no Desportivo. O trajecto dos machimbombos vai daqui para a fronteira de Goba, depois sobe para Namaacha. O filme apresenta uma coloração que reflete um pouco o ambiente, uma opção do director de fotografia, Mário Mazine. De acordo com Licínio Azevedo (2023), este filme surge numa tentativa de começar a produzir longa metragem, pois:

Inicialmente fazia mais documentários com uma linguagem diferente. Fazia documentários com uma estrutura de ficção, onde [...] eram as pessoas que representavam a sua própria realidade, seu próprio papel. [Assim, com andar do tempo] tive uma ideia de fazer algo diferente e aí fiz uma coisa, fiz um documentário bastante clássico. Porque não tinha como fazer de outra maneira, porque era sobre coisas que tinham acontecido, experiências pessoais, muito pessoais. [Assim] fiz *A Última Prostituta*.

A produção de *A Última Prostituta* serviu como inspiração para o filme "Virgem Margarida". Argumenta Licínio Azevedo (2023) que:

Tinha ouvido falar de muitas histórias, de maneiras diferentes, aquela coisa aí dos tempos (...) da Frelimo, ideológicos, a mulher nova, tudo isso, num processo maravilhoso e depois eu fui conhecendo pessoas envolvidas, que estiveram lá e a coisa era bastante diferente. Então aí fiz então um documentário clássico, de entrevistas com mulheres que estiveram lá como reeducadas e uma ou duas, eu acho, eu consegui encontrar, que eram responsáveis pela reeducação de antigos combatentes da guerra pela independência. Penso que foi nos princípios dos anos 90, princípios dos anos 90. Então entrevistei várias senhoras, foi bastante difícil de fazê-las falarem, porque já estavam muito traumatizadas e tudo isso. Acho que uma meia dúzia delas estiveram lá e uma comandante, eu lembro. Então foi através dessas entrevistas que uma delas ou duas falaram-me dessa história que aparece no documentário. Durante um minuto, uma moça chamada Margarida que era uma camponesa, que veio a Maputo comprar justamente enxoval para casamento – aquela senhora não tinha bilhete de Identidade e foi levada como se fosse uma prostituta. Ela não sabia por que é que estava lá e não sabia nem o que é que era ser uma prostituta ou trabalhadora do sexo (Azevedo, 2023).

Ainda nesta análise, Licínio Azevedo (2023) argumenta que Margarida foi a primeira a morrer, vítima de doença, no Centro de Reeducação, em Niassa.

Esta morte deixou, bastante, impressionada as outras que ficaram como protectoras dela. Pois, era uma menina do campo. A família não tinha notícias dela, não sabia o que tinha se passado. Então achei a história muito interessante e bonita. Usei o que eu aprendi com elas sobre a realidade. O que é que se passou lá para criar e escrever essa história. Achei que merecia muito mais de que um minuto num documentário e valia a pena fazer uma ficção. Na época, eu não fazia ficção ainda e nem longa-metragem. Mas [a história da Margarida] era um projecto mais ambicioso, para cinema mesmo. (Azevedo, 2023).

Falando da recepção do filme, Licínio Azevedo (2023) aponta que o filme foi veiculado, uma vez, na Beira e outra em Maputo. Argumenta, ainda, este autor, que a recepção na Beira foi problemática, pois algumas pessoas se sentiram um pouco mal, principalmente as que estiveram envolvidas nos campos de reeducação, chegando a afirmar que o filme não podia passar. Em Maputo, o filme passou sem levantar questões problemáticas.

ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO TEXTUAL DA NARRATIVA

A análise da composição textual do filme “Virgem Margarida” é realizada em articulação com a análise axiológica proposta por Guillermo Orozco Gómez. “Virgem Margarida” é um filme de longa metragem, com duração de 1 hora, 23 minutos e 01 segundo, que reflete num assunto da história nacional, projectando uma reflexão sobre a situação desfavorável em que as mulheres se encontravam. Recorrendo ao “português

moçambicano”, veicula uma oposição entre a ideologia revolucionária socialista, que tem como valor a disciplina, servir ao país e aos maridos, e a ideologia capitalista práticas tradicionais, que tem como antivalores a prostituição e conhecimentos tradicionais.

Operando dentro dos planos próximos, médios e abertos, o filme ilustra conflitos entre as ideias socialistas e as práticas coloniais e tradicionais. Através dos planos abertos, pode-se ouvir, ao fundo, a instrumental de Moreira Chonguiça e a música “Elisa, gomara saia” de Mingas e Banda RM, ao mesmo tempo em que se veem florestas, montanhas e estradas alcatroadas e de terra batida, por onde as mulheres, carregadas nos machimbombos, iam passando até ao campo de reeducação.

O filme transita de uma cena para outra através de flash e num fundo preto com letras. É um filme no qual a trama se circunscreve em 103 cenas, que representam um cenário precário e de injustiça contra a mulher, onde as personagens que encarnam os papéis de prostitutas, virgens, líderes tradicionais e militares espetacularizam, em episódios, um passado cheio de injustiças no período monopartidário.

O drama tem o seu ponto de partida na primeira cena, aos 46 segundos, mostrando um camião da marca Layland carregando homens e mulheres que cantam em Changana: *“Hayi fambene a masiwine ya povo. Hi ta guala mutsumbula a masiwine ya povo”*, enquanto circula com banner com escritas “a luta continua”, “unidade, trabalho e vigilância”.

A segunda cena, que ocorre entre 00:56 - 01:11, mostra Rosa saindo da sua casa, vestida de uma saínia vermelha e uma blusa floreada com uma mistura das cores rosa, preta e violeta.

A terceira cena, situada entre 01:11 - 01:15 minutos, um camião Layland contendo homens e mulheres na bagageira a cantarem em Changana *“ Hayi fambene a masiwine ya povo. Hi ta guala mutsumbula a masiwine ya povo. Hi ta guala a madjedjele a masiwine ya Povo ”*⁵.

Na quarta cena, que ocorre entre 01:16 - 01:51, encontra-se Suzana, em casa, engomando e falando com as suas crianças, dizendo a filha que devia saber comer, depois vai espreitar o exterior pela janela de casa, chamando Vanda (a empregada). A quinta cena, situada entre 02:06 - 02:22, a criança fala com a mãe questionando se ela volta e ela responde dizendo que sempre volta e depois despede-se da senhora Vanda. Na sexta cena, representada entre 02:22 - 02:38, a Luísa se espelha, enquanto fala com a sua mãe que a pergunta que roupas são essas que está a vestir e se o pai estivesse vivo não ia permitir que ela vestisse dessa forma. Ela responde perguntando a mãe se ela gostaria que ela vestisse como essas mulheres que carregam água para os seus maridos e sabem remendar as roupas delas. A sétima cena, que se passa entre 02:43 - 01:51, acontece numa rua movimentada da cidade a noite e pode se ver restaurantes e hotéis, enquanto as prostitutas estão circulando pela rua e aliciando os homens que vão passando e outras se encontram no bar, onde há uns espetáculos apertados com homens brancos.

É na oitava cena, que ocorre entre 03:18 - 03:43, onde se vê um leiteiro escrito “Hotel” e um grupo de militares circula pelo local, batendo com força nas portas e forçando as prostitutas a saírem do estabelecimento e a se dirigirem ao camião estacionado na entrada, onde estão outras pessoas.

4. Vamos à machamba do povo. Vamos plantar mandioca na machamba do povo

5. Vamos à machamba do povo. Vamos plantar mandioca na machamba do povo. Vamos plantar batata doce na machamba do povo.

Imagem 1: Prostitutas sendo retiradas no hotel



Fonte: Filme "Virgem Margarida"

Na nona cena, situada entre 03:43 - 04:13, Suzana sai do restaurante e, na rua, encontra os militares que a questionam de onde vinha. Assustada, responde que é bailarina, mas não conseguiu apresentar um documento que comprovasse seu trabalho, assim, foi levada para o camião. Na décima cena, que ocorre entre 04:13 - 04:40, as mulheres levadas em diferentes ruas da cidade, umas por serem prostitutas e outras por falta de documentos, estão deitadas em um campo de futsal. Na mesma cena, grupo de homens chegam e os militares acordam as mulheres. Na décima primeira cena, que se passa entre 04:40 - 05:06, a Rosa se dirige aos militares, questionando o que eles queriam com ela, mas o militar não responde e esta insulta e vai embora e, em seguida, fala com outro homem que diz que deviam esperar que na devida altura tudo seria esclarecido. Na décima segunda cena, representada entre 05:07 - 05:36, as mulheres estão em fila e Suzana aproxima-se ao escrivão para expor a sua situação de ter deixado os seus filhos sozinho e mostra as fotos das crianças, mas o escrivão a ignorou e continuou com o registo das mulheres que estavam na fila. Na décima terceira cena, que ocorre entre 05:46 - 06:16, Rosa conversa com Luísa, que pergunta se será verdade que vão para tropa e Rosa diz - "não vou foder de borla com militares, pois

tenho conta por pagar". Depois desta resposta, Luísa sai e se dirige a Margarida, que está sentada com um cesto, e se senta ao lado e diz "meu namorado vai embora e não foi possível despedir-se dele".

É na décima quarta entre 06:17 - 06:30, na décima quinta, entre 06:31 - 06:57, na décima sexta, entre 06:58 - 07:31, na décima sétima entre 07:32 - 08:25, na décima oitava entre 08:26 - 08:34 e décima nona cena entre 08:35 - 09:15, onde em ângulos abertos e fechados mostra-se a escolta militar e autocarro transportando mulheres.

Figura 2: Autocarro transportando as reeducandas



Fonte: Filme "Virgem Margarida"

Durante a viagem, Rosa aproxima-se ao militar e reclama que está com fome, enquanto reclamava, outra mulher senta-se no lugar de Rosa e quando Rosa volta tira-a à força. Margarida conversa na décima oitava cena, questionando se Luísa sabia onde iam. Esta responde que não sabia, mas era uma mulher prevenida, pois leva consigo o batom, lápis, etc. Esta argumenta que não nos dizem para onde vamos, acredito que vamos para o norte. Margarida questiona, é longe o Norte? Luísa pergunta o que ela traz no cesto e Margarida responde "são minhas coisas". Na mesma cena, Suzana conversa com a Rosa e pergunta - achas que ficamos muito tempo fora? Rosa diz: - não sei. Suzana pergunta: - o que faço com os meus filhos? A Rosa diz: - pare de me chatear, não sei e nem quero ter filhos. Você não me conhece, mas eu te conheço. Passavas pela rua e tinhas mania de artista. Suzana responde: - Não é verdade. Eu sou muito humilde. Você não me conhece. Rosa responde: - vá passear, sua vaidosa. Humilde o quê? Nós somos iguais. Apenas és uma puta de primeira e eu da terceira.

Na décima nona cena, que se passa entre 08:35 - 09:15, Margarida pede para que a Luísa a ajude a escrever o local onde estavam a passar, porque não sabe escrever. Margarida diz que essa informação será útil para mostrar ao noivo os diferentes locais onde ela teve que passar. Pois, ele não vai acreditar. Luísa questiona se ela tem noivo e com ar de dúvidas pergunta, - tens noivo? A Margarida responde que tem e se chama Maguissane, já pagou lobolo e foi com a tia à cidade para comprar roupa para casamento. Luísa diz - estás a contar estórias menina, achas que eu acredito?

Na vigésima cena, representada entre 09:16 - 09:28, o autocarro pára próximo ao armazém e desce um militar que ordena as mulheres a saírem do veículo para irem

aos lavabos. Na vigésima primeira cena, que ocorre entre 09:28 - 09:41, Suzana fala com um sapateiro que se encontra sentado na paragem, pede que ele arranje a sua bolsa. Na vigésima segunda cena, no intervalo entre 09:42 - 09:47, Margarida está sentada no chão da varanda e uma voz diz "não se afastem para muito longe do autocarro". Na vigésima terceira cena, entre 09:49 - 09:55, Luísa, dentro de uma loja, compra algo. Na vigésima quarta cena, entre 09:55 - 10:29, Rosa entra e furta uma lata de sardinha e volta a sair rapidamente.

É na vigésima quinta cena, situada entre 10:30 - 10:36, onde Margarida e Luísa partilham um alimento. Quando Margarida recebe o alimento, agradece, dizendo, - obrigado tia. Luísa exclama - eu tia? Enquanto isso, Rosa come a sardinha furtada. Na vigésima sexta cena, representada entre 10:37 - 11:00, Margarida conversa com Luísa na varanda, pergunta o seu nome e Margarida responde: - Chamo-me Margarida. Luísa diz - tem um nome de uma flor. No mesmo momento, Rosa senta-se nos sacos atrás da Margarida e Luísa e outra mulher diz - eu também tenho nome de uma flor, Rosa. Só que é uma flor com espinhos.

A vigésima sétima cena, entre 11:01 - 11:35, ilustra, em ângulo aberto, uma viatura carregada de militares do sexo feminino indo em direcção a uma vila com um edifício pintado a branco, a estrada é de areia vermelha e as bermas cercadas de mata. Na vigésima oitava cena, que passa entre 11:36 - 12:44, a viatura carregada de mulheres militares chega ao quartel e a comandante Maria João diz para que esperem por ela. Na vigésima nona, entre 12:45 - 13:16, a comandante apresenta-se ao comandante e o comandante diz que tem uma nova missão para ela. A comandante Maria João diz - que acordou com

o camarada noivo que terminada a guerra iam se casar. Todavia, o camarada comandante levanta e explica que a independência era apenas uma etapa da libertação do povo. Na trigésima cena, que ocorre entre 13:17 - 13:55, a comandante Maria João sai e fala com Sadimba, que o camarada Felisberto diz que tem uma curta missão por cumprir. A missão consiste na instalação de um centro de reeducação. Embora a colega argumente que há 10 anos que não vê a mãe, a Camarada Maria João explica que acredita que esta seja a última missão que elas devem cumprir.

Na trigésima primeira cena, ocorrendo entre 13:55 - 14:23, as mulheres são servidas comida por militares nas mãos e uma discute com o militar que está a servir e este manda a seguir sem dar comida. Quando Rosa percebe que a comida é servida nas mãos, corre para fora e arranca algumas folhas para servirem de prato. Na trigésima segunda cena, que se passa entre 14:24 - 15:15, ilustra-se mulheres deitadas no chão, conversando, enquanto um militar circula. Na trigésima terceira cena, no intervalo de 15:16 - 15:43, o autocarro está em movimento e a Margarida faz crochê no interior de uma das viaturas e pode se ver uma placa com indicação do rio Save.

É na trigésima quarta cena, no intervalo entre 15:44 - 16:53, que as mulheres descem do machimbombo e a Rosa questionam a razão de elas estarem a descer no mato. A trigésima quinta cena, representada entre 16:54 - 17:43, as mulheres encontram-se num carro de caixa aberta e Rosa questiona se Margarida e Luísa têm comida. Margarida não responde, Rosa tenta arrancar o cesto e a mulher que estava com Margarida defende-a, dizendo, - deixe-a em paz. Rosa promete bater as duas, mas a outra diz - chega, Rosa, já basta a viagem que não termina e não sabemos onde vamos.

Na trigésima sexta cena, que ocorre entre 17:44 - 18:49, as viaturas de caixa aberta chegam ao destino.

Imagem3: Reeducandas chegando à Vila



Fonte: Filme "Virgem Margarida"

No local, está um grupo de mulheres militares que estavam sentadas numa árvore e, quando viram os carros a chegarem, levantaram-se. A comandante olha de forma fixa nas mulheres que iam descendo. Nesse instante, Rosa mostra os seios e diz - isto é para ti. Na trigésima sétima cena, ocorrendo no intervalo entre 18:50 - 20:00, Rosa aproxima-se das outras mulheres que estavam sentadas num tronco vestido-se de capulanas, rosto coberto de mussiro e pergunta a Ancha por que estava a olhá-la de forma esquisita? Ancha, com ar de desprezo, pergunta, - mas você é quem para eu olhar para ti? Rosa responde, - porque vocês nunca viram gente da cidade. Ancha responde que, na terra dela, existe cidade e que se vive muito bem. Rosa pergunta, - por que não ficaste na cidade? Ancha responde - não sei, trouxeram-me aqui. Rosa exclama com um sorriso, - afinal são também putas! E pergunta - que pó de giz é esse na cara, o que está a esconder? E vai para cima dela. No mesmo instante, um grupo de militares separa a briga e a comandante Maria João diz - é melhor preocuparem-se em comer e descansar porque ainda temos uma longa caminhada até ao vosso centro de reeducação.

É na trigésima oitava cena, que ocorre entre 20:01 - 20:10 que, as mulheres, juntamente com as militares, caminham no meio da mata, acompanhadas por um guia. Suzana rasga o vestido, e Luísa tropeça e cai. Na mesma cena, as mulheres veem água e correm para o charco para bebê-la. Enquanto bebem a água, a comandante Maria João diz, - cobra e todas saem a correr. Na trigésima nona cena, no intervalo entre 20:11 - 21:00, o guia informa a comandante que chegaram ao local.

Imagem 4: Reeducandas chegando ao campo de reeducação



Fonte: Filme "Virgem Margarida"

Rosa se exalta e diz "é aqui o quê?" No mesmo instante, a comandante manda apanhar lenha para fazer fogo, que será usada tanto para cozinhar quanto para aquecer-se. Durante a noite, as mulheres encontram-se à volta da fogueira e a comandante conversando com as suas subordinadas diz: - Nesta mata, ninguém vai ter coragem de fugir.

Na quadragésima cena, ocorrendo entre 21:01 - 24:03, as mulheres jovens são levantadas por militares. Enquanto isso, Rosa reclama o motivo de levantarem-na e diz: - temos fome e queremos comida. Rosa agita as outras mulheres dizendo que são poucas e podem batê-las. As outras concordam e começam a empurrar as militares. Enquanto isso, a comandante dá

um tiro no ar para acalmar os ânimos e diz para organizarem a formatura. Enquanto as mulheres são organizadas, Rosa fica em frente. A comandante Maria João explica:

para quem ainda não compreendeu, sou a comandante deste centro de reeducação e a vossa comandante, Sadimba, é minha adjunta. Chamo-me Maria João. Comandante Maria João. Sou mulher, mas posso ser homem e muito má para aquela que não obedecer. Não escolhi esta missão, recebi ordem. Tenho um programa por cumprir com vocês e vou cumpri-lo. Em primeiro lugar, disciplina. Aquelas que não obedecerem serão punidas. Nesse mesmo estante a Margarida pergunta o que é ser punida. A outra responde, levar porrada. A comandante continua, mulheres de má vida. Vocês não têm culpa de serem o que são. A culpa é do colono que enviou os vossos maridos para o trabalho forçado. No mesmo estante, a Rosa, exclama! Maridos porá! A comandante pergunta. O que disse? A Rosa diz nada. A comandante diz: não falei nada camarada comandante repita. [A Rosa com ar de desdém diz]: - não falei nada camarada comandante. Não sabem varrer, não sabem cozinhar, não sabem fazer coisas que uma mãe deve saber. Nós vamos ensinar-vos, aqui vocês vão sair mulheres transformada e com cabeças bem limpas. E quando se transformarem, serão libertadas. Para poderem servir o país, aos nossos maridos e formarem

família. Não estou aqui para ser agradecida, mas estou a cumprir uma missão do povo. Em conjunto vamos desmentir o que dizem por aí que uma mulher não é capaz de transformar a mata em cidade. Irão fazer casas para vocês dormir, abrir latrinas para evitar doenças, abrir caminho até ao rio. Respeitar este local.

Imagem 5: as Reeducandas sendo instruídas pela comandante



Fonte: Filme "Virgem Margarida"

Na quadragésima primeira cena, no intervalo entre 24:04 - 25:31, as mulheres desbravam a mata, constroem casas para dormirem, enquanto a Rosa abre uma cova, onde é enterrada como forma de castigo. Na quadragésima segunda cena, que se passa entre 25:32 - 26:29, as mulheres conversam em volta da lareira, durante a noite. A Margarida explica para a Luísa que foi a primeira vez que foi à cidade para comprar roupa para o casamento. Luísa pergunta como procurava homens na cidade. Margarida diz nunca ter se metido com homem. Luísa diz, - não me toma como parva, pois sou sua amiga. Margarida insiste que não conhece homem. De repente houve-se um ruído, as mulheres ficam assustadas, Margarida diz: - É uma cobra das grandes, talvez estamos a evadir o lugar dela e ela não gosta. No mesmo instante, Rosa fala com Suzana que devem fugir daquele lugar, pois aquelas militares são malucas. Suzana pergunta como e para onde. Rosa diz que ainda não sabe. Suzana diz: - Se, pelo

menos, conhecêssemos o mato, não conhecemos nada. Rosa diz: - Só sei que não devemos ir na direcção da vila, se não seremos apanhadas. Mas, se conhecermos alguém que conhece o mato para servir de guia. Enquanto fala, fixa o olhar na Margarida.

Na quadragésima terceira cena, ocorrendo entre 26:32 - 27:40, ilustra-se a chamada na formatura e aprendem a instrução militar. A comandante explica que um apito significa posição de sentido, dois apitos relaxar com as mãos atrás. Na quadragésima quarta cena, no intervalo entre 27:41 - 28:27, as mulheres estão a construir casas e a desbravar a mata. Na quadragésima quinta cena, representada entre 28:28 - 29:17, as mulheres estão na fila para receber a refeição e Rosa quer trapacear a fila para ser a primeira a ser servida. A comandante manda parar Rosa e diz - sujas, mal penteadas e mau cheiro. Não quero aqui. Não quero coisas de má vida aqui. As mulheres camponesas tomam banho no rio e lavam suas roupas e dos seus maridos no rio. Vão mexam-se para o rio. Rosa levanta a mão e diz que tem uma preocupação. A comandante diz: - Fala. Rosa diz que se esqueceu de sabão em casa. As mulheres riem-se. A comandante manda-as calarem-se e manda-as tomar banho no rio.

Na quadragésima sexta cena, no intervalo entre 30:02 - 30:02, as mulheres tomam banho e lavam suas roupas no rio. Rosa diz crocodilo, as colegas saem da água assustadas e, depois, diz que estava a brincar. Na quadragésima sétima cena, ocorrendo entre 30:03 - 31:46, à noite, Margarida e Luísa conversam e Margarida explica que era a primeira vez que ia à cidade. "Fui com a minha tia comprar roupa para o casamento". Luísa pergunta: - Se é verdade, o que estás a fazer aqui? Margarida diz que os soldados a levaram-na por que não tinha documentos. Rosa diz: - Essa gaja está a mentir, ninguém aqui é estúpida miúda. Margarida insiste em dizer que é verdade - eu nunca estive com homem e o meu noivo trabalha na Djoni (África do Sul). Ele ia casar-me quando

voltasse. Mesmo ele só já vi duas vezes em frente da minha família. Rosa diz: – Margarida, já vi muita puta a casar, isso não é problema. Faço de conta que acredito em ti. O problema é que se não apareceres, a tua família terá que devolver o dinheiro. Margarida diz: – Não todo, uma parte. Rosa diz: – isso é problema. Os filhos da Suzana estão sozinhos. A mãe da sua amiga Luísa é parálitica. A única aqui que não tem problemas só eu, Rosa. Nesse mesmo instante, Rosa arranca comida de uma companheira, come-a e diz: – É para deixar de ser *cacata*. Num tom de gozo, imitando a camarada Maria João, Rosa diz: – Silêncio, camaradas da má vida, e as outras se riem. Nesse instante, uma militar entra e manda todas se calarem.

Imagem 6: Margarida explicando que nunca se meteu com um homem



Fonte: Filme “Virgem Margarida”

Na quadragésima oitava cena, que ocorre entre 31:47 - 33:15, mulheres estão sob a instrução da comandante. Ao redor, pode ver-se casas construídas e quintal limpo. A comandante Sabinda vai fazendo a chamada. A camarada Maria João toca o apito para dar a posição de sentido e informa que, se as camaradas desejarem melhorar a qualidade da alimentação, deverão contar com as forças, tal como fizeram durante a luta armada.

– Assim sendo, vamos ensinar como fazer machambas, mas parece que algumas de vós têm algum jeito, mas as outras vão ver como é bonito ver o milho a crescer, colher e produzir para vocês e para vossas famílias. Rosa, nessa altura, diz: – somos putas e não camponesas. A comandante diz: – Camarada Rosa, o quê? Rosa diz – Não disse nada. Uma outra mulher diz: – A Rosa disse que não era camponesa. A comandante diz: – Camarada Rosa, você é uma agitadora, reacionária e punição se não se endireitar. No mesmo momento, uma militar aproxima-se para levar Rosa, mas a comandante manda parar. A comandante pergunta se alguém tem alguma preocupação. Suzana levanta a mão e pergunta: – Depois de fazer machamba, eu vou poder trazer os meus filhos para cá? A comandante responde: – sobre isso eu não tenho orientações. Depende lá dos dirigentes. Ordens superiores.

Na quadragésima nona cena, ocorrendo entre 33:16 - 35:13, as mulheres estão a cortar árvores. Margarida aproxima-se de Luísa e mostra como cortar um tronco. Na mesma cena, algumas mulheres pegam em algumas frutas para comerem e Margarida diz: – Não consumam, pois são frutas venenosas e matam. Vais ficar sem respirar. Margarida diz que na terra dela existem árvores muito venenosas que os pássaros quando voam próximo morrem. Rosa diz: – Essa Margarida mente, como uma árvore pode matar pássaros que voam? Suzana pergunta se ela está a mentir, então coma essas frutas para provar que está a mentir – disse. Rosa diz se ela fosse inocente não estaria aqui. – Eu não sou inocente. Tu és? Suzana responde, – sim, sou. Dançar nunca foi crime e nunca será. Suzana diz, – tu devias prestar muita atenção nesta miúda, já viste como ela entende de catana, machado e do mato. Rosa diz – eu conheço putas curandeiras, costureira e até conheço putas dançarinas. Suzana espanta-se, – hei!! Rosa diz – por que não pode haver uma puta camponesa?

Imagem 7: Reeducandas aprendendo a construir casas



Fonte: Filme "Virgem Margarida"

Na quinquagésima cena, no intervalo entre 35:14 - 35:52, à noite, Laurinda entra no dormitório acompanhada por Suzana com dores de barriga e deita-se no chão. Suzana questiona o som que ouve na barriga e de repente Margarida, Luísa e Rosa aproximam-se da doente. Na quinquagésima primeira cena, entre 35:53 - 35:57, a comandante Maria João atiza o fogo. Na quinquagésima segunda cena, entre 35:57 - 36:54, todas as mulheres estão ao redor de Laurinda que está ouvindo som de uma galinha na barriga. Luísa questiona se terá comido uma galinha-do-mato. Laurinda confirma que andou um pouco e encontrou uma galinha. Margarida questiona se não tinha alguma fita amarrada. Laurinda confirma que a galinha tinha uma fita vermelha amarrada numa perna. Margarida diz, - você comeu uma galinha de dono e protegida. Rosa pergunta, - e daí? Margarida diz: - É feitiço feito pelo dono. Rosa diz: - Estás mal. Laurinda diz: - A galinha era bonita, não aguentei. Margarida diz: - Isso é muito mau! Só o dono da galinha pode tirar o feitiço. Rosa diz: - É melhor falarmos com a comandante para chamar o dono. Na quinquagésima terceira cena, entre 36:55 - 37:30, Rosa fala com a comandante Maria João sobre a possibilidade de chamar o dono da galinha para resolver o feitiço. A comandante diz: - não admitimos

obscurantismo aqui, o homem novo é científico. Rosa diz: - Ouve lá, comandante - e a comandante berra e diz, - veja com quem fala camarada, Rosa. Rosa diz: - Desculpa, camarada Rosa, o assunto é urgente e aquilo não é científico, é feitiço. Leve a camarada para a latrina para ver se sai alguma coisa. Na quinquagésima quarta cena, entre 37:31 - 38:07, Laurinda é sepultada "vítima de feitiçaria" e Suzana Chora e a adjunta comandante dá uma chapada a Suzana e diz: - ladra de galinha não faz falta para o nosso país.

É na quinquagésima quinta cena, entre 38:08 - 38:33, que as mulheres marcham e depois recebem capulana. Na quinquagésima sexta cena, entre 38:34 - 36:54, a comandante Maria João diz: - Cuidem bem destas capulanas, pois foram emprestadas pelas vossas camaradas. Essas capulanas são para se apresentarem bem na vila. Não mostrarem esses vossos corpos e vossas roupas rasgadas. Devem mostrar bom comportamento na vila, não quero indisciplina.

Na quinquagésima sétima cena, ocorrendo entre 36:55 - 41:01, as mulheres chegam à vila e vão ter com o comandante, que está tomando uma refeição juntamente com o administrador da vila. A comandante adjunta entrega o documento e o comandante Felisberto diz: - A sua comandante gosta de escrever rápido, isso é bom. Apresenta o camarada administrador e ordena que a camarada Ancha os traga água para lavar a mãos. O comandante Felisberto diz a comandante adjunta que estão a espera delas para as alojar e que devem avançar. A adjunta reclama e o comandante diz: - Não se preocupe. A reeducanda irá ao encontro delas. Vai, já disse, irá ao vosso encontro. Nós aqui na vila temos o controlo de tudo. A adjunta retira-se. Na quinquagésima oitava cena, entre 41:02 - 42:46, Ancha volta com água e ajoelha-se

para entregá-la e diz ao comandante Felisberto que no centro não há sabão. O comandante promete resolver e o administrador diz que tem sabonete muito perfumado.

Na quinquagésima nona cena, que ocorre entre 42:47 - 43:33, as mulheres estão na formatura sob a instrução da comandante Maria João, que pergunta se elas se esqueceram de que era domingo. Rosa falando com Suzana diz: - como ela nos recorda que hoje é domingo neste lugar. Suzana diz: - Nos sábados eu dançava no Luso e nos domingo na Casa Blanca. A Comandante diz: - a partir de hoje iremos implementar actividades culturais e educação política para conhecerem a história do vosso país e depois podem passear pelo centro. Alguém quer cantar uma canção? Rosa sugere a Suzana para cantar aquela canção do brasileiro baixinho. A Comandante Maria João questiona a Rosa se ela quer cantar. A Rosa responde: - Não. Quem quer cantar é a Suzana até tem a sua foto em cartaz. Suzana diz: - Não sei cantar. Rosa diz: - Sabe bem mesmo. A comandante diz: - É bom e assim podemos formar um grupo de canto coral dirigido pela camarada Suzana. A Comandante questiona: - Vais cantar o quê mesmo? Suzana diz: - Desculpa camarada comandante, dançar eu sei, mas cantar não sei. Não sou cantora. Rosa diz: - Canta. As outras mulheres em coro dizem: - Canta. Suzana pergunta: - Cantar o quê? Rosa diz: - Canta aquela canção que começa assim "o que você vai fazer, no domingo a tarde, pois eu queria convidar você para sair comigo, passear por aí, numa rua qualquer da cidade".

Na sexagésima cena, que se passa entre 43:33 - 44:30, as mulheres trabalham na mata, de repente uma delas corre para o rio, por ter sido mordida por um animal que a provocou alergia. Margarida diz - só pode ter tocado

feijão macaco. Na sexagésima primeira cena, no intervalo entre 44:31 - 45:29, Luísa entra no dormitório à busca da comida que havia escondido. E, por não ter encontrado, começou a gritar, ao extremo das militares irem impor a ordem e castigarem-na. Na sexagésima segunda cena, no intervalo entre 45:29 - 45:46, Margarida conversa com Rosa, questionando por que ela estava ali. Rosa aconselha a parar de lamentar. Margarida, diz: - Estou a lamentar de dentro por que eu neste lugar sozinha com você, mas não fiz nada. Vocês aceitam que são mulheres da má vida, mas eu! Nunca fui má na vida. Rosa pergunta: - A sua amiga Luísa está lá fora sendo castigada porque roubaram a comida dela. Achas normal isso? Margarida pergunta: - O que podemos fazer. Rosa responde que é só fugir. Margarida diz que o mato é perigoso, tem leões, elefantes, cobras, etc. Suzana diz que só de ouvir fica arrepiada. Já vi cobras como essas, grandes de olhos vermelhos e quando levantam atingem altura de uma pessoa grande, - disse Suzana.

Na sexagésima terceira cena, entre 45:47 - 46:45, Luísa está fora no tambor de água e a tremer. Na sexagésima quarta cena, que ocorre entre 46:45 - 48:08, Rosa reclama que a comida é pouca, agride a colega e as militares chegam e as separam. A comandante Maria João diz que, o feito é crime grave e ordenou que levassem Rosa para o avião. Enquanto levam Rosa, a comandante comenta com a adjunta que Rosa é dura e não vai aprender somente com castigo. Na sexagésima quinta cena, que se passa entre 48:09 - 48:47, Rosa imita, no dormitório, o avião e as outras riem-se. Nesse momento, entra a comandante e ordena que todas devem ir para outra caserna e afirma que no país não se aceita o regionalismo e o tribalismo. - Vocês todas são do Sul e a caserna do lado são do Norte. Mentos colonizadas. Vocês todas vão aprender a

conviver com as vossas camaradas, fiquem a saber que vocês todas são mulheres da mesma pátria, estão a ouvir? Não há centro nem norte. Vocês vão aprender a comportar-se como mulheres novas e saírem daqui com cabeças limpas ou não me chamo Maria João, – disse Maria João.

Na sexagésima sexta cena, ocorrendo entre 48:47 - 49:11, as mulheres em fileiras, são sensibilizadas pela comandante. Esta diz: – Soube que existem mulheres que voam durante a noite. Estas serão castigadas se insistirem nisso. Isso é feitiçaria. Abaixa obscurantismo, viva mulheres novas. A partir de hoje, a camarada Rosa é responsável pela cozinha. Quero ver o comportamento quando as outras reclamarem da sua comida. Na sexagésima sétima cena, no intervalo entre 49:12 - 49:50, as mulheres cultivam e Margarida diz que: – A machamba já está pronta é só esperarmos pela chuva para semearmos o milho. Suzana diz que: – Teremos menos trabalhos até lá. Luísa diz: – Vamos que tenho fome. Na sexagésima oitava cena, entre 49:51 - 50:40, Rosa está a cozinhar com duas colegas e pega farinha e a colega diz pare, não coloque essa farinha porque a Xima pode ter borbulhas. Rosa diz: – Cala-te, eu sou a chefe e sei cozinhar. Depois diz: – Está bem, coloque essa aí. A comandante aproxima-se e diz: – Camarada Rosa, estás a ver essa má vida que vocês levavam, nem saber cozinhar sabe. Agora compreende o por que de estar aqui? Rosa responde dizendo que não era possível vir tão longe para vir apreender a cozinhar. Na sexagésima nona cena, entre 50:41 - 51:13, as mulheres estão em fila para comer enquanto murmuram pela demora, Luísa diz que Rosa não sabe cozinhar. Rosa responde dizendo: – Calem colegas da má vida. Quem falar não come.

Na septuagésima cena, entre 51:13 - 51:52, as mulheres estão tomando banho e lavando suas roupas no rio.

Ancha dá emprestado sabonete a uma das meninas e pede para que seja rápida e esconda. Na septuagésima primeira, entre 51:53 - 53:00, as mulheres estão sentadas nas casernas e Margarida cose a roupa estragada. Suzana desdenha a cor do uniforme e diz que sempre gostou de roupas coloridas para dançar. Margarida diz: – Então você devia andar bonita. Suzana diz que as paredes da casa dela são azul claro. Margarida diz: – As nossas casas não têm cor.

Na septuagésima segunda cena, entre 53:00 - 54:08, as mulheres estão na formatura e a comandante diz: – Como a machamba está preparada temos outra missão importante, temos que abrir uma estrada que dá acesso até aqui no centro. Eu sei que nunca abriram uma estrada. Mas, irão ver que não é nada difícil. Com organização e vontade não é difícil. Rosa levanta o braço e questiona se abrir estrada significa ficar ali para sempre. A comandante responde dizendo que, a camarada Rosa está muito longe de ser uma mulher nova. Não pensa no futuro do país. – Isto aqui vai transformar-se numa cidade muito bonita, com jardins e hospitais, – disse a comandante. Ainda na mesma cena, a adjunta comandante vem mostrar à comandante que alguém tem sabão escondido. De seguida, a comandante manda todas as jovens mulheres que foram à vila para passarem para frente. Rosa defende Margarida, dizendo que é inocente. Uma outra diz que ela não conhece o que é homem. A comandante firme manda todas que foram à vila para frente.

Na septuagésima terceira cena, entre 54:09 - 54:48, as mulheres são castigadas, na septuagésima quarta cena, entre 54:49 - 55:25, as mulheres estão na caserna e Luísa reclama que Margarida não fez nada e nem devia estar ali. Ancha diz: – Ela também *fodeu*, é puta como qualquer

delas. No instante, Margarida levanta a voz diz que **puta** é Ancha. Rosa procura acalmar os ânimos. Margarida diz a Rosa que não aguenta mais, quer fugir. Na septuagésima quinta cena, entre 55:26 - 56:35, Suzana levanta-se e corre para a mata para se aliviar, mas vê um animal e se alivia em local impróprio. Instantes depois, já na caserna, a adjunta aparece e leva-a para o castigo. Rosa insulta a colega que denunciou. Na septuagésima sexta cena, que ocorre entre 56:35 - 57:29, as mulheres estão em fileiras e a comandante pergunta o que devem fazer com Suzana. Ancha diz que Suzana tem mania seria bom puni-la. As outras gritam, punir. A comandante vê um bordado no uniforme e questiona quem fez e ninguém responde. Na septuagésima sétima cena, entre 57:30 - 58:21, Suzana é castigada. Na septuagésima oitava cena, que se passa entre 58:22 - 59:12, Rosa e outras mulheres levam Suzana para caserna e dão os primeiros socorros. Na septuagésima oitava cena, Suzana, Rosa, Margarida e Luísa fogem do centro. Na septuagésima nona cena, que ocorre entre 59:13 - 1:03:09, encontram um homem, que acaba as direccionando até aos militares.

Na octogésima cena, entre 1:03:09 - 1:03:38, as fugitivas são concentradas pela comandante e esta chama-as de reaccionárias, mulheres que recusam serem mulheres novas, são mulheres velhas. – Essas vossas camaradas irão para suas casas e vocês renitentes irão ficar aqui. Já vos falei, aqui só se sai com ordens superiores. Vocês têm cabeças colonizadas. Chambocadas em cada uma, – referiu a comandante Maria João. Na octogésima primeira cena, entre 1:03:38 - 1:04:32, Margarida chora na caserna, dizendo que nunca esteve com homem e Ancha diz: – Mentirosa essa Margarida. Luísa argumenta dizendo: – É inocente, vê-se pela maneira de falar. Ancha insiste que Margarida é mentirosa. Rosa diz: – Estou farta desta

estória de virgem não virgem. Alguém tem que testar, isto é, colocar o dedo. Margarida recusa a ideia. Ancha diz: – Há uma anciã amiga que está noutra caserna. Rosa diz: – Que venha a anciã, então.

Na octogésima segunda cena, entre 1:04:33 - 1:05:28, Margarida é testada a sua virgindade pela velha e confirma-se que é virgem e é aplaudida pelas colegas. Na octogésima terceira cena, que ocorre entre 1:05:28 - 1:06:26, a anciã junto com Rosa, Luísa, Ancha e Suzana falam com a comandante Maria João. A comandante aceita a prova e argumenta que possa ter havido um engano, pois as mulheres são muitas. Suzana questiona se assim Margarida podia voltar para a sua família. A comandante diz: – A volta depende de ordem superior. Nesse instante, Rosa interpela e diz: – Sempre ordem superiores, ordem superiores, nos somos que nem escravos e escravas sem dono. Não vimos nada a nossa frente, não temos futuro. Ninguém nos disse para onde vínhamos, ninguém nos disse para onde vamos, desculpa lá. A comandante diz a Rosa para controlar bem as suas palavras. Rosa argumenta que a pior situação é que a comandante era escrava como elas, pois estava ali por obrigação. A comandante diz que é militar com muito orgulho e cumpre ordem superior. – Agora rua, saiam daqui, ordenou.

Na octogésima quarta cena, entre 1:06:27 - 1:06:52, a adjunta comandante entra na caserna e diz: – Há boas novas para muitas de vocês. Chegaram cartas para algumas de vocês. Entrega-lhas. Depois da leitura, Suzana desmaia e as colegas tentam ressuscitá-la. A Luísa lê a carta e diz que a carta diz que um dos filhos morreu e a carta foi escrita há seis meses. Na octogésima quinta cena, entre 1:06:52 - 1:07:20, a comandante está no seu escritório e lê a carta do marido. Recorrendo a um

plano fechado, mostram o estado de tristeza em que ela se encontra. Na octogésima sexta cena, entre 1:07:20 - 1:08:14, as colegas dão sopa à Suzana, mas ela recusa. Octogésima sétima cena, entre 1:08:15 - 1:08:32, Rosa nota a ausência de Suzana e vai informar a comandante e pede que alguém possa ir atrás dela, porque não está bem e pode morrer na mata. A comandante diz: - Vocês não tomam jeito mesmo - e sai para resolver o problema. Enquanto a comandante sai, Rosa fica e lê a carta da comandante. Na octogésima oitava cena, entre 1:08:32 - 1:03:09, as mulheres estão sentadas ao redor da fogueira e Rosa lamenta dizendo: - Ainda bem que não tenho ninguém para escrever para mim. Luísa pergunta o por que da afirmação. Rosa diz: - As cartas só trazem más notícias. Li a carta que a carrasca recebeu e dizia que o noivo dela se casou com outra, mas é bem feito. É castigo de Deus. Luísa diz: - Não fale assim. Na mesma cena, a adjunta comandante volta e dirige-se ao escritório da comandante e mostra os restos de roupas de Suzana que foi devorada pelos leões. As mulheres que escutaram a notícia começaram a chorar.

Na octogésima nona cena, entre 1:03:10 - 1:09:14, uma viatura de marca **Land Rover** se aproxima do campo de reeducação. Na nonagésima cena, entre 1:09:15 - 1:09:35, as mulheres estão na formatura e a comandante argumenta que se o comandante Felisberto fizer um bom relatório algumas de vocês poderão regressar para as vossas casas. Para que isso possa acontecer temos que colaborar. Temos que nos apresentar de maneira própria, bem uniformizadas. Sim, camaradas. Daqui ninguém sai sem ordens superiores. Nem você, nem nós. A Rosa diz: proponho um acordo camarada comandante, mesmo sem terem sido consultadas acho que as minhas companheiras aceitam. Durante a visita ficaremos bem

disciplinadas, com roupas bem limpas e em troca o comandante Felisberto leva a Margarida de volta para casa. Nós temos provas que Margarida nunca esteve com nenhum homem. Ela não sabe o que é má vida. Se ele fizer, nos iremos acreditar que um dia iremos sair.

Na nonagésima primeira cena, entre 1:09:36 - 1:11:47, as reeducandas saúdam com cânticos o comandante Felisberto. O comandante Felisberto saúda as reeducandas com um "viva camaradas". Luísa foi encarregue de ler a mensagem de saudação, na qual elas agradecem o facto de terem sido levadas para o campo de reeducação para conhecerem a maneira do povo viver, pois chegaram ao campo como mulheres que não sabiam cuidar de um lar, que não podiam contribuir na luta contra o subdesenvolvimento. "Hoje", asseguram que são mulheres transformadas e assumem colectivamente o compromisso diante do camarada de sair daqui mulheres novas, com as cabeças bem "lavadas". Na nonagésima segunda cena, entre 1:11:48 - 1:12:56, Rosa leva água para o camarada Felisberto e este pede que ela traga sabão. Depois de trazer o sabão, assedia e diz que gostou muito do que viu e algumas das meninas estão prontas para poderem ir. Rosa aborda-o sobre Margarida e ele diz: - A vossa comandante já o falou e foi uma falha. Rosa pergunta se Margarida vai embora e o comandante confirma que sim e segura na mão de Rosa e diz: - Venha buscar este balde, quando for noite e vou levar Margarida comigo e, também, eu posso te levar se quiseres. Acrescenta, o comandante quando Rosa está a sair que tem sabão e vai a dar quando voltar a noite.

Na nonagésima terceira cena, que ocorre entre 1:12:57 - 1:12:56, Rosa relata à comandante que foi assediada pelo comandante Felisberto. A comandante Maria João

não acredita no feito. Rosa explica que o comandante quer que faça serviço de má vida e ofereceu-lhe sabão. A comandante Maria João exalta, chamando o comandante Felisberto de reaccionário e filho da *puta*. A adjunta intervém e diz: – O assunto é grave, o que vamos fazer? A comandante Maria João sugere que Rosa o denuncie e que o comandante seja amarrado e levado para a vila. A adjunta argumenta que é o comandante e não se pode fazer isso. A comandante Maria João diz: – Ele passou dos limites, passou para o lado do inimigo, deve ser abatido.

Na nonagésima quarta cena, entre 1:12:57 - 1:14:10, a comandante Maria João circula a noite. Enquanto isso, Rosa e as colegas conversam. Rosa diz: – Se eu o acusar ele não vai levar a Margarida e a Ancha diz: – E nós nunca vamos sair daqui. Luísa argumenta que não deviam confiar nesse. A Margarida diz: – Não quero ir. Rosa diz: – Estás maluca, é uma oportunidade. Margarida argumenta que tem medo. Rosa pergunta, – medo de quê? Tu és uma sortuda, pois irás estar junto da sua família e vais casar-te. Margarida insiste em dizer que não sai sem elas. Rosa finaliza dizendo que não vai denunciar para que Margarida possa ir.

Na nonagésima quinta cena, entre 1:14:11 - 1:14:45, as colegas despedem-se de Margarida com aplausos. Na nonagésima sexta cena, entre 1:14:46 - 1:15:24, ouvem-se os gritos de Margarida sendo violada na mata pelo comandante Felisberto, que ao voltar do acto confirma que era virgem e, depois, convida o soldado que o acompanha para violar também se quiser. De repente, o soldado vê-a a fugir e o comandante ordena: – Deixa, não vai chegar longe, os leões vão tomar conta dela. Na nonagésima sétima cena, entre 1:15:25 - 1:15:47, as reeducandas cultivam e Rosa vê Margarida de volta, com

roupa suja, e questiona: – O que aconteceu? Margarida não fala, só chora. Na nonagésima oitava cena, entre 1:15:48 - 1:15:57, a comandante Maria João aponta as colegas como culpadas. Rosa a questiona, – somos culpadas? A comandante afirma que sim, pois não aprenderam nada de o que foi ensinado. Rosa responde, dizendo que aprenderam tudo que ela ensinou: marchar, abrir estrada, cozinhar, etc. A Comandante responde: – Eu não mandei a camarada Rosa denunciar o comandante e você calou. Rosa diz: – Não vim para aprender a ser polícia. A camarada Rosa calou-se e envergonhou-me na formatura. Rosa incita a comandante a provar que é uma mulher com tomates, – Como disse no primeiro dia que era uma mulher, mas podia ser um homem muito mau para quem não obedecer. Agora, tire-nos daqui e vamos dar *porrada* naquele filho da puta porque ele merece e ele é pior que colono.

Na nonagésima nona cena, representada entre 1:15:58 - 1:16:47, as militares estão reunidas com a camarada comandante. A adjunta argumenta que – As consequências são graves e podemos ser expulsas do exército. O exército é nossa casa. A comandante finaliza dizendo que as ordens estão tomadas e assume as consequências e não vão mais esperar pelas ordens superiores e sai em direcção às reeducandas, diante das quais, afirma: – Já tomei a decisão, vamos embora. No meio dos gritos de felicidade, Margarida diz a Rosa que não vai e a Rosa diz: – Vais, sim, o que aconteceu consigo não deves levar a peito. O importante é sair daqui e ir recomeçar a vida de cabeça erguida. Na centésima cena, que ocorre entre 1:16:48 - 1:17:59, as reeducandas saem do centro educacional de regresso às suas zonas de origem. Na centésima primeira cena, entre 1:18:00 - 1:19:10, as reeducandas caminham no meio da mata na companhia dos militares

e a camarada comandante,. Na centésima segunda cena, que ocorre entre 1:19:11 - 1:19:24, durante o percurso, Margarida entrega um lenço a Luísa. A Luísa questiona o que era e ela diz: - Se acontecer algo comigo, entrega ao meu noivo para ele saber que eu não fiz nada de mal. Luísa recusa, mas Margarida insiste e Luísa acaba aceitando. Na centésima terceira cena, entre 1:19:25 - 1:20:29, Margarida reduz o passo e arranca as frutas que ela disse que eram venenosas e coloca no cesto. Na centésima quarta cena, entre 1:20:30-1:22:37, recorre-se a um plano aberto, mostrando a mata e as reeducandas caminhando numa estrada de terra vermelha.

Para analisamos, criticamente, sobre o mundo à nossa volta, exige, segundo Jacques Rancière (2005) a necessidade de os homens e as mulheres ficcionarem esse mesmo mundo. Ficcionalizar consiste em dar-se a oportunidade de reflectir sobre o mundo. Assim concebido, a produção do filme "Virgem Margarida" constitui uma forma de ficcionar a história da mulher moçambicana e gerar uma oportunidade para se pensar na realidade em que, durante anos, foi considerada como pertencente ao espaço do proibido. Este processo é possibilitado pelo facto de que, no mundo contemporâneo, a revolução estética permitiu uma "indefinição entre a razão dos factos e a razão da ficção e o novo modo de racionalidades da ciência histórica" (RANCIÈRE, 2005, p.54). A este respeito, Jean-Louis Comolli (2015) afirma que, a revolução estética permitiu que o cinema se tornasse uma máquina que constrói a realidade fabricada por ele, isto é, para além de "reflectir" num determinado acontecimento, numa situação, acção ou realidade, o audiovisual constrói-os enquanto eventos fílmicos e como realidades filmadas (COMOLLI, 2015).

O filme "Virgem Margarida" constitui um universo ficcional rico, pois constrói uma maneira de dar sentido

à história do Moçambique independente, ao expor as vivências e os erros resultantes das políticas revolucionárias socialistas do governo moçambicano no período pós-colonial. Perante estas potencialidades, Jesus Martin-Barbero (1997, p. 267) aponta que "as massas populares irão ao cinema não tanto para se divertirem, mas para fazer experimento com sua vida quotidiana e para ver reiterados os códigos dos costumes." Assim entendendo, o filme "Virgem Margarida" é uma partilha do sensível, pois fixa um comum partilhado através das telas, na Beira e em Maputo, onde o comum partilhado é o quotidiano do sofrimento, da dor e da injustiça que muitas mulheres tiveram que experienciar durante o regime pós-colonial.

Uma observação crítica da representação da mulher e da estética do filme "Virgem Margarida" ilustra a representação de todo o processo da operação limpeza, até aos campos de reeducação, o que nos remete a um olhar de que "a arte não se reduziria a militância, mas carrega uma potência política" (Freitas, 2019, p. 8), considerando que a política se ocupa de o que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço dos possíveis tempos. É neste entendimento que o filme nos possibilita percebermos o quão difícil foi e continua sendo o lugar da mulher no processo de construção de Moçambique como um estado de direito. Mais, ainda, diz o indizível da história de Moçambique, como Licínio Azevedo (2023) aponta ao sublinhar que, no âmbito do lançamento na Beira, algumas pessoas, que de forma directa participaram nos campos de reeducação, sugeriram o banimento do filme.

Além disso, o filme remete-nos às ideias de se olhar

criticamente para as narrativas que "marginalizam" a mulher, considerando-a como útil somente para cuidar do marido, procriar, cozinhar e cuidar do lar. Isto ocorre através da visualização das mulheres abrindo caminho e construindo casas. Este processo ficcional desmistifica o binarismo natural da existência de tarefas específicas para homens e outras para mulheres, como o essencialismo biológico aponta (Citelli, 2001). Em adição, pode-se referir que o filme levanta críticas a colonialidade do saber, que coloca os saberes locais na linha abissal, isto ao visibilizar o uso do conhecimento da anciã para se certificar a virgindade de Margarida, conhecimento este que o regime pós-colonial combateu com todas as forças, como ilustra a quinquagésima terceira cena.

É dentro deste potencial desestruturador que o filme "Virgem Margarida" milita em prol de uma mulher empoderada e emancipada de todos os valores machistas assentes na estrutura opressora, fabricando outros sentidos que colocam a mulher em desvantagens em relação ao homem. Este empoderamento é ilustrado, a título de exemplo, pela nonagésima oitava cena, onde Rosa estimula a comandante Maria João dizendo: "[vamos] dar *porrada* naquele filho da *puta*, porque ele merece e ele é pior que colono". Este acto consiste na rejeição do pensamento de a mulher servir como objecto sexual dos homens, como Isabel Maria Casimiro (2005) argumenta, ao dizer que, quando as mulheres solicitaram treinos militares durante a luta de libertação nacional, encontraram resistência por parte dos homens, pois estes entendiam que as mesmas não tinham força para treinos militares e a sua função era de satisfazer os homens militares, cuidar da família e da reprodução (procriação). É neste entendimento que Marc Ferro (2010) argumenta que, o filme tem essa capacidade

de desestruturar a subjetividade que as sociedades passadas construíram e ordena-la num belo equilíbrio. Assim fazendo, o filme destrói a imagem do binarismo que cada instituição, cada indivíduo, cada comunidade construiu diante da relação entre homens e mulheres na sociedade. (FERRO, 2010).

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O combate às práticas de construção de sentidos que colocam a mulher na linha abissal no mundo e em Moçambique em particular é um assunto extremamente político. Reduzir a mulher a objecto de satisfação sexual do homem, à cozinha, à reprodução faz parte do quotidiano da mulher no contexto moçambicano. Deste modo, o filme "Virgem Margarida", para além de trazer o passado arrepiante das injustiças nas quais a mulher passou e passa no processo da construção da história de um Estado de direito, em Moçambique, levanta questões a nível político e estético.

A produção do Filme tem uma potência política na medida em que produz novos efeitos, novos sentidos. Em adição, o Filme assegura que os moçambicanos não só se possam educar ou se entreter com o mesmo, mas também fazer experimento com a sua vida quotidiana, para ver reiterados os códigos dos costumes, o que, de certa forma, cria a possibilidade de pensarem em outros destinos para si, principalmente para as mulheres. O Filme constitui, ainda, um verdadeiro mecanismo de promoção da educação cidadã, veiculando o imaginário da mulher moderna moçambicana.

Referencias bibliográficas

ABERG, Alfons e NUVUNGA, Milissão. Os campos de reeducação com a resposta à diferença e diversidade política e social no pós-independência. *Campos de Resposta e Educação*. Centro de Estudos de Paz, Conflitos e Bem-Estar – CEPCB. 2022. Disponível em: file:///C:/Users/selton/Downloads/OS_CAMPOS_DE_REEDUCACAO_COMO_RESPOSTA_A.pdf acessado em 14 de agosto de 2023.

CASIMIRO, Isabel Maria. Samora Machel e as relações de Género. *Estudos Moçambicanos*. Centro de estudos Africanos. 2005. Disponível em: https://mozambiquehistory.net/periodicals/estud_moc/21/20050900_smm_e_relacoes_de_genero.pdf acessado em 13 de setembro de 2023.

CITELLI, Maria Teresa. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpos e comportamentos. 2001. Disponível em: <file:///C:/Users/selton/Desktop/teoria%20do%20genero/Fazendo%20diferen%C3%A7as%20teorias%20sobre%20g%C3%AAnero.pdf> acessado em 24 de julho de 2023

COMOLLI, Jean-Louis. O espelho de duas faces. In: YOEL, Gerardo (Org.). *Pensar o cinema. Imagem, ética e filosofia*. São Paulo: Cosac Naify. p. 165-203. 2015.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra. 2010.

LILISIA Amélia, et al. Movimento Feminista em Moçambique. 2011. Disponível em: <http://www.nawey.net/wp-content/uploads/downloads/2012/11/Movimento-Feminista-em-Mo%C3%83%C2%A7ambique.pdf> acessado a 3 de outubro de 2023

MARTIN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Brasil. UFRJ. 1997.

PAULINO, Paulino Da Graça Manuel. *O papel da mulher na sociedade moçambicana: caso da comunidade yao-cidade de Lichinga*. Licenciatura em Ensino de História com habilitação em Ensino de Geografia. UEM. Maputo. 2014.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

TELES, Nair & BRÁS, Eugénio José. *Gênero e Direitos Humanos em Moçambique*. Maputo, Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane. 2010

THOMAZ, Omar *Ribeiro*. "Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. *Revista de Antropologia*, São Paulo, V. 51 N° 1. 2008. Disponível em:

[file:///C:/Users/selton/Downloads/27305-Texto%20do%20artigo-31768-1-10-20120623%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/selton/Downloads/27305-Texto%20do%20artigo-31768-1-10-20120623%20(2).pdf) acessado em 24 de agosto de 2023

ZAMPARONI, Valdemir Donizetti. *Entre Narros e Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques. c. 1890 - c. 1940*. São Paulo. Tese. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1998. Disponível em: <https://macua.blogs.com/files/entre-narros-mulungos---colonialismo-e-paisagem-social-em-louren%C3%A7o-marques-1890-1940.pdf>

"VIRGEM MARGARIDA":
UMA REFLEXÃO SOBRE
O GÊNERO
EM MOÇAMBIQUE

115



116

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



Media Comunitária e seu papel na cobertura da COVID-19: estudo centrado no seguimento das ações das Rádios Voz Coop, N'komati e Moamba

Nguenha, Francisco Pedro Manuel
Akungondo, Unaiti
Noronha, Claida Basílio Francisco

Resumo

O presente artigo ressalta a importância da comunicação como fenômeno determinante das relações sociais, particularmente, para influenciar a mudança social e do comportamento perante a COVID-19, uma epidemia que estremeceu a economia a nível global e que suas consequências ainda se fazem sentir nos últimos dias. O texto questiona até que ponto a comunicação comunitária fez seguimento dos casos da Covid-19 difundindo os efeitos da crise influenciados pela pandemia, num contexto em que maior parte das empresas ficaram coibidas pela diminuição da produção, oferta e consumo a nível nacional e

não só? Assim, tínhamos em vista compreender três variáveis do processo comunicativo: a disseminação; a decodificação e; a interatividade nas comunidades per-urbanas e rurais tomando como metodologia principal a entrevista não-estruturada e observação simples). De forma geral foi possível perceber, nas três comunidades estudadas, que a existência de muitas culturas criou espaços para que as diferenças de comportamento perante a COVID-19 e outras situações adversas condicionasse a percepção das mensagens partilhadas bem como a estratégia implementada, o que resguardou ao aparecimento de um mal-estar social generalizado.

Palavras chaves: *Media Comunitária; COVID-19; Rádios Comunitárias.*

Introdução

A COVID-19 a nível mundial trouxe uma crise que devastou a economia dos países, particularmente, dos mais pobres, com uma economia já fragilizada por outros factores como os naturais, as guerras civis, conflitos políticos militares, o HIV e SIDA, entre outros, a exemplo de Moçambique. De acordo com Dhar e Bose (2022), os países mais pobres, diferentemente dos mais ricos, não conseguiram proteger a sua massa laboral pelo uso das TIC, tendo assumido que as pandemias vão ser uma ameaça à economia global, para além de terem originado muitos problemas socioeconómicos (Coombs, 2020, como citado em Dhar & Bose, 2022), ficando a *media* alheia à situação que se tornava caótica em todos os sentidos (McDonald, Sparks & Glendon, 2010, como citados em Dhar & Bose, 2022).

Dentre os relatórios do Governo, foi importante prestar atenção aos do Ministério da Saúde que enfatizam desafios na prevenção e na mitigação dos efeitos nefastos da pandemia. Além da explanação das medidas de prevenção e do controlo das infecções, não só para o público, como também dentro dos funcionários públicos e, especificamente, os da Saúde, em coordenação com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020; 2022). Portanto, nestes relatórios é detalhada informação que orienta a acção e procedimentos que devem ser seguidos a partir do conhecimento existente e universalmente partilhado.

A COVID-19 implicou na redução orçamental dos sectores sociais bem como a redução de renda

de famílias desfavorecidas e condicionou ao fechamento de acesso à educação da maioria da população estudantil, na sua maioria sem recursos para acederem ao ensino híbrido (associado ao uso de tecnologias digitais) agravando, de forma silenciosa, à vulnerabilidade das pessoas com acesso deficitário de informação, pois, os níveis de pobreza, particularmente em zonas rurais, são elevados (INE, 2019).

No contexto moçambicano, o estudo de Manjate (2020) mostra que os funcionários públicos têm informação sobre a pandemia, porém, carece de reforço para melhor sensibilizar (Schuller, 2004) bem como diminuir fragmentação na disseminação, particularmente por não terem dispositivos que facilitam o acesso à informação, podendo ser considerada, junto às suas famílias, a classe que maior atenção merece de modo a se alcançar os objectivos do plano quinquenal do governo.

É neste contexto em que na presente pesquisa tomamos por problema o facto de, a nível global, as estratégias de comunicação não se terem mostrados fundamentais na eliminação do coronavírus mesmo em países ricos onde os níveis de contaminação e o período da sua vigência ter se tornado preocupante a nível mundial. Particularmente em Moçambique, percebe-se a incapacidade da mudança pela apropriação cognitiva e instrumental da informação sobre a pandemia (Manjate, 2020), que resulte na transformação do indivíduo, condicionado pelas relações sociais construídas na base de distanciamento, criando exclusão social.

Assim, tem-se em foco a *media* comunitária

buscando responder a seguinte questão: até que ponto a comunicação comunitária fez seguimento dos casos da Covid-19 difundindo os efeitos da crise influenciada pela pandemia, num contexto em que maior parte das empresas ficaram coibidas pela diminuição da produção, oferta e consumo a nível nacional e não só? Assume-se como fundamental **as reações** dos ouvintes face às informações sobre a COVID-19 transmitidos através das línguas locais no ano de 2021, uma mensagem feita pelos locais, a nível local e, para responder às necessidades locais.

Nosso maior interesse visava compreender três variáveis do processo comunicativo: a disseminação; a descodificação e; a interatividade nas comunidades per-urbanas e rurais, particularmente por serem consideradas periféricas (Árabe, 2003) e que raras vezes se preocupam em demandar informação, mas os serviços (Nguenha, 2008; 2013). Assim, tínhamos por objectivo compreender **o papel da comunicação comunitária na cobertura da pandemia de COVID-19 nas rádios comunitárias da Voz Coop (Bagamoio), Moamba e N'Komati (Manhiça)**, os dois últimos assumidos como corredores (Cueteia, 2008).

O artigo resulta do relatório de pesquisa orientada pelo Departamento de Pesquisa em Comunicação Social (DPCS) da Escola Superior de Jornalismo (ESJ). É desenhado, fundamentalmente, tomando como base a análise das entrevistas sem categorizar as unidades de análise (Caregnato & Mutti, 2006). Tomamos o cuidado de não darmos atenção nas repetições feitas pelos entrevistados, considerando a significação do conteúdo manifesto, bem como observando a lógica do pensamento dos diferentes

intervenientes no âmbito da comunicação comunitária. Optamos pela técnica de entrevista por ser a que mais gere compreensões ricas, neste caso concreto, das experiências vividas, opiniões, atitudes e sentimentos das pessoas, (May, 2004). Foi, por outro lado, aplicada a técnica de observação para examinar os comportamentos adoptados pela comunidade em diferentes cenários que se criam nos espaços públicos e privados).

Com efeito, conversámos, nos três pontos, com três médicos, seis líderes comunitários, seis jornalistas e trinta membros da comunidade, podendo ser ouvintes ou não. Em termos de diferenciação no sexo conseguimos apenas equilibrar na categoria **comunidade** onde era possível fazer uma insistência para dialogar com o sexo feminino. Dos três pontos, apenas conseguimos dialogar com uma médica em Bagamoio e uma jornalista em Moamba.

Com a pesquisa conseguimos compreender que a comunicação comunitária é fundamental para influenciar na mudança de comportamento das comunidades, quer sejam rurais ou per-urbanas na medida em que estas criam espaços de debate aberto sobre os assuntos de modos comunitário e de nível local, assumindo-se que todos os assuntos respondem aos contextos locais, e produzidos pelos locais, o que gera mais espaços de debate, pois, fa-lo de forma humanista (Mafelopulos, 2008), dando voz aos que raramente são escutados (Taylor & Bogdan, 1994). Assim, em termos de utilidade da pesquisa ela pode ser usada para redefinir as estratégias de comunicação do Governo, particularmente para atingir comunidades rurais, onde a diversidade dos meios é remoto.

Comunicação e consciencialização na geração de interesse público

Uma das questões que podem ser feitas é “como é que as instituições de saúde se comunicam perante o contexto da COVID-19?” O facto é que na maior parte dos casos, particularmente neste período em que o uso das TIC tornou-se fundamental na difusão de mensagens, maior privilégio é dado aos meios tecnológicos como os que garantem uma comunicação em tempo real, podendo criar, por outro lado, uma dinâmica na interação. Uma das análises feitas por Coombs (2007) é de que em desastres naturais as organizações de todos os níveis e classes bem como os diferentes públicos de interesse tornam-se em vítimas (como citados em Dhar & Bose, 2022), gerando crises. Quer dizer, tornando-se todos em vítimas dificilmente encontramos no meio de nós o que se determina como sendo o que vai mediar estas relações criadas ao longo do pânico.

A. Verčič, D. Verčič & Coombs (2019), por outro lado, sublinham que o sinal da crise pode servir de indicador na medição das capacidades de liderança nas instituições, estabelecendo-se cada vez mais ou menos as relações com o mercado (como citados em Dhar & Bose, 2022), relações estas que ao mais alto nível são construídas pela proximidade cultural onde, a cultura é vista como símbolo (Massoni, 2007; 2008) das relações a serem desenvolvidas.

É neste contexto que se olha para a COVID-19 como um momento de redefinir-se estratégias de posicionamento tanto individual, bem como grupal como forma de buscar sustentabilidade social, amealhando empatias que condicionem o bem-estar comunitário. Dhar e Bose (2022) sustentam que a comunicação, empaticamente usada, dá

um apoio moral aos afectados, gerando mudanças significativas, daí entendermos a importância do fluxo de mensagens em diferentes canais como fundamental, diminuindo pressão gerada por outros factores em volta da COVID-19. Pois, os autores mostram que o comportamento gerado no momento da crise influencia a forma como as pessoas percebem e se comportam. Pois, para Stieglitz e Dang-Xuan, 2013 (como citados em Dhar & Bose, 2022), as crises criam emoções negativas como medo e ansiedade, por exemplo, que podem criar consequências negativas no indivíduo.

Entende-se o momento de crise como o mais frustrante na medida em que a busca de soluções torna-se cada vez mais complexa. Por exemplo, no contexto moçambicano o fluxo do dinheiro no mercado diminuiu drasticamente, elevando o custo de vida das camadas sociais já mais empobrecidas. O exemplo que se pode encontrar é que o mundo regrediu na ordem dos 3.5% do PIB global (Sambo, 2021)¹. É a essa crise que Mohammad (2008) se refere, quando, por exemplo, aponta para quatro estágios de emoções que se consideram negativas como a tristeza, medo, desgaste e aborrecimento (como citado em Dhar & Bose, 2022), onde a estratégia de comunicação deve prestar atenção a estas crises como forma de monitorar os comportamentos adversos. Estes estágios foram conhecendo cada vez mais níveis insustentáveis do ponto de vista sociocultural na medida em que foram sendo mais negativos na sustentação das relações pela diminuição de convivência, o que gerava cada vez mais um sentimento de rebeldia entre as pessoas, daí o aparecimento de comportamentos adversos como a rebeldia no cumprimento às medidas de segurança impostas pelos governos de todo mundo.

1. <https://iese.ac.mz/wp-content/upload>. Acesso a 20 de Janeiro de 2024. (autor do texto, título)

Contexto da Covid-19 no mundo e em Moçambique

O surto das gripes no mundo tem sido característico e que tem vindo a influenciar a nova forma de estar, ameaçando a saúde pública em quase que todos os lugares. As variantes das gripes e as doenças como a varíola, hepatites, pestes, tuberculose, meningites, entre outras, já ameaçaram o progresso da humanidade em níveis jamais vistos. Hoje cenários cada vez mais preocupantes vão se desenhando, colocando o mundo em alerta máximo. Em 31 de Dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS), foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de *Wuhan*, na província de *Hubei*, na República Popular da China que ficou diagnosticada como sendo a COVID-19. A pandemia deste vírus, cientificamente conhecida como a SARS-CoV-2, desencadeou um período de incertezas e enormes desafios no sistema de saúde, apesar dos avanços no campo de medicina a nível mundial.

É neste contexto que a OMS declara emergência de Saúde Pública de importância internacional em Janeiro de 2020 e, em Março do mesmo ano, tornou-se em Pandemia (Cassey, Ali, Marrufo y Jossefa, 2021), tendo, Moçambique, reportado o primeiro caso em Março do mesmo ano e, a partir daí, várias estratégias foram sendo implementadas como mecanismos de conter os avanços da pandemia, tendo sido possível conter os avanços da transmissão de forma significativa, particularmente com as limitações que foram sendo impostas pelas medidas governamentais (Semá-Baltazar, Cassey y Gudo,

2021). Em resposta a esta situação, o presidente da República de Moçambique Filipe Jacinto Nyusi, a 1 de Abril de 2020, declarou o Estado de emergência (Decreto nº11/2020 de 30 de Março), ratificado pela Lei nº 1/202 de 31 de Março, respondendo, mesmo que de forma indireta, aos apelos internacionais na luta contra a SARS-CoV-2.

Diversas autoridades de saúde internacionais relataram registos de muitos casos de pessoas contaminadas e mortas pelo vírus Sars-Cov-2, o que resultou em instabilidade social, económica e política em todo o mundo, tendo agudizado a situação já caótica da economia nacional de forma nunca antes vistas, pois, muitas pessoas perderam emprego, sendo remetidas à condição de pobreza urbana que passou a ser vista como uma questão social (Sambo, 2021).²

Estratégias de divulgação e prevenção mostraram-se relevantes uma vez consideradas fonte de conhecimento com forte influência na formação de opinião pública, daí a sua intervenção, que pode ser vista como uma ação comunitária (Weber, 1973) para responder a diferentes programas de saúde, sobretudo em programas declarados de Saúde Pública, pois, mexem com comportamentos.

A comunicação em prol de mudança social e de comportamento

A comunicação para a mudança social (SBCC) dos anos 2000 (Bringe, 2013), é uma visão estratégica e instrumental nos processos de planeamento baseado em

2. <https://iese.ac.mz/wp-content/upload>. Acesso a 20 de Janeiro de 2024. (colocar titulo)

resultados que traz consigo uma nova forma de compreender os mecanismos de comunicação tomando como base o indivíduo, transmitindo informação que seja capaz de influenciar a mudança social, apontando, por outro lado, a comunicação como campo de construção social e cultural para transformar a sociedade como um todo.

A SBCC tem uma série de características indicadas como as que servem de base de sustentação na construção **social** e **cultural** para transformar, apresentando as seguintes características,

es participativa, surge de la sociedad; se basa en la propia cultura, y por ello se respetan sus idiomas y sus historias; hace uso de las tecnologías disponibles; busca alianzas y establece redes; y es democrática: crea espacio para la expresión y visibilidad de todos. (Gumucio, en Cadavid y Pereira [comps.], 2012 como citados em Bringe (2013, p. 29)

Ora, a indicação feita pelos autores acima citados nos ajuda a interpretar a SBCC como uma ferramenta fundamental para que possam ocorrer mudanças, na medida em que observa vários aspectos que chamam atenção ao indivíduo de forma particular. A participação, observada em primeiro plano, também é considerada por vários autores como o fundamento de um processo, que

ao nosso ver, tem como fim alcançar objectivos traçados de forma sustentável, pois, olha para o indivíduo valorizando-o a partir do seu ego.

Um dos argumentos levantados por Bringe (2013) é de que a SBCC não é instrumental, não é difusionista e muito menos baseada na doutrina autoritária, o que faz dela ser humanista (Mefalopulos, 2008) transformando-se à medida em que os sistemas de comunicação universais se transformam, pois, insere-se no seu contexto.

Ora, o quadro teórico conceptual explica que as rádios comunitárias gozam de um estatuto especial na sua missão de veiculadoras de informação do interesse público e, particularmente, comunitário. Elas são vistas como pro-locutoras da comunidade, democratizam o acesso à informação, possibilitam o conhecimento situado; são centros de partilha de opinião e de equidade de género, são veículos de informação sanitária, educacional, florestal, faunística, política; são espaços da preservação da identidade e representatividade local e de participação dos cidadãos; estimulam a organização e a mobilização social; são uma expressão das minorias e são plataformas de reivindicação dos direitos (Paula, 2009; Vigil, 2005; Jane, 2006; 2013; Peruzzo, 2006; Alves 2005).

No entanto, as rádios comunitárias, assim como outros órgãos de comunicação de massa, orientam-se segundo uma sociologia de emissores assente no **Gatekeeper**, que impõe os critérios de noticiabilidade (Wolf, 2010; Traquina, 2001) e de responsabilidade social.

O presente artigo apresenta a forma como a rádio comunitária adaptou-se ao advento da pandemia

viral, tendo em consideração o paradoxo de responsabilidade social com interesse público e critérios de noticiabilidade. Assim, foi de maior interesse perceber os níveis de fluxo de informação a partir de autores como Alves (2005), Sousa (2006), Netto (1980), Paula (2010), Mefalopulos (2008), Jane (2006, 2013; Alves 2005) e Nguenha (2022) que discutem os interesses comunitários dentro de um domínio social e que de acordo com Bolaño (2008) proporcionam espaços para educação informal isento da ideologia.

O comportamento do coronavírus tem estado a preocupar cientistas da medicina, arqueologia, antropologia, linguística, história, áreas estas que tomam como berço a comunicação, processo que deve ser considerado importante no contexto da implementação de estratégias para o seu combate.

Por sua vez, a Unicef e ONU, em seus relatórios de 2020; 2021 e 2022, ao analisarem questões da COVID-19, centram-se na descrição dos efeitos; nas consequências da pandemia; na recessão económica nos sectores sociais, sobretudo em pessoas vulneráveis, a exemplo, de mulheres e crianças chefes de família, concretamente nos países em desenvolvimento. De facto, tratam de analisar o acesso aos serviços públicos, tanto na sua disponibilização assim como na disponibilidade de pessoas em aceder. Concluem que a pandemia impactou negativamente no acesso de bens de primeira necessidade tais como a saúde nas crianças, idosos e portadores de deficiência física resultantes do confinamento, além de impossibilitar a proporção dos serviços a aceder (UNICEF, 2020, 2021).

Nas ciências sociais, várias publicações foram

feitas, algumas das quais versam sobre a pandemia da COVID-19. Bingel e Pleyers (2020) e Dinis (2020) fazem uma reflexão sobre os efeitos globalizantes da pandemia que tem vindo a criar instabilidade económica, mas que de certa forma, entendemos como sendo limitada pelas condições que a pandemia tem estado a criar.

Banerjee (2020) sublinha que, na Índia, apesar de acesso limitado à internet (cerca de 40%) e outros factores sociais, incluindo a pandemia, foi possível o surgimento de uma espécie de solidariedade que deu suporte às famílias empobrecidas, reduzindo o estigma nas relações entre vários grupos. Neste autor é possível entender que as classes mais pobres não apresentam nenhuma condição para manterem distanciamento físico tomando como exemplo os casos da crise da peste de 1898, onde os cuidados da saúde foram desvalorizados para os mais pobres. No entanto, no contexto africano é possível perceber que os efeitos da pandemia são minimizados pela solidariedade política, tendo diminuído os seus efeitos colaterais e adversos (Macamo, 2020).

Bingel e Pleyers (2020), por seu lado, destacam a relevância das ciências sociais para a explicação da pandemia por enfatizar o ecossistema social, as assimetrias e as desigualdades globais que tem impacto na política, economia e em outras áreas sociais e humanas. Pois,

a pandemia trouxe uma mudança social, assente em cenários pessimistas (ênfata o egoísmo, utilitarismo, controlo social, restrições das liberdades e deterioração

das condições de vida) e cenários otimistas (que celebravam a solidariedade, fim do capitalismo predatório-neoliberal e aprendizagem positiva para a distribuição equitativa dos cuidados). Mas as mudanças foram também marcadas pelos cenários: 1) urgência do presente (pressão de agir diante de uma situação nova e extraordinária, iniciativas marcadas pela pressa da rapidez); 2) Miopia do visível: obsessão pelas tabelas, gráficos, pela contagem de casos e pela evolução de crescimento ou achatamento de curva. (grifos dos autores) (BINGEL e PLEYERS 2020, pp. 20-26)

Este cenário foi visível em todos os contextos sociais, particularmente em países do terceiro mundo, a exemplo de Moçambique, onde, no concreto, a situação abalou as massas em todos os níveis. No entanto, os estudos acima referidos, ainda que sejam relevantes para o entendimento da pandemia global, não a referem como fenómeno comunicacional, com os seus limites de noticiabilidade. Não olham a comunicação como um fenómeno social (comunitário) multifacetado, o que dificultou a que pudéssemos traçar um olhar sobre as nuances da comunicação como condição *sin qua non* no processo de mudança social e de comportamento face ao combate desta pandemia.

Parece que a comunicação e suas estratégias se tornaram inúteis face à problemática da COVID-19 na

medida em que elas não deram frutos significativos visíveis, embora tenham enaltecido alguns aspectos em termos de condicionalismos gerais do *novo normal*. Por outro lado, a capacidade das rádios comunitárias em levar a informação a cada vez mais pessoas é condicionada pela sua estrutura financeira cuja sustentabilidade não responde ao desejado como sua medida de ação (Nguenha, 2015), que deve ser tornada cada vez mais comunitária (Weber, 1973), o que faz destes lugares, espaços de cegueira.

Portanto, tentando responder a este défice sociológico, o artigo traz um debate, mesmo que de forma sucinta, sobre a forma como os meios de comunicação, sobretudo comunitários, têm estado a discutir sobre a pandemia, onde, por sua vez, contribui, de certa forma, para a mudança social e de comportamento, mostrando e evidenciando as estratégias do governo e parceiros na mitigação dos efeitos da pandemia. É neste contexto em que buscamos os pensamentos de autores como Alves (2005), Sousa (2006), Netto (1980), Paula (2010), Mefalopulos (2008), Jane (2006, 2013; Alves 2005), Mkaima (2011), Bussotti e Adriana (Orgs.) (2009) e Nguenha (2022) para suportar a análise das entrevistas.

Análise de dados

A COVID-19 nos ambientes rurais

O distrito Ka Mbukwana (Bagamoio) fica situado no município de Maputo e com uma miscelânea de culturas e línguas que influenciam na diferenciação da compreensão das mensagens. Já, Manhiça e Moamba, percebidos como corredores, mesmo não sendo na dimensão ilustrada por Cueteia

(2008), na qualidade de vilas distritais, apresentam características similares situando-se na periferia, contudo, desiguais por terem influências sócio culturais distintos, logo, diferentes formas de ver e assumir as mensagens sobre a COVID-19. Por exemplo, Moamba, sofre influência sócio económica directa da vizinha África do Sul e, Manhiça serve de saída pela EN1 da Província de Maputo para o norte do país. Ora, nesses lugares beneficiam-se de poucos investimentos passando a serem regiões periféricas e pobres divididos por uma rota nuclear com fraco sistema de infraestruturas criadas.

Entende-se COVID-19 como um vírus da classe **SAR-S-CoV-2** que surgiu na China em 2019, daí ser chamado COVID-19. Este vírus pertence a um grupo de retrovírus, a *coronaviridae*, com capacidade de apresentar várias mutações em diferentes pessoas e ambientes, por isso a sua habilidade de se camuflar, o que tem vindo a criar dificuldades na sua plena identificação. Por outro lado, apresenta-se como retrovírus, expondo apenas o ácido ribonucleico (RNA), que atua na produção de proteínas). Isso significa que para a sua multiplicação é preciso que se aloje numa célula que tenha ácido desoxirribonucleico (ADN), que armazena informações genéticas dos seres vivos. À semelhança de outros vírus, (Moamba) este aloja-se em ambientes a ele favorável, multiplicando-se e gerando desconforto ao hospedeiro.

Tendo passado à pandemia, a COVID-19 transpôs várias fases, o que de acordo com os profissionais de saúde, influenciou a que houvesse muitos casos graves e até de mortes em todo mundo. Pois, foram identificados dos mais violentos até aos menos violentos casos notabilizando-se por "febre, tosse e calafrio" (médico de Bagamoio, em entrevista, Novembro de 2021). No entanto, nos últimos dias os sintomas passaram a incluir a falta de paladar e apetite.

Sendo a COVID-19 um tipo de gripe, entendendo-se gripe como sendo todas infecções que afectam a via aérea superior e caracterizado por tosse, espirro entre outros sintomas, ela apresenta-se como sendo "o mais agressivo... mais famoso... Porque criou doença que foi capaz de matar muita gente até data de hoje" (Médico da Manhiça, em entrevista, Novembro de 2021).

De acordo com os médicos, a infecção pode variar de ligeiro a moderado e, podendo passar a grave caso o paciente tiver alguns factores de risco como a idade, combinado com outras doenças respiratórias e/ou crónicas como o caso da asma e hepatite. No entanto, esta possibilidade varia de pessoa para pessoa, o que em outras palavras equivale a dizer que "a imunidade em si do organismo influencia para a mudança do estadio da doença" (Médico de Bagamoio, Novembro de 2021, Novembro de 2021).

É no contexto das variações de causas das infecções indicadas pelos profissionais de saúde onde entra em destaque o papel fundamental da comunicação e suas várias estratégias, a exemplo, do uso dos meios de comunicação de massa para difundir diversas abordagens visando a prevenção de novos casos de contaminação, estancando, dessa forma, a proliferação do vírus.

Note que a comunicação, como uma das estratégias fundamentais na influência à mudança de comportamento, sua história, particularmente na vertente comunitária a nível mundial, remonta, como mostram Diaz e Alffond (2001, como citado em Vicente, 2009), aos anos 1940, no final da II grande Guerra Mundial, onde a Europa usou dos meios de comunicação de massa comunitários para transmitir novos valores em vista à mudança de atitudes perante os desafios impostos incutindo a novas ideias sustentáveis a partir do

conhecimento partilhado como forma de se organizar o meio ambiente ora devastado pela guerra.

Considera-se os meios de comunicação comunitários fundamentais na prevenção do coronavírus a partir da difusão de informação para que a comunidade adopte nova forma de ser e estar tendo em conta **o novo normal**. A abertura das linhas telefónicas e os contactos directos nas comunidades têm vindo a dar maior dinâmica e credibilidade aos **meios**, particularmente por tratarem questões locais de forma local, pensando nos locais, mesmo sendo afectados pelas medidas impostas pela COVID-19.

A estratégia de difusão de informação sobre os casos da Covid-19

O foco nos processos de combate a novas infeções pelo coronavírus foi que os **media** difundiram uma diversidade de programas como forma de alertar as comunidades, particularmente sobre os casos de contaminação em todo país, uma das estratégias frutíferas na prevenção. De uma forma geral, entende-se, nas três rádios, que o processo de produção de conteúdos radiofónicos obedece à mesma regra que consiste em planificação, procurando, de acordo com os jornalistas, fontes credíveis e com capacidade de dar informação para as massas, tendo como base a comunidade.

Nós costumamos dizer que a nossa notícia sai, é da comunidade para a comunidade ou seja nós vamos a comunidade buscar, vamos tratar e devolvemos a própria comunidade... É que a notícia está em qualquer lugar, a notícia está quando

acordamos, antes de sair de casa, antes de sair do quarto ou de sair da cama já temos a notícia, mas só existe ela se alguém for trabalhar para que permaneça viva. (Jornalista 2, Voz Coop – Bagamoio - em entrevista).

A informação difundida nos três pontos em análise serviu estratégica respondendo ao domínio comunitário a partir da relação estabelecida com as lideranças locais servindo como inspiração a bons resultados, assumindo-se, por outro lado, como sendo um conjunto de pessoas que servem de elo de ligação entre a comunidade e os governos locais, para além de serem uma habilidade de influenciar a mudança social e de comportamento.

As lideranças locais, combinadas às rádios comunitárias locais, tornam-se em veículos poderosos a darem resposta de forma local e para os locais. É através destes líderes e rádios que se partilha informações de vária ordem que serviu positiva na criação de esforços comunitários na prevenção da COVID-19, tendo, no entendimento dos líderes, influenciado a população a adoptar medidas de prevenção decretadas pelo governo.

Entende-se que os líderes privilegiam o uso do celular na troca de informação e, mesmo que de forma personalizada, o fluxo torna-se dinâmico e os resultados são significativos na medida em que todos têm dedicado uma parte do seu tempo nas actividades da comunidade, mesmo que de forma não remunerada, sendo este processo visto como suporte ao trabalho da rádio local, assumido nesta relação como a mediadora na

ligação entre o governo e a comunidade, criando proximidade e relações duradouras.

Os ouvintes, por seu turno, serviram de base para medir os impactos das rádios comunitárias locais, onde, nos três pontos, foi possível notar que não é toda a comunidade que gosta de escutar rádio. Porém, os que gostam é basicamente por três razões: (1) uso das línguas locais; (2) trata assuntos que tocam aos aspectos locais e; (3) por conhecerem pessoas que trabalham nestas rádios.

É possível perceber que, em média, cada rádio comunitária produz cerca de seis programas sobre saúde na base das línguas locais por estas serem de maior domínio nas comunidades. As línguas locais (xironga/xishangana) flexibilizam o fluxo de informação que, em função de cada contexto, evidenciam sinais dos problemas de forma local, através de conversas que ocorrem, com maior frequência, por baixo das árvores, lugares considerados ancestralmente sagrados para os encontros comunitários (Nguenha, 2022).

Foi possível perceber a existência de pessoas nas comunidades que, mesmo sem se importarem em conhecer as rádios locais, admitem escutar a um conjunto de programas educativos incluindo sobre prevenção de várias doenças, a exemplo da malária, do HIV e SIDA e, particularmente, nos últimos dias, sobre a COVID-19 que, em grande parte é possível avaliar-se seu impacto como programas que influenciam a mudança de comportamento, mesmo que a longo prazo, há os que afirmam que "acabei vendo que era necessário" (Ouvinte 2, de Bagamoio, em entrevista). Por outro lado, é possível entender que os programas

de rádio foram importantes porque "antes de acompanhar as informações sobre a prevenção eu apertava a mão dos meus amigos, mas agora já não" (Ouvinte 4, da Manhica, em entrevista).

Houve uma percepção de que a comunidade, mesmo que não de forma propositada, esconde informação sobre o seu estado de saúde, o que de certa forma dificulta a prevenção comunitária. Os programas transmitidos nos meios de comunicação são considerados importantes pelas comunidades na medida em que "ajudam porque tem aquelas pessoas que não tem televisão, tem transmitido sobre a rádio" (Ouvinte 4, Moamba, em entrevista). Sendo que, na sua maioria, os meios difundem programas visando "nos proteger" (Ouvinte 3, de Moamba, em entrevista).

O reconhecimento às estratégias de combate à pandemia ainda não atingiu o ponto máximo em alguns lugares, pois, há ainda os que argumentam que a COVID-19 não existe, mesmo em pequenas dimensões, o que nos leva a indagar sobre outras formas estratégicas de modo a que a prevenção seja vista como uma ação em comunidade (Weber, 1973), facilitando o trabalho dos agentes da saúde, em particular e, do governo e seus parceiros, no geral.

É importante considerar que em tempos de pico da pandemia, o não-cumprimento das medidas de prevenção era punível por pena de prisão equivalente a um dia. Esta artimanha é considerada positiva pois, garantiu, de forma significativa, ao cumprimento das medidas na medida em que "as pessoas já estão a seguir. Até as 17 horas já está dentro de casa" (Ouvinte 3, de Moamba, em entrevista). Note-se que a sensibilização era feita de

forma dirigida, entendida por Schuller (2004) como uma das formas mais eficientes no alcance dos objectivos.

Entende-se que a existência de poucos casos sobre a COVID-19, a exemplo de Moamba, mesmo propensa por fazer fronteira com a África do Sul, deveu-se pela disponibilidade dos profissionais da saúde e das lideranças locais em partilhar informação necessária de modo a que a comunidade possa aprender sobre as diversas formas de prevenção.

Circulação de informação e educação comunitária

Pela forma como a informação circula nestes lugares, assumindo-se como lugares periféricos, na perspectiva de Árabe (2003) e Santos (2006, como citado em Lima, 2010) e que, por via disso, tornam-se lugares de cegueira (Schramm, 1976) onde a informação vai decaindo quanto mais caminha-se para o interior, torna-se fundamental criar sinergias que conectem os três atores (governo, líderes e comunidade) como forma de elevar o nível de interesse comunitário em todos os domínios como subterfúgio de dar sustentabilidade às estratégias de comunicação.

Entende-se, assim, que a informação que circula têm estado a consciencializar as comunidades na medida em que percebe-se que as pessoas tendem a aderir nas estratégias de prevenção trazidas pelo Ministério da Saúde [MISAU] (2020), como o caso da lavagem das mãos com água e sabão, uso da máscara facial e distanciamento, embora este último seja o mais complexo pelas condições vivenciadas, por exemplo, nas paragens de transporte público e semicolectivos, onde se observa aglomerado de pessoas em busca deste serviço.

Foi positivo perceber que a comunidade, para além dos *media*, no âmbito de busca de informação, usa a comunicação dirigida como uma estratégia de partilhar informação, especialmente os jovens, onde é possível notar que “eu posso passar a informação a uma outra pessoa e essa pessoa passa a uma outra e assim a informação vai circulando pela comunidade” (Ouvinte 2, da Manhiça, em entrevista). Esta prática é significativa na partilha de experiências e/ou troca de informação, sobretudo em sociedades onde o acesso aos meios de comunicação é reduzido, podendo ser vista como uma manigância pela inclusão.

As RCs locais têm difundido programas de debates sobre várias temáticas relacionadas a COVID-19 usando diferentes intervenientes como especialistas de saúde e líderes comunitários para reforçar as estratégias de proteção contra a coronavírus. Pois, argumenta-se que “se não fossem esses programas eu não teria noção, não iria saber como prevenir outra pessoa e como é que pode prevenir da COVID-19 nem, e outras doenças também” (Ouvinte 1, de Bagamoio, em entrevista).

Olhando em concreto nos lugares per-urbanos e rurais onde os fluxos de informação vão se tornando cada vez mais escassos, pode-se considerar lugares onde a falta do conhecimento mina a condição social das comunidades. Ora, a percepção de mensagens sobre qualquer assunto requer muita atenção da parte de quem a desenha (teoria dos emissores) o que passa da identificação, em primeiro, da expressão dos grupos e, segundo, da significação ao que se ouve. O fundamental na estratégia é conferir à comunicação mecanismos capazes de contribuir na construção de processos de interatividade através de um novo modo de pensar, trabalhando os aspectos simbólicos, materiais e afectivos (Massoni, 2007, 2008).

A capacidade comunicativa nestes lugares vai tomando o ambiente desprovido de capacidades capazes de transformar, mesmo se considerarmos ao uso massivo dos meios de comunicação como as rádios comunitárias. É a meio a essas razões que os líderes locais incentivam ao acesso do meio radiofónico uma vez que “é o meio de comunicação mais próximo onde tem muitos programas em várias línguas” (Líder comunitário de Moamba), para além de ser abrangente.

Por reconhecer-se sua capacidade de transmitir informação entende-se que “gostaríamos de ter rádio para que possamos ouvir em todas estações, ouvir aqui e lá. Porque devemos ouvir assuntos sobre o nosso país” (líder comunitária de Mulembja, Manhica). Isto porque, por outro lado, “através da rádio temos captado o essencial da informação sobre diferentes pontos e repassamo-nos entre nós” (Líder comunitária de Mwachukeni, Manhica, em entrevista).

Apesar da abrangência do meio rádio, maior parte dos líderes não usa este meio, dando prioridade ao sistema de telefonia móvel, considerada mais eficaz por responder a casos de emergência. Já, olhando para a comunidade, é possível considerar que maior parte (INE, 2019) não dispõe deste meio. Ora, o meio rádio, mesmo não sendo o de maior preferência nas residências, nos locais de trabalho e, em particular, nas machambas, dá-se maior preferência pela sua simplicidade de porte.

Neste contexto, analisa-se, de acordo com Schramm (1976) que as informações nas comunidades rurais caem em função das distâncias em relação às cidades. Ora, a falta da técnica e do conhecimento científico nestes lugares acaba condicionando a que a única estratégia disponível, através da oralidade, seja vista sustentável, pois a comunidade “sente-se bem quando o pessoal da saúde procede

desta forma, ensinando a comunidade” (líder comunitária de Mulembja, Manhica). Ora, uma das constatações é que, pese embora os níveis de informação decaiam nas zonas rurais, foi notório o papel das RC na disseminação de informações de utilidade pública o que determinou a que nestes lugares os níveis de contaminação fossem sustentáveis aos serviços distritais de saúde.

O dia-a-dia e a sustentabilidade das rádios

No contexto da sustentabilidade das RCs, a de Moamba, no distrito com mesmo nome, estando na gestão do Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição governamental, beneficia-se de financiamento proveniente do orçamento do Estado. Por seu turno, a sustentabilidade das RCs de Nkomati, no distrito da Manhica e da Voz Coop, no distrito municipal Ka Mubukwana, tem uma gestão privada, a FORCOM e a Igreja Católica através da União Geral das Cooperativas (UGC). Assim, a fraca capacidade financeira influencia a **ação organizacional** dos meios, condicionando a forma de trabalho, especialmente na consciencialização comunitária sobre a Covid-19.

Em Nguenha (2015), a sustentabilidade das RCs em Moçambique é vista como a que impera a atuação das rádios, pois, a falta de verba limita a condição de trabalho, tendo sido percebido, neste caso, as dificuldades dos meios em fazerem abordagem geral sobre a pandemia da Covid-19. Ora, há uma ideia segundo a qual as RCs são da comunidade e que trabalham para a comunidade e não esperam gerar lucro. Portanto, servir a comunidade não significa necessariamente não gerar recursos como forma de criar condições para continuar a manter a rádio (Saul, em entrevista 2020, como citado em Nguenha, 2022).

A capacidade financeira destes meios, pelas características que apresentam e, por outro lado, os ambientes em volta onde elas se encontram, tornam-se em desafios, pois, a situação socioeconómica dificulta a que elas possam ter maior espaço de manobra na solução dos seus problemas, incluído e, de forma particular, a criação de debates sobre Covid-19. Estes lugares, sendo distintos e assimétricos pela sua dinâmica socioeconómica, de acordo com Árabe (2003), condicionam um desenvolvimento desigual, o que nos remete à ideia de espaços vazios e pobres onde a falta de condições para desenvolver os mecanismos de produção de informação se torna minado, diminuindo a capacidade dos meios em abordar sobre a Covid-19 de forma contínua.

A programação nas RCs é feita para responder a diversas necessidades da comunidade que, caracterizando-se por serem comunidades rurais, em particular, Moamba e Manhiça, buscam equipar as pessoas por uma infinidade de informação capaz de construí-las socialmente, fortificando, por outro lado, os laços sociais.

Nestes meios de comunicação, assumindo-se comunitários, trabalham de forma aberta de modo a dar voz aos sem voz, conforme pode-se perceber em Augustin (2013), trazendo inclusão (Nguenha, 2022). Ora, dois mecanismos de interação foram identificados: o primeiro tem que ver com a abertura de linhas telefónicas em programas ao vivo, porém, nota-se fraco se comparado com o segundo, que são as emissões especiais nas comunidades onde “notamos maior interação porque estamos em contacto direto com a população e eles se sentem mais aconchegados”

(Coordenador da RC Nkomate, em entrevista). E, por outro lado, o mais importante seria fazer com que os programas durem “pouco tempo. Mas aquele pouco tempo retém o ouvinte... Trazer todo tipo de fontes possíveis para esclarecer” (Jornalista 2, Voz Coop, em entrevista).

A razão de ser das estratégias de comunicação do governo é em função da necessidade de se criar sinergias nas comunidades de modo que possam saber distinguir os problemas de saúde pública e não só. Por isso considera-se fundamental a estratégia de comunicação visando influenciar a mudança de comportamento.

Acesso à informação e medidas de prevenção

As medidas de prevenção do governo trouxeram impactos significativos pela forma como foram sendo passadas pelos líderes locais e não só, podendo, estas, serem em forma de notícia, reuniões, palestras, entre outras, o que fez com que as pessoas percebessem a necessidade de tomar medidas corretas. Pois, a repetição das mensagens pelos meios comunitários apoia as lideranças na garantia do cumprimento dos objectivos pretendidos. É neste contexto que se avalia de forma positiva a receptividade das informações do governo na medida em que “até ao ponto de eu conhecer as medidas de prevenção é graças a eles, depois eu repasso à comunidade” (Líder comunitária de Mwachukeni, Manhiça).

Portanto, nas três comunidades, Manhiça, Moamba e Bagamoio, foi possível avaliar os impactos

da COVID-19. Porém, a existência de muitas culturas, a exemplo de Moamba e, no geral, a província de Maputo como um todo, por se observar pessoas provenientes de outras províncias e países vizinhos, criam-se condições para que as diferenças de comportamento perante a COVID-19 e outras situações adversas condicionem a percepção das mensagens partilhadas bem como a estratégia implementada, o que aventa a possibilidade do aparecimento de um mal-estar social, mesmo sendo considerado em pequenas dimensões.

Assim, é premente que as rádios trabalhem em parceria com outras instituições, tanto públicos assim como privados a nível local de modo a trazerem uma diversidade de informação. Em concomitância com os casos da coronavírus, considerada uma das gripes que tem vindo a preocupar todo o mundo nos últimos dias e, a malária, em particular, em Moçambique, os meios de comunicação têm vindo a empreender maiores esforços como estratégias de sua mitigação.

Apesar dos esforços do governo e das RCs na prevenção de novos casos de contaminação, ainda era possível encontrar casos de negligência onde as comunidades ignoravam as medidas de segurança, como o caso do uso da máscara influenciado pela introdução da vacina, considerada a medida mais segura de todas. É importante sublinhar, por outro lado, que as fontes de informação no início da pandemia por vezes não respondiam aos convites dos jornalistas para abordarem sobre os casos da contaminação, o que influenciou na subida de casos.

O contributo das RCs nos distritos é

considerado positivo, condicionando o **acesso à informação**, sobretudo nas comunidades rurais onde os servidores públicos acham que partilhar informação com os demais é prestar favores e que na maior parte das vezes pensa-se que a informação não é necessária nestes lugares (Ngunha, 2008, 2013). Com os programas de rádio a nível dos distritos, particularmente em Moamba e Manhica, os jornalistas contribuíram, através dos meios de comunicação comunitários, no acesso à informação de nível local.

Cada meio procura produzir seus programas para responder aos problemas identificados na sua comunidade partilhando informação à comunidade, para todas as faixas etárias através da educação, influenciando na capacidade de tomada de decisões de forma sábia. Assim, no contexto comunitário as rádios devem ser vistas como parceiras no processo de educação, considerado por Bolaño (2008) e Schramm (1976) como ideológicos, daí a necessidade de falar sobre diferentes assuntos usando a linguagem da comunidade. Pois, este meio cria debate de ideias e faz com que se reflitam, não só na própria comunidade, mas também aos responsáveis pela administração pública, estabelecendo uma ligação entre diferentes indivíduos e as lideranças no sentido de condicionar a um bem-estar social da comunidade, tornando-a sustentável (Jane, 2004). As fontes de informação têm sido o centro para a materialização de programas relevantes, particularmente nas medidas de prevenção.

De forma global, nos três pontos foi possível perceber que cerca de 30% dos entrevistados (de acordo com o global dos entrevistados num total de cerca de

30 membros da comunidade sem contar com médicos, líderes e jornalistas) não aceita nenhum mecanismo de prevenção, nem pela lavagem das mãos, nem pelo distanciamento e, muito menos ao uso da máscara protetora. Um dos argumentos assinalados é que a doença é vista como passageira (por cerca de 32%?) daí não acreditarem nos resultados das medidas adoptadas como eficazes na prevenção. Uma das formas de pensar sobre a propagação da doença é que “eu disse ah esta doença aqui não vai chegar ou se chegar não será com mesmo fluxo... Foi uma grande ignorância porque eu não pensei que podia chegar, mas chegou de verdade e estar a matar muitas pessoas” (Ouvinte 5, de Bagamoio, em entrevista).

Reflexões conclusivas

O movimento das rádios comunitárias é uma temática que vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões sobre mudança social e de comportamento. As razões estão nas características deste meio de comunicação, as quais, para Peruzzo (2006), favorecem a democratização da comunicação; é despidido de fins lucrativos e com uma programação vinculada aos interesses da comunidade onde está inserida valorizando, por seu turno, a cultura local e comprometida com a cidadania no conjunto de sua programação e, não somente, como também em atividades específicas

Buscando compreender o papel da comunicação comunitária moçambicana na cobertura de casos da COVID-19, a pesquisa mostrou que os meios de comunicação de massa nas comunidades rurais da Manhiça, Moamba e Bagamoio têm servido de elo com as respectivas comunidades, o que determinou resultados positivos no combate à pandemia. Nestes lugares foi evidente a existência de diferentes *status* entre famílias daí as diferentes preferências no acesso

à informação tendo sido evidente ainda as diferenças em termos de capacidade de influenciar na mudança, sendo a comunicação alternativa a mais capacitada por dar respostas de nível local.

A questão sanitária a nível das escolas, hospitais, mercados, entre outros lugares de maior concentração nos distritos em análise foram identificados mormente lugares que não respondem às exigências impostas pelo *novo normal* e continuam longe de influenciar a mudança de comportamento. Portanto, é a meio a esta lógica que se percebem as razões pelas quais a comunidade não se mostrar aberta para a mudança, particularmente por não seguir conforme as medidas de prevenção contra a COVID-19 estabelecidos pelo governo.

Outrossim, os níveis do saneamento do meio nestes três pontos, como requisito básico para o cumprimento do objetivo do governo em minimizar os níveis de contaminação são comprometidos. Portanto, Moamba, Manhiça e Ka'Mbukwana (Bagamoio) são lugares que se caracterizam pela escassez de serviços bem como lugares onde o controle sanitário escapa às capacidades governamentais, daí o conjunto dos serviços de saúde disponibilizados não responderem a contextos comunitários. Isto é, os argumentos de Schramm (1976) segundo os quais os níveis de circulação de informação vão decrescendo quanto mais se caminha em direção às zonas periféricas podem ser usados para justificar os serviços, não só de informação, mas também os de saúde que também decrescem quanto mais se avança em direção à periferia.

As lideranças, servindo de elo entre a comunidade e o governo, mostraram-se pertinentes na difusão de informação sobre a prevenção da COVID-19 fazendo com que esta desça a partir do topo até à base por meio de encontros e reuniões. Neste contexto, os meios de comunicação comunitários,

no caso da Voz Coop (Bagamoio), N'Komati (Manhiça) e Moamba, em cooperação com o Governo e líderes locais, mediatizaram sobre a pandemia tendo sido uma estratégia significativa na difusão de mensagens que ajudaram na influência para a mudança de atitudes e do comportamento das comunidades, resultando positivo na mitigação bem como na prevenção da COVID-19, podendo-se considerar ser uma estratégia sustentável.

É fundamental considerar que entre os líderes comunitários a informação circula de forma informal, podendo ser por mensagens telefónicas ou porta-a-porta que, sendo lenta e manipulável, coloca em dúvida a sua aplicabilidade se não for combina com outras estratégias mais eficazes para influenciar na mudança de comportamento.

A circulação de informação, considerada desde já uma estratégia eficaz tratando-se de um público identificado e cujo comportamento tende a ser igual, se considerarmos os contextos dos líderes, torna-se fundamental na partilha e circulação de informação, pois é transmitida para atingir indivíduos do mesmo nível em termos de necessidades informacionais. Porém, a informação é um bem sensível e que se mede pela responsabilidade a que as lideranças assumem sobre ela, daí chamar-se maior atenção ao uso dos meios para dinamizar os fluxos de mensagens a nível das comunidades, como forma de diminuir a manipulação das mensagens que circulam de forma oral, respeitando os valores e normas sociais que, de forma particular, vão ser fundamentais no combate à COVID-19.

Referências Bibliográficas

ALVES, A. M. V. 2005. *As rádios comunitárias em Moçambique*, estudos de caso. Porto: FLUP- Dissertação de mestrado;

ÁRABE, C. H.G. (2003). Centro e periferia, cinquenta anos depois. *Revista Plural*, Sociologia. USP. S. Paulo, n. 10, p 181-195. Disponível em: www.revistas.usp.br/plural/article Acesso: 24 Jun. 2020;

AUGUSTIN, K. N'da K. (2013). *Da Rádio analógica à Rádio digital: quais as perspectivas para a África Ocidental Francesa?* Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35948/1/Da%20radio%20analogica%20a%20radio%20digital.pdf> Acesso: 24 de Janeiro de 2019;

BANERJEE, S. 2020. *Espaços comunitários na Índia: construindo solidariedade em tempo de pandemia*. In. BINGEL, B. e PLEYERS, G (Eds). *et. al.* 2020. *Alerta Global: políticas, movimentos sociais e futuros em disputas em tempos da pandemia*, Buenos Aires: CLACSO, ALAS;

BOLAÑO, C. *at al.* (2008). *Comunicação, Educação, Economia e Sociedade no Brasil – desenvolvimento histórico, estrutura atual e os desafios do século XXI*. SP: UFS Ed;

BINGEL, B. e PLEYERS, G. (Eds). *et. al.* 2020. *Alerta Global: políticas, movimentos sociais e futuros em disputas em tempos da pandemia*, Buenos Aires: CLACSO, ALAS;

BRINGE, A. C. (2013). La comunicación el cambio social: nos acerca o nos aleja? *in* POZZO, A. O. *et al.* (2013). *Comunicación y desarrollo*. 1a ed. Buenos Aires. La Crujía;

- BUSSOTTI, L. e ADRIANA, N. (Orgs.). 2009. *Rádios comunitárias, desenvolvimento distrital e participação das mulheres: Novas práticas de cidadania*, Maputo: CIEDIMA;
- CASSEY, A., ALI, S., MARRUFO, T. e JOSSEFA, M. V. 2021. Epidemiologia da COVID-19 no mundo e no Continente africano. In Observatório Nacional de Saúde (ONS). 2021. COVID-19 em Moçambique. Relatório do primeiro ano 2020-2021. Maputo;
- CUETEIA, E. D. Q., 2008. O impacto dos corredores de desenvolvimento na economia moçambicana, 1996 a 2006, o caso do corredor de Maputo. Trabalho de licenciatura em Economia. UEM. Maputo;
- Decreto Presidencial nº11/2020 de 30 de Março. Boletim da República. 2020. Publicação Oficial da República de Moçambique;
- DHAR, S. & BOSE, I. 2022. Victim crisis communication strategy on digital media: A study of the COVID-19 pandemic. Journal Elsevier. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2022.113830>;
- DINIS, C. 2020. *Actualização sobre covid-19: Relatório nº3*, Maputo: ONU;
- GIL, A. C. 2008. *Métodos e técnicas de pesquisa social*, 6a.edição, São Paulo: Atlas editora;
- Instituto Nacional de Estatística [INE], (2019). *IV recenseamento geral da população e habitação – resultados definitivos*. Maputo-Moçambique. Disponível em <http://www.ine.gov.mz> Acesso: 17 de Junho de 2020;
- JANE, T. J. 2013. *A contribuição das rádios comunitárias na educação para a cidadania em Moçambique*, In. HOHLFELDT, António e Maria Inês Amarante (Orgs.). 2013. *África: Múltiplos olhares sobre a comunicação*. São Paulo: INTERCOM;
2006. *Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para desenvolvimento local em Moçambique*, São Paulo: UMSP- Tese de Doutoramento;
- KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C. e MEDEIROS, C. H. 2010, *Metodologia da Pesquisa: um guia pratico*, Editora Via Litterarum, Itabuna/Bahia, Brasil;
- LIMA, A. J. de 2004. A Pobreza urbana e as suas múltiplas faces: experiências e significados. VIII Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais. Disponível em <https://www.ces.uc.pt.lab2004/pdfs/>;
- LIMA, I. O. de. 2010. *Rádio comunitária, género e capital social: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata - Amunam*. Dissertação do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6082/2/lvanice%20Oliveira%20de%20Lima.pdf> Acesso: 22 de Fevereiro de 2019;
- MEFALOPULOS, P. 2008. Development Communication Sourcebook: broadening the boundaries of Communication, Vol 1. Washington. USA;
- MACAMO, E. 2020. *Paradoxo de perturbação: África e Coronavírus*. In. BINGEL, B. e PLEYERS, G. (Eds). et. al. 2020. *Alerta Global: políticas, movimentos sociais e futuros em disputas em tempos da pandemia*, Buenos Aires: CLACSO, ALAS;

MANJATE, J. L. S. 2020. *Conhecimentos, atitudes e práticas dos funcionários públicos de Moçambique em relação a prevenção da covid-19*, Maputo: MEDH, ISCS, UEM;

MASSONI, S. H. (2007). Estrategias: Los desafios de la comunicaci3n em um mundo fluido. Ros3rio: Homo Sapiens Ediciones. Dispon3vel em http://aulavirtual.agro.unlp.edu.ar/pluginfile.php/34315/mod_resource/content/1/Modelo_comunicacion_estrategica_Sandra_Massoni.pdf Acesso: 22 de Julho de 2019;

(2008). *Os desafios da comunica3o em um mundo fluido*. FISEC-Estrat3gias - A3o IV, N3mero 10. Pp. 45- 56 <http://www.fisec-estrategias.com.ar/>. Acesso: 17/07/2019;

MAY, T. 2004. Pesquisa Social: quest3es, m3todos e processos; (3ª ed). Artmed, SP;

MISAU. 2020. *Plano da prepara3o ao surto de novo coronav3rus (Covid-19)*, Maputo;

MKAIMA, R. F. da C. 2011. *As r3dios comunit3ria em Moçambique: contributo para uma an3lise*, Lisboa: Instituto Universit3rio de Lisboa- Disserta3o de Mestrado, pp.67;

NETTO, J. T. C. (1980). Semi3tica, Informa3o e Comunica3o. SP: Perspectiva.

NGUENHA, F. P. M. (2008). Fluxo de informa3o extra institucional – o caso da Vis3o Mundial. Maputo: UEM. Monografia apresentada em defesa p3blica para obten3o do grau de licenciatura em Jornalismo pela Escola

de Comunica3o e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo;

NGUENHA, F.P.M. (2013). Comunica3o para o desenvolvimento sustent3vel, o caso da vila do mil3nio de Chibuto. Disserta3o do mestrado Apresentada no Instituto Superior de Ci3ncia e Tecnologia de Moçambique [ISCTEM]. Maputo;

NGUENHA, F. P. M. (2015). Comunica3o para o desenvolvimento sustent3vel em Moçambique: caso da vila do desenvolvimento do mil3nio de Chibuto. CEC. Maputo;

(2022). Comunica3o para o desenvolvimento sustent3vel em Moçambique: uma an3lise das estrat3gias de comunica3o das vilas do desenvolvimento do mil3nio de Chibuto, Chitima e Itoculo – 1964 a 2020. Tese de doutorado. Barcelona. Espanha;

PAULA, P. M. (2009). *R3dios comunit3rias por uma democracia activam: dois estudos de caso*: Guin3-Bissau e Moçambique, ISCTE-IUL, Lisboa;

PERUZZO, C. M. K. (2006). *Revisitando os Conceitos de Comunica3o Popular, Alternativa e Comunit3ria*. XXIX Congresso Brasileiro de Ci3ncias da Comunica3o, Bras3lia-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf> Acesso: 22 de Fevereiro de 2019;

SEM3-BALTAZAR, C., CASSEY, A. y GUDO, E. S. 2021. A COVID-19 em Moçambique. *In* Observat3rio Nacional de Sa3de (ONS). (2021). COVID-19 em Moçambique.

Relatório do primeiro ano 2020-2021. Maputo;

SCHRAMM, W. (1976). Comunicação de massa e desenvolvimento, RJ: Blosh Ed;

SCHULER at al., M. (2004). Comunicação estratégica, (1ª ed). RJ;

SOUSA, J. P. 2006. Elementos de teorias e pesquisa da comunicação e dos média. 2ª Ed., Porto;

TAYLOR, S. J. y BOGDAN, R. (1994), *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*, 2da ed., Ediciones Paidós, Barcelona;

TRAQUINA, N. (2001). **O estudo do Jornalismo no século XX, Brasil:** Editora Unisinos;

TRIVIÑOS, A. N. (2007). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - a Pesquisa qualitativa em educação: O Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo. (1ª ed). SP: Atlas;

UNICEF. 2020. impactos da covid-19 nas crianças em Moçambique, Maputo;

VICENTE, M. M. (2009). História e Comunicação na ordem internacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; disponível em <https://books.scielo.org> Acesso a 20 de Março de 2020;

VIGIL, J. G. L. (2005). *Manual urgente para radialistas apasionados*. Lima, Inti Barrientos;

YIN, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. (2ª ed). Porto Alegre:]Bookman;

WEBER, M. (1973). Metodologia das ciências sociais. (2ª ed.) parte 2. SP: Cortez;

WOLF, M., 2010. teorias de comunicação de massa, Tradução de Karina Jannini, São Paulo: Martins Fontes;



138

DESAFIOS DA
COMUNICAÇÃO
E INFORMAÇÃO EM
TEMPOS DIGITAIS



Desinformação, fake news e pós-verdade: os desafios informacionais e comunicacionais da sociedade contemporânea

Carlos Alberto Ávila Araújo

Resumo

O objectivo deste texto é apresentar uma categorização conceitual sobre as dinâmicas contemporâneas de produção, circulação e apropriação da informação – dinâmicas estas marcadas por significativa presença de informações total ou parcialmente falsas, distorcidas ou descontextualizadas. Num primeiro momento, busca-se caracterizar as dimensões desse fenómeno. A seguir, toma-se como referência o conceito de sistemas peritos, desenvolvido por Anthony Giddens, aproximado ao campo da informação por meio do conceito de autoridades cognitivas desenvolvido por vários autores, entre os quais Linda Zagzebski. Com base nesse referencial, são distinguidos três tipos de relações com a questão das informações falsas: (i) os termos que se referem a fenómenos nos quais as instituições modernas de autoridade epistêmica são reconhecidas e

distorcidas, como as *fake news* e a *fake science*; (ii) os que se referem a fenómenos de deslegitimação das instituições modernas de autoridades epistêmicas, tais como os testemunhais falsos, as teorias da conspiração e os discursos de ódio; e (iii) os que se relacionam com o contexto em que tais fenómenos ocorrem, como a desinformação, a infodemia e a pós-verdade. Essa categorização é tensionada a partir do conceito de integridade da informação. Ao final, destaca-se a importância de se ter clareza quanto ao quadro conceitual relacionado com tais fenómenos como condição para o efetivo combate de seus efeitos nocivos.

Palavras-chave: Desinformação; Fake news; Pós-verdade; Infodemia; Integridade da informação.

INTRODUÇÃO

Este texto é uma versão modificada da conferência realizada no âmbito da I Conferência de Comunicação e Informação, realizada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, em Dezembro de 2023. O evento teve como tema os “Desafios da comunicação e da informação em tempos digitais” e foi promovido pela ACICOM, Associação Moçambicana de Ciências da Comunicação e da Informação. Na ocasião, foi proferida a conferência “Desinformação, *fake news* e pós-verdade”, a partir da qual foi gerado este texto.

Os termos “desinformação”, “*fake news*” e “pós-verdade” vêm sendo muito utilizados, nos últimos anos, para descrever as dinâmicas de produção, circulação e uso da informação na sociedade contemporânea. Junto com eles, outros, como infodemia, discursos de ódio, teorias da conspiração e *fake science* também vêm sendo utilizados. A presença deles tem sido verificada nos vários ambientes e dimensões da vida humana - na ciência, na educação, na saúde, na política, na cultura, na religião, e até mesmo na vida cotidiana. Contudo, nota-se que muitas vezes há uma imprecisão conceitual no uso destes termos, que algumas vezes são usados como sinônimos. Outras vezes, a delimitação do que representa um conceito, em relação aos demais, não fica clara. Dessa forma, o problema que orientou a formulação deste texto é a questão da especificidade dos vários conceitos e termos utilizados para descrever o cenário informacional contemporâneo e a necessidade de se consolidar uma precisão conceitual deles. Para tanto, foi desenvolvida uma reflexão de natureza teórica na qual, a partir de um quadro analítico específico (o conceito

de sistemas peritos e sua expressão no campo da informação, a noção de autoridades cognitivas), os vários termos mencionados acima são agrupados. Buscou-se, a seguir, discutir esses resultados com o conceito de integridade da informação, que vem sendo muito destacado em documentos recentes de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e o G20.

O método utilizado neste texto consiste na revisão de literatura, que contemplou trabalhos científicos oriundos de diferentes disciplinas científicas e documentos institucionais internacionais, e uma análise epistemológica e conceitual deste material. Acredita-se que a delimitação e a precisão dos conceitos relacionados com as dinâmicas informacionais e comunicacionais da sociedade contemporânea é fundamental para a construção de ações e estratégias para combater os efeitos nocivos das informações falsas.

1. A emergência e as dimensões do tema

Antes de iniciar a discussão proposta, é preciso contextualizar a maneira como se deu a emergência do tema. A produção e a circulação de informações falsas não são exatamente uma novidade na história humana. Mentiras, boatos, rumores, enganações e falsificações sempre existiram, sempre estiveram presentes nas mais diferentes formações sociais, de diversas épocas. Mas há algo novo, há uma realidade diferente nos últimos anos. Esse algo novo tem motivado o uso de diferentes expressões para caracterizar o momento contemporâneo, tais como “o grande retrocesso” (GEISELBERGER, 2017), “era

do ressentimento" (FUKUYAMA, 2018), "sociedade do controle" (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018), "mundo Orwell" (GÓMEZ DE ÁGREDA, 2019), "sociedade do desconhecimento" (SERRANO OCEJA, 2019), "era pós-democrática" (CASARA, 2019) e, finalmente, "era da desinformação" (O'CONNOR; WEATHERALL, 2019; SCHNEIDER, 2022).

Essas expressões contrastam com as que eram utilizadas há cerca de cinco décadas para descrever o cenário informacional global. Nas décadas de 1960 e 1970, foram produzidos vários livros e artigos científicos a respeito da chamada "sociedade da informação" ou mesmo "sociedade do conhecimento" (MATTELART, 2002; 2003). Havia naquele momento uma esperança, e uma promessa, de grandes avanços para a humanidade, em suas várias dimensões (na política, na economia, no trabalho, nos direitos humanos), por meio de um maior acesso à informação, possibilitada pelos desenvolvimentos tecnológicos. Passaram-se as décadas. Houve, efetivamente, um grande avanço tecnológico no campo da informação, com a criação dos microcomputadores, da internet, dos motores de busca, das redes sociais, dos *smart phones*, entre outros, que proporcionaram grande acesso à informação. Contudo, a promessa de uma sociedade mais racional, democrática e inclusiva não se cumpriu.

Nos últimos anos, movimentos como o terraplanismo e a negação das mudanças climáticas da Terra ganharam força. No plano político, a vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados

Unidos em 2016, e a aprovação do *Brexit*, também em 2016, tornaram-se verdadeiros paradigmas de como as pessoas podem tomar decisão sobre o voto baseadas em informações falsas. Alguns anos depois, durante a pandemia da Covid-19, parcelas significativas da população de vários países duvidaram da existência do vírus, dos números de mortos, da importância das medidas de isolamento, da necessidade do uso de máscara, e até mesmo da validade das vacinas. As plataformas digitais, que surgiram como uma grande promessa de maior acesso à informação e maior potencial de participação e diálogo, acabaram também se tornando espaço de propagação de ódio e extremismo, de ataques à democracia, de negação do conhecimento científico e ataque às instituições (LOVELUCK, 2018; PRADO, 2022). Ao mesmo tempo, as pessoas comuns, no decurso de suas atividades cotidianas, colaboram com tais fenômenos de desinformação compartilhando conteúdos falsos, deixando de checar as informações, apropriando-se de conteúdos enganosos e utilizando-os para a tomada de decisões e condução de suas ações (KIRSCH; DILLEY, 2015; KEYES, 2018; ARGEMÍ, 2019; D'ÁVILA, 2021).

Esses factos, e muitos outros ocorridos em vários países, têm motivado pesquisadores de diferentes áreas (como a ciência política, a ciência da computação, a antropologia, o direito, a ciência da informação, entre outras) a estudarem o que tem ocorrido nas dinâmicas comunicacionais e informacionais das sociedades contemporâneas. Em tais estudos, tem ficado cada vez mais claro que as questões da desinformação, das *fake news* e

da pós-verdade possuem diferentes dimensões. Em Araújo (2024) há uma sistematização dessas dimensões construída a partir da produção científica sobre desinformação, utilizando-se um quadro de referência elaborado sobre a sistematização de Burrell e Morgan (1979) sobre as ciências sociais.

Burrell e Morgan (1979) organizam as ciências sociais a partir de duas dicotomias: os estudos que analisam a realidade social como tendo existência nela mesma, em suas regularidades, em oposição aos que a veem como construída pelos sujeitos; e os estudos que veem a vida social como uma integração de partes exercendo determinadas funções, em oposição aos que a veem como produto do conflito entre classes e grupos com interesses antagônicos. Destas duas oposições eles derivam um modelo que identifica quatro modos de se estudar a vida social: o funcionalista, o interpretativo, o estruturalista e o humanista. A partir desse quadro, Araújo (2024) identificou diferentes questões a respeito da desinformação estudadas em trabalhos científicos de várias áreas, e os agrupou conforme as quatro perspectivas de Burrell e Morgan.

Dessa forma, puderam ser identificados estudos que entendem a desinformação como disfunções das sociedades contemporâneas, dentro de um quadro de desordem informacional ou de infodemia. Assim, estudos sobre os tipos de desinformação, sobre a perda da confiança nas autoridades cognitivas, sobre a necessidade de fortalecimento dessas autoridades e letramento sobre seu modo de funcionamento, bem como estratégias

de responsabilização e criminalização em relação a quem produz e difunde desinformação se enquadram em uma perspectiva funcionalista.

Já estudos que buscam compreender por que as pessoas acreditam nas informações falsas, que critérios utilizam para escolher acessar e se apropriar de determinados canais, fontes e conteúdos, e como decidem valorizar e compartilhar certas informações se enquadram em uma perspectiva compreensiva. Estão nessa abordagem pesquisas sobre os vieses cognitivos dos usuários, sobre valores que incidem sobre os usuários (rejeição aos especialistas, desdém pela verdade), sobre os processos de fixação das crenças e sobre a ilusão de que determinados processos ocorrem sem mediação da informação.

Já em uma perspectiva estrutural ou marxista, se agrupam estudos que buscam ver a dimensão ideológica da desinformação, isto é, os usos que são feitos dos conteúdos (falsos ou manipulados) para sustentar determinados interesses e relações de poder. Nessa linha estão aquelas pesquisas sobre o modelo de negócio das **big techs** (a economia política das plataformas digitais), o capitalismo de vigilância, a promoção comercial do negacionismo científico, a promoção do ódio para mobilização política de grupos e o alinhamento de grupos políticos extremistas e populistas às práticas de desinformação.

Por fim, na perspectiva humanista, estão os estudos voltados à compreensão de como os sujeitos se posicionam em relação às dinâmicas da

desinformação e seu caráter ideológico, as competências maiores ou menores dos sujeitos para identificar os atores, seus interesses e os mecanismos das plataformas digitais, em condições que variam da alienação à emancipação. Uma síntese dessa sistematização é apresentada a seguir, no quadro 1.

Quadro 1: As quatro dimensões da desinformação

FUNCIONALISTA/ SISTÊMICA	INTERPRETATIVA/ CONSTRUCIONISTA
Infodemia/desordem informacional Fortalecimento das instituições Tipologia da desinformação Responsabilização Competência em informação	Vieses cognitivos Cultura da pós-verdade Culto do amadorismo Fixação da crença Desintermediação da informação
ESTRUTURAL/MARXISTA	HUMANISTA/ EMANCIPATÓRIA
Modelo de negócios Capitalismo de vigilância Negacionismo Populismo Economia do ódio	Condições de alienação Emancipatório Competência crítica em informação Justiça epistêmica Participação na democracia

Fonte: adaptado de Araújo (2024)

Nos estudos que compõem esse quadro de quatro dimensões, verifica-se o uso de termos distintos como infodemia, *fake science*, discurso de ódio, negacionismo, entre outros para a descrição dos fenômenos pesquisados. Assim, o objetivo deste texto é apresentar uma categorização destes termos, utilizando como ponto de referência

as noções de “sistemas peritos” e “autoridades epistêmicas”. Tais fenômenos podem ser divididos conforme actuam em relação à confiança depositada nas autoridades cognitivas: buscando aproximar-se à sua legitimidade, buscando destruí-la ou fornecendo um cenário para seu questionamento. Pretende-se, com isso, promover um quadro de compreensão da complexidade dos fenômenos da desinformação, das *fake news* e da pós-verdade e, dessa forma, contribuir para o combate de seus efeitos nocivos.

2. Autoridades cognitivas e a questão da confiança

O ponto de partida da análise aqui proposta é a ampla compreensão sobre a modernidade realizada por Giddens (1991). Em sua análise de como deu-se a transição das sociedades pré-modernas para a modernidade, o autor identifica a ocorrência de vários fenômenos que alteraram, de maneira profunda, as várias dimensões da vida humana (a política, a economia, a cultura, a regulamentação, o trabalho). Esses fenômenos produziram um novo estilo de vida e organização social que emergiram na Europa, a partir do século XVII, e que depois tornaram-se mundiais em sua influência. Entre essas mudanças está o chamado “desencaixe dos sistemas sociais”, que alteraram as relações espaciais e temporais e inseriram na vida humana uma organização racionalizada. Giddens dedica-se a estudar esses mecanismos, que são de dois tipos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos. Ambos dependem fundamentalmente da confiança: ela é essencial para a constituição das instituições da modernidade.

Os sistemas peritos são definidos por Giddens como estruturas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos sistemas material e social em que vivemos. O autor traz, como exemplo, uma escada, que utilizamos com a certeza de que não cairemos, de que ela não se quebrará – ou seja, aceitamos o risco, porque acreditamos na perícia de quem a produziu. Os sistemas peritos actuam por todos os espaços e ambiências. Cada pessoa, ao longo da sua vida, depara-se com situações e problemas nos quais o seu próprio conhecimento é nulo ou rudimentar (por exemplo, a necessidade de realização de uma cirurgia, ou o conserto de um equipamento microeletrónico) e atribui, nessas situações, o protagonismo na resolução dos problemas a um outro actor profissional, dotado de reconhecido conhecimento naquela área. As actividades passam a ocorrer, assim, a despeito dos conhecimentos de cada uma das pessoas envolvidas.

Os sistemas peritos permitem que uma imensa gama de actividades humanas passem a ser desempenhadas com maior eficácia, eficiência, exatidão e produtividade, justamente porque são executadas por pessoas dotadas de treinamento, conhecimento prévio e formação específicas. Nos cuidados com o corpo, a moradia, a alimentação, o relacionamento humano, em todas as esferas da vida humana é possível ter-se uma acção mais racional e produtiva a partir de sua orientação por um profissional funcionalmente orientado e especializado. Isso deu-se, portanto, na medicina, na engenharia, na nutrição, na gastronomia, e em diversos outros campos. Deu-se, também, no campo informacional e comunicacional.

Assim, com o processo de consolidação da modernidade, foram consolidando-se também instituições responsáveis pela produção e circulação de conhecimento certificado: universidades, institutos de pesquisa, escolas, empresas jornalísticas, bibliotecas, arquivos, museus e outras. Cada uma delas possui determinados instrumentos e métodos para a produção, a conferência, a validação e a certificação dos conhecimentos produzidos ou postos em circulação. Mas todas elas passaram a ser entendidas, então, como autoridades cognitivas ou autoridades epistêmicas (WILSON, 1983; RIEH, 2010; ZAGZEBSKI, 2012; FROEHLICH, 2019, GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2022).

Giddens destaca que o elemento fundamental para o funcionamento dos sistemas peritos é a questão da confiança que os sujeitos depositam neles. E esta confiança constrói-se de maneira racional, por meio de mecanismos de controle, formação universitária, códigos de ética, definição de protocolos e transparência, entre outros fatores. O mesmo vale para as autoridades epistêmicas.

É importante ressaltar, contudo, que a actualização de conhecimentos peritos não é uma criação da modernidade. Antes das sociedades modernas, existiram corporações de ofício, de artesãos, saberes especializados, até mesmo universidades. A novidade trazida pela modernidade foi a complexa estrutura de validação e certificação destes sistemas peritos, por meio de cursos de formação profissional, conselhos de fiscalização, legislação de regulamentação, entre outras, que constituem exatamente os elementos que garantem a

confiança. O conceito de sistemas peritos, e a existência ou não de confiança neles, será usada no tópico seguinte para a caracterização dos diferentes fenômenos relacionados com a desinformação.

3. A rede conceitual

Entre os diversos termos utilizados para caracterizar o momento informacional contemporâneo é possível distinguir três tipos de relações com a questão das informações falsas: (i) os termos que se referem a fenômenos nos quais as instituições modernas de autoridade epistêmica são reconhecidas e distorcidas; (ii) os que se referem a fenômenos de deslegitimação das instituições modernas de autoridades epistêmicas; e (iii) os que se relacionam com o contexto em que tais fenômenos ocorrem.

O primeiro tipo relaciona-se com práticas que reconhecem a legitimidade das instituições modernas de autoridades epistêmicas: o jornalismo e a ciência.

O primeiro conceito relevante nessa discussão é o de *fake news*. O termo tornou-se relevante no ano de 2016 (D'ANCONA, 2018), quando foi utilizado exaustivamente pelo candidato a presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para desqualificar e difamar os veículos de comunicação de massa quando estes apresentavam factos que o desfavoreciam. O termo foi usado exatamente para deslegitimar as instituições jornalísticas, questionando a sua confiabilidade. Há, pois, uma resistência ao uso desse termo, por parte de jornalistas e estudiosos da

comunicação, por considerarem que, se é falsa, então não é notícia – entendendo-se notícia como uma categoria jornalística. O uso abundante do termo, contudo, acabou por o consagrar como fundamental para a compreensão da nossa época.

Literalmente, *fake news* significam notícias falsas. O primeiro elemento de sua caracterização é sua falsidade: elas são produzidas com a intenção de mentir, de enganar, de distorcer ou esconder a verdade. O segundo elemento é que elas buscam ser apreendidas como notícias jornalísticas verdadeiras. Ou seja, as *fake news* são parte de uma estratégia que reconhece a legitimidade do discurso jornalístico, das instituições jornalísticas e, em lugar de questionar essa legitimidade, na verdade aproveitam-se delas para terem credibilidade. Não só do jornalismo, mas também das universidades, institutos públicas e privadas, da ciência – frequentemente as *fake news* apelam para “especialistas”, cientistas, professores, políticos, alguns falsos, outros com fala distorcida (MENEZES, 2022).

Fake news portanto são mentiras travestidas de jornalismo. Elas podem ter origem, por exemplo, em um *site* que copia, na aparência, as características de um *site* jornalístico; podem ter como nome ou endereço *web* ou mesmo nome de uma instituição já existente, com uma letra trocada; podem ser assinadas por pessoas que se apresentam como jornalistas sem serem, ou por pessoas com o nome quase idêntico ao de jornalistas ou colunistas reconhecidos e respeitados. O texto utiliza a estrutura típica do jornalismo – linguagem, entrevistas, apoio em avaliações de especialistas, imagens, entre outros.

É importante destacar o facto que, obviamente, não se quer dar a entender aqui que os meios de comunicação sempre dizem a verdade. Décadas de estudos científicos têm demonstrado como os veículos jornalísticos são empresas que atendem ou são suscetíveis a determinados interesses de grupos econômicos, políticos, militares, religiosos, etc. (PELLICER ALAPONT, 2017). Contudo, sempre foram instituições com sede, registro, funcionários contratados e, para a construção de sua credibilidade, nunca puderam inventar factos completamente falsos, sob pena de serem responsabilizados e desacreditados. Distorções de factos, enquadramentos favoráveis a um grupo ou desfavoráveis a outro, silêncio sobre fatos desabonadores de seus financiadores, escutar apenas um lado da questão, mistura de opinião em conteúdo informativo são algumas das várias estratégias para moldar ou distorcer a realidade conforme determinados interesses. A novidade trazida pelas *fake news* é a construção de um relato completamente falso, de uma notícia de um facto que nunca aconteceu, e sua apresentação nos moldes do discurso jornalísticos. A força das *fake news* reside na incapacidade (ou desinteresse, como será apontado a seguir) das pessoas em diferenciar um tipo de outro, atribuindo o mesmo grau de confiabilidade a conteúdos distintos apenas pela aparência do conteúdo informacional.

O outro conceito é o de *fake science*, associado ao fenómeno do negacionismo científico. Muitos estudos mostram que questionamentos à ciência existem há muito tempo e são provenientes tanto do senso comum, das autoridades constituídas nas práticas tradicionais, como também de líderes religiosos.

Mas o negacionismo como uma estratégia articulada tem, segundo historiadores, uma origem bem precisa: a metade do século XX, quando a ciência descobriu os vínculos entre o ato de fumar e o câncer (McINTYRE, 2018; WILBER, 2018). Uma vez estabelecida a verdade científica, a poderosa indústria do tabaco precisava garantir a sobrevivência de seu negócio. Grupos industriais do tabaco criaram uma fundação, começaram a financiar cientistas para dizerem que não era totalmente certo que o fumo causava câncer (porque, claro, não poderiam provar o contrário) e a disseminar a ideia de que qualquer debate sobre o tema, em universidades, escolas ou na mídia, deveria apresentar os dois “lados” da questão, isto é, o dos que têm certeza de que causa câncer, e dos que dizem que talvez cause. Isso foi conduzindo à ideia de haver dois lados da questão e, para o público leigo, consolidava-se a ideia de que havia os cientistas que diziam que causa câncer e os que diziam que não. Isso foi suficiente para semear a dúvida e garantir a continuidade dos negócios. Nas décadas seguintes, estratégias semelhantes foram criadas por grupos empresariais, industriais e políticos para promover ideias como, por exemplo, a de que o aquecimento global não existe, de que vacinas causam doenças e, até mesmo, de que a Terra é plana.

O cerne da questão do negacionismo científico, também contemplado pela noção de *fake science*, é que toda vez que a ciência descobre uma verdade que desagrade determinado grupo (país, empresa, religião, etc.), esse grupo mobiliza esforços para desacreditar a ciência e, inclusive, fortalece-se com a confluência de outros movimentos negacionistas (GOMES; ZAMORA, 2024).

Associado à *fake science* está a pseudociência,

que tenta vender ideias, produtos e serviços sem validade científica utilizando estratégias como a linguagem científica e a evocação de figuras de autoridade (MARÇAL, 2014). Diferentemente da *fake science*, quando um fato falso é apresentado como se fosse evidência científica, muitas vezes com o acompanhamento de ataques à ciência estabelecida, nos casos de pseudociência apela-se para uma ideia de ciência “alternativa”, que estaria desenvolvendo-se de maneira paralela à ciência institucional e ainda à espera da efetiva validação.

Paralelamente ao negacionismo científico, verifica-se, também, o negacionismo histórico. A negação da existência do holocausto é, certamente, o mais conhecido exemplo, mas há outros igualmente graves como a negação de torturas em regimes ditatoriais, ou de que não existiu corrupção em ditaduras, ou de que regimes que suprimem as liberdades individuais e implementam a política de tortura e morte de opositores políticos não foram ditaduras, entre muitos outros. Ambos, o negacionismo científico e o negacionismo histórico, beneficiam-se do fenômeno dos *clickbaits*, os caçadores de cliques (APARICI; GARCÍA-MARÍN, 2019). São grupos ou pessoas que percebem o potencial de visibilidade da produção de conteúdo negacionista e o fazem justamente para obterem visualizações e, com isso, recursos econômicos. Há muitas décadas, estudos sobre o sensacionalismo já evidenciam a grande popularidade que conteúdos enganosos podem alcançar, mas nos tempos actuais essa dimensão soma-se ao alto grau de sofisticação no uso desse recurso e seu vínculo com interesses políticos, econômicos ou religiosos.

O segundo tipo de fenômeno relacionado é aquele no qual acções são feitas para destruir a legitimidade das instituições modernas, por meio da destruição da confiança da qual elas dependem para actuar. Encaixam-se nessa caracterização os testemunhos falsos, as teorias conspiratórias e os discursos de ódio.

O primeiro fenômeno é o testemunhal falso. No espanhol, tem-se utilizado a expressão *cuñadismo* (ARGEMÍ, 2019) e, com algumas diferenças, no inglês o termo *bullshit* (FRANKFURT, 2019). Trata-se da velha fofoca, ou rumor, mas com uma sofisticação proporcionada pelos aparatos tecnológicos (filmagens e voz) que, ao contrário das *fake news*, constrói-se na oposição às instituições e autoridades cognitivas. Essa modalidade se sustenta na crença de que universidades, escolas, cientistas, veículos jornalísticos, organizações internacionais são todos manipuladores, doutrinadores, agentes conspiratórios, e que, portanto, não merecem credibilidade. Os testemunhos são produzidos por pessoas que se apresentam como pessoas “comuns”, que usam linguagem coloquial, erros gramaticais, filmagens amadoras, e que defendem essas características como uma virtude – o fato de serem simples, cotidianas, “assim como a pessoa que assiste” torna-se o critério de legitimidade, de credibilidade, em oposição às forças manipuladoras das instituições do chamado “sistema” (KIRSCH; DILLEY, 2015). A força do relato, o grau de emoção do autor ou apresentador, e a importância dos fatos apresentados (normalmente secretos, porque estão sendo escondidos justamente pelas instituições) agregam força narrativa a essa modalidade informativa. Alguns fatos estão diretamente relacionados

com a emergência dessa modalidade, como a chamada cultura do amadorismo (KEEN, 2008) e a falsa equivalência (McINTYRE, 2018).

As teorias conspiratórias constituem um segundo tipo de fenômeno, no qual se promove um suposto posicionamento crítico por parte das pessoas (a desconfiança de todas as instituições, governos, órgãos oficiais) em prol, contudo, da adesão a determinado líder que seria o grande “revelador” de conspirações (PROCTOR, 2008). A atitude conspiratória gera um elemento fundamental na postura de quem se torna adepto delas: é que não há possibilidade de um contraditório, de uma contra-argumentação baseada em evidências, pois a conspiração é sempre secreta, escondida, portanto, não necessita de evidências, de fundamentação em fatos, para que se acredite nela. A narrativa na qual se acredita importa mais do que os fatos (D’ANCONA, 2018).

O terceiro fenômeno é o discurso do ódio. Diferente dos dois primeiros, ele não busca ser factual. Ele não tem a intenção de apresentar um fato do mundo. É um fenômeno diferente dos demais apresentados neste texto, pois independe da questão da verdade. Ele se refere a intenções, desejos, necessidades e medos de determinado sujeito ou grupo de sujeitos – por exemplo, de que imigrantes voltem para os países deles, de que o feminismo desapareça e tudo volte a ser como antes, de que determinado grupo político seja exterminado (GREIFENEDER; JAFFÉ; NEWMAN; SCHWARZ, 2021; FUKUYAMA, 2019). Sua intenção, e nisso ele é complementar aos dois primeiros, é mobilizar as pessoas para agirem com a emoção e não com a razão - por

isso ele possui um papel importante na análise aqui empreendida. Mais especificamente, ele atua para provocar determinadas emoções (medo, ressentimento, ódio) de forma a proporcionar reações de agressividade, sobretudo em relação à discordância. O outro deixa de ser visto como adversário, portador de ideias ou pontos de vista distintos, e torna-se um inimigo a ser eliminado, e todo o objectivo dos espaços informacionais passa a ser vencer o outro (EMCKE, 2018). Nesta modalidade, os fatos mencionados podem ser verdadeiros ou não, mas a intenção é colocar as pessoas em estado de guerra – mas é justamente essa condição emocional que predispõe as pessoas a deixarem de lado a busca da verdade em prol do objectivo mais urgente de vencer a discussão a qualquer preço. Tiburi (2020) explica que o ódio surge como um afeto redentor para sujeitos com medo ou ressentidos, ele proporciona a experiência de que se está fazendo algo contra o medo ou a fonte do medo.

O terceiro conjunto de termos relaciona-se com as tentativas de descrição, de uma forma geral, do momento informacional que estamos vivendo. São expressões que acabam por caracterizar o contexto dos fenômenos anteriormente mencionados.

O primeiro destes termos é desinformação. Um trabalho que se tornou referência fundamental sobre o tema é o de Wardle e Derakhshan (2017), em que há a definição do termo a partir de sua estruturação em relação a três conceitos: *mis-information* (a informação falsa que é compartilhada sem a intenção de causar dano), *dis-information* (a informação falsa que é compartilhada com a intenção de causar

danos) e *mal-information* (a informação maliciosa, isto é, a informação correta que é distorcida ou descontextualizada no ato do compartilhamento com a intenção de causar danos). Essa estrutura se sustenta em dois critérios: a intencionalidade e a veracidade dos conteúdos.

Uma outra acepção do termo apresenta uma articulação entre dois sentidos (COSENTINO, 2020). Um deles refere-se às sofisticadas técnicas de produção de mentiras, portanto à dimensão estratégica e intencional de produção da falsidade. Trata-se de identificar os grupos que produzem e disseminam as *fake news*, os testemunhais, o discurso do ódio, que selecionam os melhores canais para cada um deles, articulam a complementaridade dos discursos em cada modalidade, identificam os opositores a serem neutralizados.

Nesse sentido, uma das estratégias mais bem-sucedidas foi o sequestro das ideias pós-modernas sobre a verdade. O movimento pós-modernista desenvolveu-se ao longo do século XX como um movimento artístico, cultural e também filosófico. Entre suas características está o questionamento da ideia de existência de uma verdade absoluta, única, ou seja, não existiria uma resposta absolutamente correta sobre o que cada elemento da realidade significa. A denúncia de que qualquer declaração de verdade seria um ato autoritário, porque sempre ideológica, acabou sendo uma crítica sequestrada por movimentos políticos para dizer que tudo seria ideológico e, portanto, não haveria “verdade”, apenas “fatos alternativos” – expressão utilizada pelo presidente dos Estados Unidos Donald Trump em

diversas ocasiões em que mentiu e foi confrontado por jornalistas, cientistas ou membros de judiciário com as evidências dos fatos verdadeiros (KAKUTANI, 2019).

O outro sentido da expressão desinformação diz respeito aos efeitos dessas ações, isto é, ao estado de caos, de confusão, de dúvida, gerado em amplas parcelas da população que justamente necessitam e/ou buscam informação para definir suas opiniões e tomar suas decisões (EMPOLI, 2019). Nesse segundo sentido, desinformação aproxima-se bastante do próximo conceito a ser apresentado, o de infodemia.

Infodemia é um termo que se popularizou no ano de 2020, a partir das ações da Organização Mundial da Saúde no contexto da pandemia da Covid-19, que inclusive organizou uma conferência sobre o tema, a 1st WHO Infodemiology Conference. A associação dos termos informação e pandemia caracteriza uma dimensão patológica da dimensão informacional: a gigantesca abrangência e velocidade de disseminação de informações total ou parcialmente falsas tem produzido um quadro em que tais informações estão tão ou mais presentes, na vida das pessoas, do que as informações verdadeiras e confiáveis, e acabam tendo muito mais influência na tomada de decisões e na definição das linhas de ação (NAEEM; BHATTI, 2020). O excesso de informações circulantes (algumas verdadeiras, outras falsas) faz com que seja difícil para as pessoas, no seu cotidiano, delimitar quais são as fontes, canais e conteúdos confiáveis, e encontrar as informações verdadeiras na hora de tomar as decisões e agir

(ALZAMORA; MENDES; RIBEIRO, 2021). Conforme Zarocostas (2020), esse fenômeno pode agravar uma situação de pandemia (como a vivida em 2020) também por gerar ansiedade, sobrecarga e exaustão nas pessoas, além de tornar mais complexos os processos de controle de qualidade do que é publicado e de atestar a idoneidade das fontes de informação.

Uma explicação do significado dessa expressão está também presente em Wardle e Derakhshan (2017) sob a denominação de desordem informacional. Os autores argumentam que, embora haja uma vasta pesquisa sobre os impactos históricos de informações falsas e rumores, há um conjunto de novidades no momento contemporâneo: a poluição da informação em um nível de escala global; uma complexa rede de motivações para a produção, a disseminação e o consumo dessas mensagens “poluídas”; uma miríade de tipos de conteúdo e técnicas para amplificar tais conteúdos; inúmeras plataformas hospedando e reproduzindo esse conteúdo; e velocidades vertiginosas de comunicação entre pessoas que confiam umas nas outras.

Por fim, há ainda a expressão pós-verdade. Muitos pesquisadores criticam seu uso, identificando que ele seria na verdade um modismo ou mero sinônimo de mentira, com uma embalagem diferente (McINTYRE, 2018; FULLER, 2018; SANTAELLA, 2019). Mas os pesquisadores que o propuseram como conceito científico alertam que ele designa uma questão inédita. É o que está expresso na definição do dicionário Oxford, que salienta que, no cenário da pós-verdade, os apelos à emoção (daí a importância do discurso de ódio) e às crenças pessoais (daí a

importância das teorias conspiratórias e do negacionismo) são mais importantes na formação da opinião do que os fatos da realidade (D’ANCONA, 2018).

A pós-verdade é um fenômeno que se produz na confluência de três condições. A primeira delas é a ampla disseminação de informações falsas (completamente falsas, e não apenas distorções como na era dos meios de comunicação de massa) com suporte tecnológico que permite alcances inimagináveis na era da fofoca e dos rumores. A segunda é a possibilidade de checagem nos dias atuais, em que muitas pessoas podem, em poucos segundos e com aparelhos de uso cotidiano como o smartphone ou o notebook, checar a veracidade das informações recebidas por elas em qualquer meio. A terceira é o fato de as pessoas não fazerem isso, isto é, não checarem, não verificarem se uma informação é verdadeira ou falsa, antes de a repassarem e dela apropriarem. É esse desinteresse, esse desdém pela verdade, que marca aquilo que vem sendo identificado como uma “cultura da pós-verdade” (WILBER, 2018) ou um “regime de pós-verdade” (BRONCANO, 2019). A expressão cultura designa justamente um conjunto de valores, de naturalizações, de estímulos a um determinado comportamento – no caso, o desprezo pela verdade, a valorização daquilo que confirma ideias preconcebidas, a seleção apenas daquilo que é confortável. A pós-verdade caracteriza um imaginário contemporâneo no qual a desconsideração da verdade é naturalizada, estimulada, exaltada, como um valor ou uma virtude (D’ANCONA, 2018; MUROLO, 2019).

Juntos, os três fatores listados acima se articulam com as quatro dimensões da desinformação (a

disfunção das instituições, as estratégias deliberada de produção de mentiras, as ações espontâneas desempenhadas pelas pessoas no cotidiano e as condições de alienação) e produzem as condições da desinformação: uma perda da confiança nas autoridades epistêmicas (jornalismo, escola, universidade, ciência, bibliotecas, arquivos, museus) enquanto portadores de informação verdadeira, certificada, confiável. Em seu lugar, há a confiança em líderes populistas, políticos ou religiosos, ou em pessoas que se apresentam como comuns e desinteressadas, ou fraudadores passando por jornalistas ou cientistas. Por um lado, as ações estratégicas de conteúdo falso (*fake news*, *fake science*), ao produzirem, efetivamente, mentiras, minam a confiança nos sistemas peritos informacionais, exatamente pela veiculação da mentira – pela criação de um cenário de contradições, de dúvidas, de caos (EMPOLI, 2019) e de destruição de reputações e instituições políticas, democráticas, profissionais (KAKUTANI, 2019). Por outro lado, ações deliberadamente destruidoras da confiança nas autoridades epistêmicas, que apelam para emoções, sentimentos conspiratórios, de medo e de ódio, levam os sujeitos a não agirem racionalmente (EATWELL; GOODWIN, 2019). Proporcionando um clima favorável para as duas ações, os cenários de desinformação, infodemia e pós-verdade compõem o contexto no qual tais ações se passam.

4. A integridade da informação

Como forma de discutir os resultados da sistematização promovida no tópico anterior, encaminha-se a seguir uma nova questão, a da integridade da informação. Recentemente, como uma estratégia para combater os efeitos nocivos

da desinformação e das *fake news*, essa perspectiva vem sendo proposta no âmbito de importantes agências internacionais. Entre os atores que têm proposto esse conceito, está o G20, o fórum composto pelos países que possuem as maiores economias do mundo. O grupo foi criado em 1999 e atualmente conta com 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia), além de dois organismos regionais – União Europeia e União Africana, esta, admitida recentemente. Juntos, eles representam cerca de 85% do PIB mundial e 64% da população mundial.

O G20 possui uma série de grupos de trabalho, voltados para diferentes aspectos da realidade econômica mundial. Um deles é o Grupo de Trabalho da Economia Digital (G20 DEWG, na sigla em inglês). Criado em 2021, este grupo tem por objetivo apresentar estudos para ajudar na formulação de políticas públicas sobre o potencial digital da economia. Já foram propostos temas como a conectividade significativa e universal, a inteligência artificial, o governo digital e, mais recentemente, a integridade da informação. No dia 20 de setembro de 2023, foi lançada a Declaração Global sobre Integridade da Informação Online, em Nova York, nos Estados Unidos.

Também no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o conceito vem sendo desenvolvido nos últimos anos, relacionado com as tecnologias digitais, a desinformação e a consolidação da democracia. Um marco, nesse sentido, foi a publicação do documento “Our Common Agenda: Policy Brief 8”, pela ONU, em junho de 2023. Um pouco antes, em fevereiro de 2022, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud)

da ONU publicou o documento “Information Integrity: Forging a Pathway to Truth, Resilience and Trust”.

Nestes documentos, a integridade da informação é definida como a confiabilidade, o equilíbrio e a completude das informações às quais os cidadãos têm acesso, relacionadas aos temas políticos (ações governamentais, ações dos atores políticos relevantes, entre outros) e cotidianos (saúde, cultura, meio ambiente, etc.). Os problemas contemporâneos relacionados com a informação e a comunicação em meios digitais são vistos, assim, como ameaças à integridade da informação. A justificativa do uso do termo se coloca na medida em que ele representa uma ampliação do escopo, da intencionalidade da produção de conteúdos para o que acontece com a informação durante a sua circulação, isto é, as práticas empresariais e mercadológicas, a velocidade e o alcance dos conteúdos, o direcionamento de mensagens e a lógica de recomendações dos algoritmos, entre outros fenômenos que atuam promovendo a deterioração da integridade da informação. Os documentos apontam, ainda, a principal consequência das ameaças à integridade da informação: embora sempre tenha havido discordâncias entre grupos com ideologias diferentes, estaria acontecendo agora, pela primeira vez na história, um desacordo generalizado a respeito de fatos básicos da realidade.

Nestes documentos, há a ideia de que o acesso à informação confiável, que passe por verificações ou controles, é fundamental para que a humanidade possa lidar com diferentes desafios. Entre os desafios mencionados estão os conflitos violentos, os retrocessos democráticos, as emergências climáticas, a pandemia de Covid-19, a busca por uma governança eficaz, o desenvolvimento sustentável, a transparência, responsabilidade e confiança nas instituições,

o combate aos preconceitos e a busca por sociedades inclusivas, pacíficas e justas. Nesse quadro, argumenta-se que a internet mudou as condições de produção, distribuição e consumo de informação, trazendo por um lado oportunidades (maior acesso, maior liberdade de expressão, maior possibilidade de participação pública) e, por outro, desafios (favorecimento de conteúdo sensacionalista, desinformação, uso de robôs).

O conceito de integridade da informação representa um esforço com impactos diretos na consolidação das autoridades epistêmicas, isto é, aquelas instituições cuja função social é produzir e disseminar conhecimentos verdadeiros, verificados, de acordo com as evidências e com o consenso científico (ZAGZEBSKI, 2012). Afinal, com a incorporação da perspectiva da integridade da informação, a ideia de autoridade epistêmica passar a ir além da ideia de fonte de informação ou de determinado conteúdo, para incluir também um lastro institucional, um compromisso com a correspondência dos discursos e conteúdos com os fatos da realidade, utilizando determinados instrumentos e métodos para a produção, a conferência, a validação e a certificação dos conhecimentos produzidos ou postos em circulação e os canais utilizados para isso.

A integridade da informação busca, assim, eliminar aqueles discursos e conteúdos que buscam se aproveitar da legitimidade das autoridades epistêmicas para propagar a fraude, o engano e a falsidade. Ao mesmo tempo, ela busca mitigar o efeito dos mecanismos que buscam destruir a confiança nas autoridades cognitivas (os testemunhos falsos, as teorias da conspiração e os discursos de ódio) por meio de um ecossistema de informação marcado pela transparência, responsabilização e

curadoria de conteúdos. E, ainda, por meio da promoção de um ecossistema informacional saudável, busca alterar o contexto marcado pela desinformação, infodemia e pós-verdade com uma revalorização do interesse pela busca da verdade, do consenso e da consideração dos pontos de vista dos diferentes atores. A noção de integridade da informação enfatiza a importância da coesão social - coesão entendida como um acordo em relação aos fatos básicos do mundo, aqueles sobre os quais é possível proceder à verificação, à busca de evidências, e que serão as bases sobre as quais podem ser construídos os debates públicos e exercida a democracia.

Concluindo, o conceito de integridade da informação tem como um de seus objetivos deslocar o debate de um viés negativo (o combate a fenômenos de desinformação, das *fake news* e da pós-verdade) para um viés positivo (de proposição de ações, de busca por um ecossistema de informação saudável).

5. Considerações finais

O crescimento de movimentos neonazistas, de xenofobia e preconceito contra determinados grupos sociais, aliado ao movimento de recusa a protocolos de saúde (como as vacinas) e os riscos para a democracia em vários países vem alertando pesquisadores, governantes, movimentos sociais e vários outros grupos sobre os perigos da desinformação, das *fake news* e da pós-verdade. Se é preciso combater tais factos, e todos os outros efeitos perversos promovidos por eles, compreender efetivamente a natureza de cada tipo de fenómeno associado é uma necessidade - e esse texto buscou avançar na contribuição para isso. O cenário actual, de ampla produção, circulação e apropriação de

informação falsa, desafia as categorias de pensamento até então existentes, convoca a formulação de novos conceitos e proposição de novas acções.

Voltando à reflexão de Giddens, é fundamental lembrar que as instituições produzidas na modernidade, entre as quais as autoridades epistêmicas, buscaram melhorar as condições da vida humana, em todas as suas esferas e dimensões. Naturalmente, não são perfeitas, e seu constante aperfeiçoamento deve ser buscado. A acção de sua destruição, e substituição por outras formas de acção, deve ser vista com críticas - sobretudo quando tais acções estão a serviço de ideologias totalitárias, autoritárias e excludentes, visando a construção de novas formas de dominação em lugar da emancipação humana e a justiça social (EATWELL; GOODWIN, 2019).

Assim, combater os efeitos perversos da desinformação, das *fake news* e da pós-verdade é fundamental. Diversas acções nesse sentido vêm sendo identificadas por pesquisadores de várias áreas: a promoção de competência crítica em informação ou literacia digital, a criação de mecanismos de certificação da veracidade e qualidade da informação, a construção de mecanismos de responsabilização por crimes cometidos por meio de informação falsa, o aumento da visibilidade e circulação dos serviços de checagem, e a mobilização de estratégias para o esclarecimento quanto às bolhas e para sua "perfuração" (FERRARI, 2018; NOBLE, 2018; DALKIR; KATZ, 2020). A efetiva implementação de tais acções é fundamental para a garantia da integridade da informação e, conseqüentemente, a manutenção de determinados valores construídos nos últimos séculos: a democracia, a inclusão, a defesa da diversidade e o estímulo a uma cultura da paz (CASARA, 2019).

Referências

- ALZAMORA, G.; MENDES, C. M.; RIBEIRO, D. M., orgs. - Sociedade da desinformação e infodemia. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.
- APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, M., coords. - *La pos-verdad: una cartografía de los medios, las redes y la política*. Barcelona: Gedisa, 2019.
- ARAÚJO, C. A. Á. - Dinâmicas da desinformação. *Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas*, n. especial VI, 2024, p. 31-52.
- ARGEMÍ, M. - *Los siete hábitos de la gente desinformada*. Barcelona: Conecta, 2019.
- BRONCANO, F. - *Puntos ciegos: ignorancia pública y conocimiento privado*. Madrid: Lengua de Trapo, 2019.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. - *Sociological paradigms and organizational analysis*. Londres: Heinemann, 1979.
- CASARA, R. - *A era pós-democrática*. Porto: Exclamação, 2019.
- COSENTINO, G. - *Social media and the post-truth world order: the global dynamics of disinformation*. Cham: Palgrave, 2020.
- D'ANCONA, M. - *Pós-verdade*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- D'ÁVILA, M., org. - *Rede de mentiras e ódio: e se o alvo fosse você? Relatos da violência promovida pelas redes de ódio, preconceito e fake news*. Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2021.
- DALKIR, K.; KATZ, R., eds. - *Navigating fake news, alternative facts, and misinformation in a post-truth world*. Hershey: IGI Global, 2020.
- EATWELL, R.; GOODWIN, M. - *Nacionalpopulismo: por qué está triunfando y de qué forma es un reto para la democracia*. Barcelona: Península, 2019.
- EMCKE, C. - *Against hate*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- EMPOLI, G. - *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.
- FERRARI, P. - *Como sair das bolhas*. São Paulo: Armazém da Cultura, 2018.
- FRANKFURT, H. - *On bullshit: sobre a conversa, o embuste e a mentira*. Lisboa: Bookout, 2019.
- FROEHLICH, T. J. - The role of pseudo-cognitive authorities and self-deception in the dissemination of *fake news*. *Open Information Science*, v. 3, n. 1, 2019, pp. 115-136.
- FUKUYAMA, F. - *Identidad: la demanda de dignidad y las políticas de resentimiento*. Barcelona: Deusto, 2019.
- FULLER, S. - *Post-truth: knowledge as a power game*. London: Anthem, 2018.
- GEISELBERGER, H., ed. - *O grande retrocesso*. Lisboa: Objectiva, 2017.
- GIDDENS, A. - *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, S.; ZAMORA, M. H. - *Negacionismo: definições,*

confusões epistêmicas e implicações éticas. *Ciência & Educação*, v. 30, e24008, 2024.

GÓMEZ DE ÁGREDÁ, Á. - *Mundo Orwell: manual de supervivencia para un mundo hiperconectado*. Madrid: Ariel, 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. - Orientações contemporâneas da ciência da informação: vinculações com a epistemologia social. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 11, n. 22, 2022.

GREIFENEDER, R.; JAFFÉ, M.; NEWMAN, E.; SCHWARZ, N., eds. - *The psychology of fake news: accepting, sharing, and correcting misinformation*. London: Routledge, 2021.

KAKUTANI, M. - *La muerte de la verdad: notas sobre la falsedad en la era Trump*. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2019.

KEEN, A. - *O culto do amorismo*. Lisboa: Guerra e Paz, 2008.

KEYES, R. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 2018.

KIRSCH, T. G.; DILLEY, R. E. - Regimes of ignorance: an introduction. In DILLEY, R.; KIRSCH, T. G., eds. - *Regimes of ignorance: anthropological perspectives on the production and reproduction of non-knowledge*. Oxford: Berghann, 2015.

LOVELUCK, B. - *Redes, liberdade e controle: uma genealogia política da internet*. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARÇAL, D. - *Pseudociência*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014

MATTELART, A. - *The information society: an introduction*. Londres: Sage, 2003.

MATTELART, A. - *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

McINTYRE, L. - *Posverdad*. Madrid: Cátedra, 2018.

MENEZES, P. B. - *Fake news: modernidade, metodologia, regulação e responsabilização*. São Paulo: Juspodivm, 2022.

MUROLO, L. - La posverdad es mentira. Un aporte conceptual sobre fake news y periodismo. In APARICI, R.; GARCÍA-MARÍN, M., coords. - *La posverdad: una cartografía de los medios, las redes y la política*. Barcelona: Gedisa, 2019, p. 65-80.

NAEEM, S.; BHATTI, R. - The Covid-19 'infodemic': a new front for information professionals. *Health Information and Libraries Journal*, v. 37, n.3, 2020, pp. 233-239.

O'CONNOR, WEATHERALL, J. - *The misinformation age: how false beliefs spread*. New Haven: Yale University Press, 2019.

PELLICER ALAPONT, M. P. - *La comunicación en la era Trump*. Barcelona: UOC, 2017.

PRADO, M. - *Fake news e inteligência artificial: o poder dos algoritmos na guerra da desinformação*. São Paulo: Edições 70, 2022.

PROCTOR, R. - Agnotology: a missing term. In PROCTOR, R.; SCHIEBINGER, L. eds. - *Agnotology: the making and unmaking of ignorance*. Stanford: California Stanford University Press, 2008.

RIEH, S. Y. - Credibility and cognitive authority of information. In BATES, M.; MAACK, M. N., ed. - *Encyclopedia of Library and Information Sciences*, 3. ed. New York: Taylor and Francis Group; LLC, 2010. p. 1337-1344.

SANTAELLA, L. - *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?*

Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

SCHNEIDER, M. - *A era da desinformação: pós-ver-*

dade, fake news e outra armadilhas. Rio de Janeiro:

Garamond, 2022.

SERRANO OCEJA, J. F. - *La sociedad del desconoci-*

miento: comunicación posmoderna y transformación

cultural. Madrid: Encuentro, 2019.

SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S., orgs. - *A sociedade*

do controle: manipulação e modulação nas redes digi-

tais. São Paulo: Hedra, 2018.

TIBURI, M. - *Como derrotar o turbotecnomachonazifas-*

cismo. 2020.

WARDLE, C., DERA KHSHAN, H. - *Information disorder:*

Toward an interdisciplinary framework for research and

policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WILBER, K. - *Trump y la posverdad*. Barcelona: Kairós,

2018.

WILSON, P. - *Second-hand knowledge: an inquiry into*

cognitive authority. Westport: Greenwood Press, 1983.

ZAGZEBSKI, L. T. - *Epistemic authority: a theory of trust,*

authority, and autonomy in belief. New York: Oxford

University Press, 2012.

ZAROCOSTAS, J. - How to fight an infodemic. *The Lan-*

cet, v. 395(10225), p. 676, 2020.

